



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**SEBASTIÃO GENICARLOS DOS SANTOS**

**PARENTES, VIZINHOS E COMPADRES  
ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E RELAÇÕES INTERRACIAIS NA  
BOA VISTA DOS NEGROS**

**NATAL/RN - 2020**

**SEBASTIÃO GENICARLOS DOS SANTOS**

**PARENTES, VIZINHOS E COMPADRES  
ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E RELAÇÕES INTERRACIAIS NA  
BOA VISTA DOS NEGROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Julie A. Cavnac

**NATAL - RN  
2020**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Santos, Sebastiao Genicarlos dos.

Parentes, vizinhos e compadres: estratégias de resistência e relações interraciais na Boa Vista dos Negros / Sebastiao Genicarlos Dos Santos. - Natal, 2020.

162f.: il. Color.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Julie Antoinette Cavignac.

1. Relações Interraciais - Dissertação. 2. Resistência - Dissertação. 3. Boa Vista dos Negros - Dissertação. I. Cavignac, Julie Antoinette. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 39(=414) (813.2)

**SEBASTIÃO GENICARLOS DOS SANTOS**

**PARENTES, VIZINHOS E COMPADRES  
ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E RELAÇÕES INTERRACIAIS NA BOA  
VISTA DOS NEGROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Julie A. Cavnac

APROVADA EM:15/12/2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Julie Antoine Cavnac (UFRN)  
Presidente

---

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo (UFRN)  
Examinador Externo

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Danycelle Pereira da Silva  
Examinadora Externa

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ângela Mercedes Facundo Navia (UFRN)  
Examinadora Interna

---

Prof. Dr. José Glebson Vieira (UFRN)  
Examinador Suplente

*Dedico*

*Ao meu filho Isaque, ele e esta dissertação foram gestados simultaneamente. É muito amor envolvido!*

*À minha companheira Cacia Maciel, "Bebete Vambora!"*

*Aos meus pais, Seu Jeronimo, o herói lá de casa! E Dona Zilda, a maior cantora do mundo!*

*Aos meus irmãos, David, Gilson e Naiara.*

*Às minhas sobrinhas Flávia e Fabiana.*

*À minha prima Chica Vieira, a mulher mais linda e mais generosa do planeta.*

*Enfim, a todos os meus irmãos filhos de Tereza!*

## AGRADECIMENTOS

Um grande número de pessoas contribuiu, direta e indiretamente para que esse trabalho pudesse ser realizado, meu imenso sentimento de gratidão se estende a todas a elas, porém colocá-las em uma lista é tarefa perigosa, na medida em que algum nome pode ficar de fora. Mas, se por desventura cometo a falha de não citar alguém, não é por ingratidão ou falta de bom senso, são simplesmente os lapsos característicos de uma mente falha.

Sou grato a Deus, meu refúgio, minha fortaleza, em que confio!

Tenho um saldo devedor impagável com minha orientadora, Julie Cavnac. Professora, madrinha e orientadora, que há bastante tempo vem me ensinando como ser um estudioso. Julie foi mais uma vez generosa, paciente e compreensiva, com sabedoria ela aparou as arestas desse trabalho e apontou os melhores caminhos para que o mesmo se tornasse uma realidade.

Dá mesma forma sou grato ao “Mestre MKM” (Prof. Muirakytan Kennedy de Macêdo), grande amigo, grande professor, grande incentivador, que detém todo o conhecimento que se possa imaginar. MKM foi a pessoa que primeiro me acolheu no mundo acadêmico e através da iniciação científica me abriu as portas da pesquisa. Sem sua contribuição fundamental esta etapa não seria possível.

Também devo muito aos meus amigos da UFRN, especialmente à moçada do grupo de estudos Cultura, Identidade e Representações Simbólicas (CIRS), Cândido Júnior (colega quilombola, que me deu muito incentivo e muita carona em Natal), Edu Rocha (com quem compartilho o gosto musical e a predileção por Lèvi-Strauss), Aressa (pelas muitas figurinhas trocadas), Alejandro, Isabela, Janaína, Tayane e Tágila (pelas risadas e a camaradagem), Dany, Raphaela e Natália (as representantes internacionais do CIRS) e os demais, que além de compartilharem o conhecimento comigo nas conversas cotidianas e as nas reuniões de estudo, ainda leram as versões preliminares do meu texto e apontaram as formas para torná-lo melhor.

Jardelly Lhuana fez de tudo, leu e releu o trabalho e não se cansou de me ajudar ajeitar muita coisa. Majestade, tua ajuda nunca será esquecida.

Meu muito obrigado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRN, que tem realizado um trabalho formidável na acolhida e no apoio às minorias.

Ao prof. Edmundo Pereira que contribuiu de muito com a indicação de bibliografias e caminhos que deveriam ser trilhados na realização da presente dissertação. Também por me ter concedido o privilégio de uma banca de qualificação ímpar, que acabou se tornando uma conversa informal de horas, em que só fiz aprender.

A Helder Macêdo, professor e amigo, cujo apoio e incentivo constante e incontestado mais uma vez ficou evidente na leitura atenta e nas arguições precisas e generosas que fez tanto na minha qualificação quanto na defesa.

À Prof. Ângela Facundo pelas contribuições cruciais e riquíssimas e pela avaliação benevolente na banca de defesa.

A prof. Danycelle Silva, que leu atentamente, apontou muitas possibilidades de melhora para o trabalho e ainda revolveu grandes obstáculos para se fazer presente na banca de defesa.

A Noelson e demais pessoas do Arquivo Paroquial de Parelhas/RN, onde fui bem acolhido. Assim como no Arquivo da Paróquia de N. S. da Conceição em Jardim do Seridó/RN, lá Sebastião Arnóbio recebe os pesquisadores com ânimo e dedicação sempre renovados.

O casal Ulisses Filho e Galega, me abriram o arquivo pessoal de Ulisses Potiguar “com toda boa vontade”.

Os familiares do Professor João Manuel, Vitorinha, Sidney (meu amigo historiador), Dona Guia e Dona Graça me concederam acesso irrestrito ao arquivo daquele professor e ainda me concederam excelentes entrevistas.

Itamara Miranda, minha prima, me presenteou com uma fotografia de seu pai, o vereador Inácio Miranda, e me revelou detalhes importantes de sua trajetória de vida, o que oportunizou uma melhor compreensão da Família Miranda.

Minhas Comadres, Fabiana Fideles e Laísa Fernanda foram grandes incentivadoras e sempre demonstraram grande entusiasmo com minha pesquisa. Laísa inclusive, na qualidade

de historiadora e de estudiosa da educação parelhense tem dialogado muito comigo, muito dessa pesquisa é fruto das inquietações que ela provoca em nossos diálogos.

À Duca e às meninas de Zé Cosme no Edifício Manairama, minha casa em Natal, sou imensamente grato, pela acolhida fraterna e generosa.

Resta agradecer aos meus primos estudiosos, Paulo Cosme, Júnior Cosme, Welington Cosme e todos os Cosmes da nossa família. É uma grande felicidade ver que apesar das muitas barreiras que nos são impostas, somos negros estudiosos e estamos sempre no batente, conquistando, na marra, um lugar que as estruturas sociais insistem em nos negar.

Meu amigo Joadson, o Galego de São Vicente, foi também um leitor atento do meu texto, deu várias dicas e literalmente me acudiu no que diz respeito às questões de ABNT.

Fernanda e Eudimar foram as pessoas de quem me vali para as adequações gramaticais, sem elas iam faltar muitos pingos no is e muita coisa ia ficar fora dos trilhos. Da mesma forma, os políglotas Paulo Cosme, Cibele e Ana Elita me ajudaram em muitas traduções.

Luanny Taynara (Tia Rapunzel, pessoa importante), me socorreu na elaboração do croqui, o que seria de mim sem sua ajuda?

Já os meus alunos e primos quilombolas Raul Vítor, Maria Isabel (Tia Rusara), Cristóvão e Washington me auxiliaram na configuração dos mapas, na contagem da população da Boa Vista e na identificação das fontes de renda de cada uma das famílias da comunidade.

Márcia e Naná (Nayane Kércia) largaram o whatsapp por um minuto e me levaram para conhecer a Fazenda Aroeiras.

Toda sabedoria do mundo está guardada, embaixo do chapéu de Zé de Bui, sou privilegiado em partilhar do seu dia a dia e beber na fonte de seus conhecimentos. Tive também o auxílio fundamental de vários outros parentes da Boa Vista, Maria do Socorro Fernandes, Mané Migué, Tadite e Jeronimo, Preta e Dodoca, Dona Geralda, Teca e Nemésia, Petinho, Elsa e muitos outros.

Meus muitos colegas de trabalho foram extremamente solidários comigo em todo o período em que estive estudando. Mesmo quando achei que não ia ser possível conciliar, a

turma obrou milagres e fez malabarismos com os horários, para que a peteca não caísse. A todas e todos o meu muito obrigado.

Enfim, agradeço as muitas pessoas, da Boa Vista e de outras localidades, que tiveram a bondade de me conceder entrevistas e compartilhar comigo o conhecimento de que são portadoras.

O Rei chegou, viva o Rei

Então vierem os cavaleiros com seus uniformes brilhantes  
    Garbosos e triunfantes  
    Um abre-alas lindo de se ver  
        E logo atrás  
        Separados por lanceiros  
Vinha a guarda de honra, orgulhosa, polida, agressiva  
    Porém bonita  
    Anunciando e protegendo o rei  
    O rei chegou, viva o rei  
Que ele governe com sabedoria  
    Julgue com justiça e simpatia  
    Vida longa para o rei  
Que ele seja um portador da paz  
    E da prosperidade  
    Um homem de boa vontade  
    Deus salve o rei  
    O rei chegou, viva o rei  
E toda a cidade engalanada  
Enfeitada para esperar o rei  
    O rei chegou viva o rei

Jorge Ben

## RESUMO

A ausência de estudos sistemáticos sobre a questão étnica impediu visualizar a pluralidade racial do sertão do Seridó. Com as políticas públicas favorecendo o debate sobre as emergências étnicas criadas no início do séc. XXI, as relações interracialias começaram a ser objeto de pesquisa antropológica e histórica, colocando em xeque o discurso das elites regionais. Na linha dessas investigações, o presente trabalho propõe retomar o problema a partir das dinâmicas locais: são observadas as relações que a comunidade quilombola da Boa Vista dos Negros mantém com seus vizinhos, os representantes das elites locais, tais como fazendeiros, as autoridades eclesiais e políticas. Numa perspectiva que associa a antropologia à história, explora-se aqui as memórias quilombolas em diálogo com as que são produzidas nas comunidades vizinhas, objetivando a compreensão de como a comunidade em foco se baseia numa rede de interações com as povoações do entorno e com autoridades civis e eclesiais para assegurar a posse de um território e para manter uma identidade peculiar ao grupo e ainda uma história e um patrimônio ancorados na figura de uma ancestral comum, a Negra Tereza, e no pertencimento à Irmandade do Rosário. Para isso, além da tradição oral e dos resultados da observação participante, são exploradas as fontes históricas disponíveis a fim de melhor compreender a realidade estudada. Assim, as relações interracialias observadas localmente são analisadas a partir de fragmentos de trajetórias de personagens chave, especialmente Theodózio Fernandes da Cruz (1864-1951), liderança histórica reconhecido como o principal mediador entre os quilombolas e a sociedade englobante. Evidenciam-se estratégias de resistência visando manter a integridade do território e aceder a benefícios. O andamento da pesquisa tem evidenciado que a comunidade em foco mantém internamente memórias que revelam uma outra história local que, aos poucos, está sendo escrita. É ainda destacada a habilidade dos quilombolas no que diz respeito a aproximações e distanciamentos com as povoações do entorno, de forma que a discriminação e quaisquer outras formas de opressão sejam evitadas.

**Palavras-chave:** Relações interracialias. Resistência. Seridó. Boa Vista dos Negros.

## RESUMEN

La ausencia de estudios sistemáticos sobre el tema étnico impidió visualizar la pluralidad racial del interior de Seridó. Con políticas públicas que favorezcan el debate sobre emergencias étnicas creado a principios de siglo XXI, las relaciones interracialas comenzaron a ser objeto de investigaciones antropológicas e históricas, poniendo en jaque el discurso de las élites regionales. En línea con estas investigaciones, el presente trabajo propone retomar el problema desde la dinámica local: se observa las relaciones que la comunidad quilombola de Boa Vista dos Negros tiene con sus vecinos, los representantes de las élites locales, como agricultores, autoridades eclesiales y políticas. En una perspectiva que asocia la antropología a la historia, las memorias quilombolas se exploran en diálogo con las producidas en las comunidades vecinas, con el objetivo de comprender cómo la comunidad en cuestión se basa en una red de interacciones con los pueblos circundantes y con las autoridades. civil y eclesial para asegurar la posesión de un territorio y mantener una identidad peculiar al grupo y también una historia y patrimonio anclado en la figura de un antepasado común, la Negra Tereza, y perteneciente a la Hermandad del Riosario. Para eso, además de la tradición oral y los resultados de la observación participante, se exploran las fuentes históricas disponibles con el fin de comprender mejor la realidad estudiada. Así, las relaciones interracialas observadas localmente se analizan a partir de fragmentos de las trayectorias de personajes clave, especialmente Theodózio Fernandes da Cruz (1864-1951), un liderazgo histórico reconocido como el principal mediador entre los quilombolas y la sociedad envolvente. Las estrategias de resistencia son evidentes para mantener la integridad del territorio y acceder a los beneficios. El avance de la investigación ha demostrado que la comunidad en foco guarda internamente recuerdos que revelan otra historia local que, poco a poco, se va escribiendo. También se destaca la capacidad de los quilombolas para acercarse y alejarse de los pueblos circundantes, para evitar la discriminación y cualquier otra forma de opresión.

**Palabras-chave:** Relación interracialas. Resistencia. Seridó. Boa Vista dos Negros.

## ABSTRACT

The absence of systematic studies on the ethnic issue prevented visualizing the racial plurality of the Seridó backlands. With public policies favoring the debate on ethnic emergencies created at the beginning of the XXI century, interracial relations began to be the object of anthropological and historical research, putting the discourse of regional elites in check. In line with these investigations, the present work proposes to retake the problem from the local dynamics: it is observed the relations that the quilombola community of Boa Vista dos Negros has with its neighbors, the representatives of the local elites, such as farmers, ecclesial authorities and policies. In a perspective that associates anthropology to history, quilombola memories are explored in dialogue with those produced in neighboring communities, aiming at understanding how the community in question is based on a network of interactions with surrounding villages and with authorities civil and ecclesial to ensure the possession of a territory and to maintain a peculiar identity to the group and also a history and heritage anchored in the figure of a common ancestor, the Black Tereza, and belonging to the Brotherhood of the Riosário. For this, in addition to the oral tradition and the results of participant observation, the available historical sources are explored in order to better understand the studied reality. Thus, the interracial relations observed locally are analyzed from fragments of the trajectories of key characters, especially Theodózio Fernandes da Cruz (1864-1951), a historical leadership recognized as the main mediator between quilombolas and the encompassing society. Resistance strategies are evident in order to maintain the integrity of the territory and access benefits. The progress of the research has shown that the community in focus keeps memories internally that reveal another local history that, little by little, is being written. The quilombolas' ability to approach and distance themselves from the surrounding villages is also highlighted, so that discrimination and any other forms of oppression are avoided.

**Key-words:** interracial relations. Resistance. Seridó. Boa Vista dos Negros.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa do Rio Grande do Norte, com destaque para o Seridó, o Município de Parelhas e a Boa Vista dos Negros. Adaptado de <https://historiadascidadesdoserido.openbrasil.org/2013/06/parelhas-html>. Fonte: Sebastião Genicarlos dos Santos, 2019.....16
- Figura 2: Boa Vista dos Negros: da esquerda para a direita, Ponto de Cultura, Salão (escola), posto de saúde e capela do Rosário. Fonte: Acervo pessoal do autor.....21
- Figura 3: Pesquisador juntamente com seus alunos e primos quilombolas na Escola E. Bernardino Sena, Povoado Juazeiro. Fonte: Acervo pessoal do autor.....29
- Figura 4: Quilombola Isaac Newton, mister 2018 da Escola Estadual Monsenhor. A. Ramalho. Foto Elionísio Michael, 2018.....29
- Figura 5: Covinha do Escravo, Povoado Juazeiro. Fonte: Acervo pessoal do autor..... 53
- Figura 6: Preta e família chegando em Jardim do Seridó para a Festa do Rosário. Fonte: Acervo pessoal do autor..... 57
- Figura 7: Comunidade reunida no Salão em 1979. Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.....63
- Figura 8: Mapa do Município de Parelhas/RN, com destaque para a Boa Vista dos Negros e as comunidades com as quais ela tem maior interação. Fonte: Mapa Municipal Estatístico de Parelhas/RN, Sebastião Genicarlos dos Santos, 2020.....67
- Figura 9: Croqui mostrando a disposição espacial da Boa Vista dos Negros. Elaboração: Sebastião Genicarlos dos Santos e Luanny Taynara 2019..... 70
- Figura 10: Homens tratando porco abatido na comunidade. Fonte: DANTAS, 2016, p. 185.....76
- Figura 11: O pesquisador e Zé de Biu retiram tacho de chouriço preparado pela mestra Daminha. Fonte: DANTAS, 2016, p. 191.....77
- Figura 12: Crianças assando castanha de caju. Fonte: DANTAS, 2016, p. 187.....77
- Figura 13: Rifa de Chouriço na casa de Preta e Dodoca. Fonte: DANTAS, 2016, p. 195.....78
- Figura 14: Telegrama do Governador do Rio Grande do Norte ao Prefeito de Parelhas, tratando da inauguração da escola da Boa Vista dos Luciano. Fonte: Arquivo Municipal de Parelhas... 86
- Figura 15: Professor João Manuel e seus alunos em 1939. Fonte: Acervo pessoal de João Manuel dos Santos.....87

Figura 16: Casa em que residia D. Maria Vieira, mãe de Chica Vieira. Esse registro evidência que a arquitetura à base de taipa e palha ainda era usada na Boa Vista durante a década de 1980. Fonte: OLIVEIRA JÚNIOR, 2017, p. 373.....	91
Figura 17: Professora Chica Vieira e seus alunos em 1957. Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.....	92
Figura 18: Jardim do Seridó se prepara para a passagem da irmandade, Jardim do Seridó. Fonte: Acervo pessoal do autor. ....	102
Figura 19: Chegada da irmandade à igreja matriz de Jardim do Seridó. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	103
Figura 20: Chegada de visitantes para o cortejo da irmandade, Boa Vista dos Negros. Foto: Acervo pessoal do autor.....	104
Figura 21: Rainha, rei e corte se preparam para o cortejo, Boa Vista dos Negros. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	105
Figura 22: A irmandade se prepara para sair em cortejo, Boa Vista dos Negros. Foto: Acervo pessoal do autor.....	105
Figura 23: Arte urbana destaca os símbolos parelhenses, negros do Rosário, cerâmica, ciclismo, a fé católica e a as parelhas de cavalos. – Pintura de Iron Garcia - Foto: Acervo pessoal do autor.....	106
Figura 24: Jerônimo (Tôta) portando arma na cena em que o prefeito é pego pela população de Bacurau. Fonte: BACURAL, 2019.....	108
Figura 25: Zé de Biu, João Paulo e Tadite (Aldenira) gravando ao lado dos atores Wilson Rabelo, Barbara Colen e Eduarda Samara. Fonte: BACURAU, 2019.....	109
Figura 26: Irmandade do Rosário é recepcionada na Fazenda Aroeiras, década de 1960 (informação passada por Aldo Medeiros a Julie Cavignac e corroborada por Manoel Miguel em conversa com Paulo Cosme). Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.....	111
Figura 27 : Zé Vieira na sala de sua casa, onde costumava receber visitas e falar do passado. Foto: A. C. Junior, 2002.....	115
Figura 28: Maria Serafina de Jesus (Imbém). Fonte: Acervo pessoal de D. Chica Vieira.....	122
Figura 29: Casa de Imbém (1941). Fonte: Acervo pessoal de D. Chica Vieira. ....	122
Figura 30: Macário e D. Bibi. Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.....	123
Figura 31: Inácio Miranda dos Santos (Tilico Vereador). Fonte: Acervo pessoal de Itamara Miranda.....	130
Figura 32: Contrato de compra de terras por Theodózio Fernandes, em 1889. Fonte: Acervo do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros.....	132

Figura 33: Geneagrama representando os casamentos entre os filhos do casal Ignacio Fernandes e Maria Galdina, com os filhos de André Fernandes e Antonia Maria. Fonte: APNSCJS, Livro 1 de casamentos. .... 133

Figura 34: Jornal A República de 12 de julho de 1934 - Matéria escrita por Otávio Pinto sobre a Boa Vista dos Negros. Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.....138

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Principais destinos migratórios da população da Boa Vista dos Negros. Elaboração: Sebastião Genicarlos dos Santos, 2019. ....	42
Gráfico 2: Demonstrativo das fontes de renda na Boa Vista dos Negros. Elaboração: Sebastião Genicarlos, 2019. ....	74

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1 A BOA VISTA DOS NEGROS NO CONTEXTO SERIDOENSE.....</b>	<b>21</b>
1.1 VERSÕES NATIVAS DO PASSADO: "UMA NEGA CHAMADA TEREZA" .....	22
1.2 OS ESTUDOS SOBRE O SERIDÓ.....	31
1.3 ESTUDOS SOBRE A BOA VISTA, A PRESENÇA DE PESQUISADORES NA COMUNIDADE E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.....	37
1.4 UM ESTUDO DO FAMILIAR.....	45
1.5. HISTÓRIA ANTROPOLOGIA.....	47
1.6 O SERIDÓ E A QUESTÃO RACIAL .....	51
1.6.1 O PROCESSO TERRITORIAL.....	56
<b>2 A BOA VISTA E SUAS MUITAS CONEXÕES.....</b>	<b>63</b>
2.1 CONEXÕES ESPACIAIS, TEMPORAIS E SOCIAIS .....	64
2.2 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL .....	68
2.3 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA .....	73
2.4 A EDUCAÇÃO .....	80
2.4.1 CHICA VIEIRA, A PROFESSORA DA BOA VISTA.....	89
2.5 A IRMANDADE DO ROSÁRIO .....	94
2.6 BOA VISTA É BACURAU.....	107
<b>3 HISTÓRIAS CRUZADAS: THEODÓZIO FERNANDES E OUTROS FRAGMENTOS DE VIDA.....</b>	<b>111</b>
3.1 THEODÓZIO FERNANDES E AS REDES DE INTERAÇÕES INTERRACIAIS.....	113
3.2 REDES DE SOLIDARIEDADE, BOA VISTA E PARAÍBA.....	125
3.3 PARENTESCO, AUTONOMIA E ACESSO À TERRA .....	131
3.3.1 HISTÓRIAS CRUZADAS – MIGUEL, FERNANDES E OUTROS SOBRENOMES.....	139
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>144</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>

## INTRODUÇÃO

A Boa Vista dos Negros está localizada na zona rural do município de Parelhas, Rio Grande do Norte (Figura 1). Não obstante mantenha laços estreitos com Jardim do Seridó, município vizinho, onde se celebra a festa de N. Sra. do Rosário no final de dezembro de cada ano. A atuação da Irmandade do Rosário ultrapassa essas duas cidades e o alcance da comunidade quilombola se estendeu com a implementação das políticas públicas federais entre os anos de 2003 e 2014 conforme determinação do Decreto 4887/2003<sup>1</sup>. De igual modo, o grupo recebe visitas de escolas e outras instituições, que frequentemente vão à comunidade no intuito de conhecê-la e se informar a respeito de sua história. Esse interesse certamente decorre da importância que o grupo passou a ter nas últimas décadas, mediante a efetivação das políticas supracitadas, que a levaram a se tornar referência social e cultural, mas também ao protagonismo político alcançado pela população local em busca de acesso aos direitos que lhe são garantidos nos dispositivos legais.

---

<sup>1</sup> Decreto que dispõe sobre “os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.

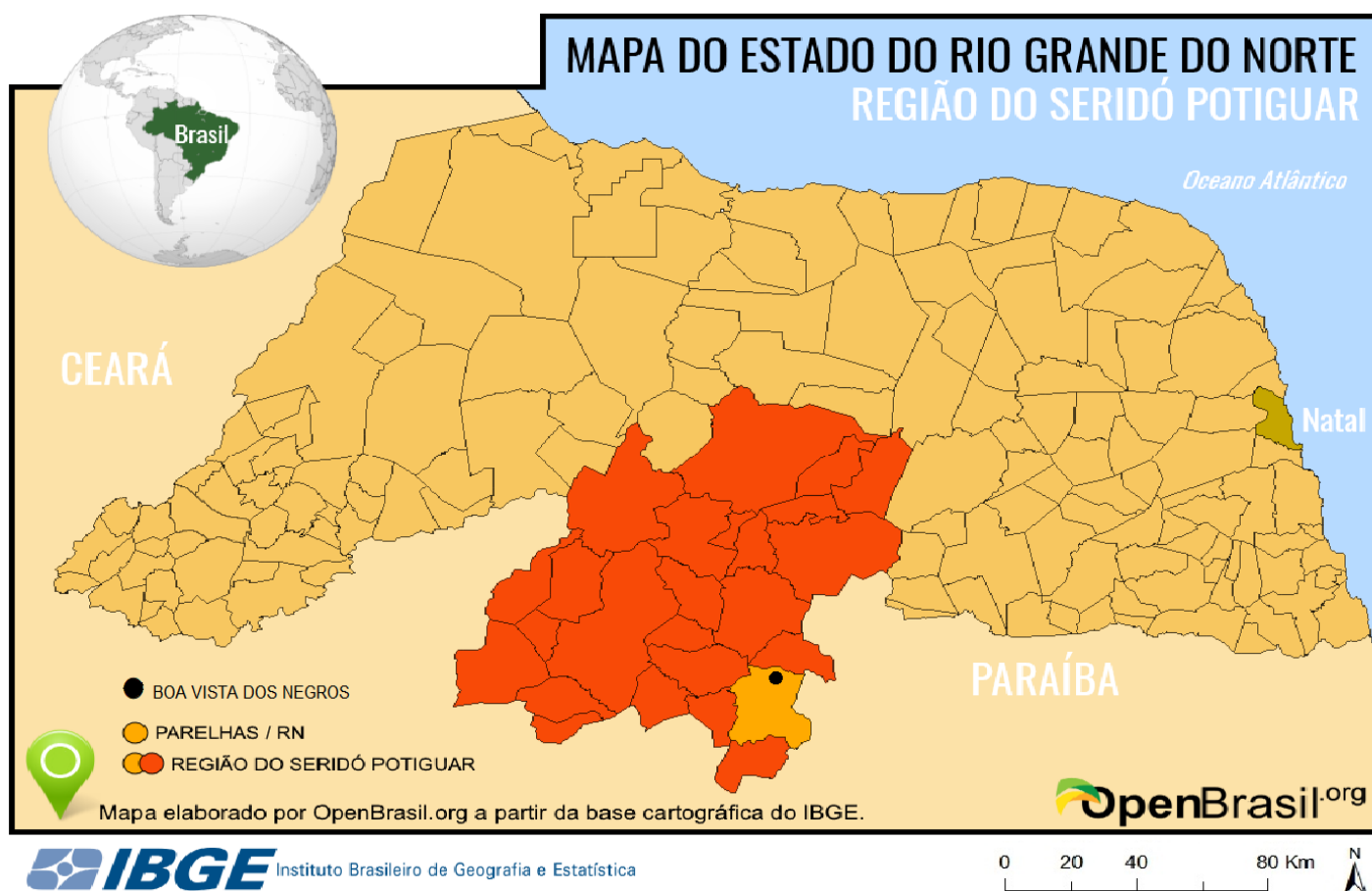


Figura 1: Mapa do Rio Grande do Norte, com destaque para o Seridó, o Município de Parelhas e a Boa Vista dos Negros. Adaptado de <https://historiadascidadesdoserido.openbrasil.org/2013/06/parelhas-rn.html>. Fonte: Sebastião Genicarlos dos Santos, 2019.

Existem três comunidades chamadas de Boa Vista, ou dito de outra forma, o Sítio Boa Vista se divide em três comunidades: Boa Vista dos Lucianos, Boa Vista dos Negros e Boa Vista dos Barros<sup>2</sup>. A rede de interações entre os diferentes sítios envolve, além da Boa Vista dos Negros, algumas comunidades rurais do entorno. Notadamente, o Povoado Juazeiro, a Fazenda Maracujá, a Fazenda Várzea do Serrote, o sítio Salgadinho, o sítio Boa Vista dos Lucianos, o sítio Cachoeira e o sítio Boa Vista dos Barros. Autoridades civis e religiosas e as cidades de Parelhas e Jardim do Seridó também fazem parte desse complexo interativo, no interior do qual se desenrolam jogos de disputas pelo poder, nas esferas política e religiosa, bem como disputas relacionadas à posse da terra.

<sup>2</sup> Sempre que houver aqui referência apenas à Boa Vista, sem nenhuma distinção, tal menção remete à comunidade de negros, objeto do presente estudo. As demais serão sempre apresentadas como “dos Lucianos” e “dos Barros”.

As relações interraciais observadas a partir da comunidade quilombola de Boa Vista dos Negros constituem o interesse central deste trabalho. O intuito é entender como esta comunidade aciona uma rede de interações com as povoações de seu entorno e com as autoridades civis e eclesiais para assegurar a posse de um território, a manutenção de uma identidade coletiva, a transmissão de uma história e de um patrimônio consubstanciados nos festejos anuais em homenagem à Senhora do Rosário. É necessário levar em conta as dinâmicas locais, pois essas são importantes para o entendimento das relações interraciais, sabendo que há poucas comunidades quilombolas que se reconhecem como tais na região e que, secularmente, as relações com as localidades próximas são marcadas pela desigualdade e o racismo. Assim, veremos que, na toponímia a diferença racial é lembrada pelo nome: a “Boa Vista dos Negros”.

Além de entender as formas de identificação com um passado comum e os processos de elaboração dos marcos memoriais, essa pesquisa se propôs a analisar as relações interraciais que se explicam, em grande parte, pelos laços históricos que a Boa Vista mantém com os sítios vizinhos e as autoridades locais: as que foram tecidas com sujeitos externos à comunidade quilombola e as comunidades vizinhas, para entender as dinâmicas locais do grupo, que atualmente se define como quilombola. Através do registro dos relatos produzidos sobre a Boa Vista por atores externos à comunidade, como os próprios vizinhos e pessoas negras não ligadas à comunidade e as repercussões internas, a observação participante – em particular das festas -, a análise da documentação histórica disponível e a leitura de trabalhos acadêmicos, foi possível descrever as relações e as dinâmicas locais que explicam como a comunidade se vê, se apresenta e é vista.

Minha ligação com a comunidade possibilitou a realização de um trabalho de campo bastante peculiar, uma vez que à pesquisa mais sistemática, com entrevistas e observação participante, realizada entre os anos de 2018 e 2019, se uniram as minhas lembranças e experiências de vida, que remontam aos primeiros anos de vida. Nesse contexto estão inclusas à convivência com pessoas da comunidade (algumas das quais já são falecidas, tios, avós e primos a quem eram devotados amor, medo e respeito), bem como as aventuras da infância e o cotidiano com a tradição oral comunitária. Desta forma, as memórias aqui tratadas também

são memórias pessoais. Assim parte do meu trabalho consistiu em dar moldes acadêmicos àquilo que sempre fez parte de minha existência.

O trabalho com fontes históricas foi associado à pesquisa empírica. A documentação compulsada compõe-se de manuscritos de origem paroquial e cartorial, de documentos originários da administração pública e de uma reportagem escrita e publicada pelo Padre Otávio Pinto, no Jornal a República em 13 de julho de 1934, na qual é relatada a visita feita pelo clérigo à Boa Vista dos Negros quatro anos antes. Os manuscritos supracitados são inventários *post mortes*, atas e compromisso da Irmandade de N. Sra. do Rosário, assentos de batismos, registros de nascimentos, registros de casamentos e contrato de compra e venda de terras. Tudo isso contribuiu significativamente para a compreensão das genealogias e das lógicas de compadrio e apadrinhamento, da organização interna, das estratégias matrimoniais e de posse e transmissão da terra.

É importante ressaltar que a Boa Vista tem sido objeto de várias pesquisas nos campos da História e da Antropologia, porém nenhuma delas enfoca a comunidade pelo prisma das relações interracialis e por meio de um exercício de associação entre essas duas áreas de conhecimento, como é o caso desta pesquisa. A priori, era corrente a ideia de que a população da Boa Vista dos Negros praticamente não figurava na documentação dos arquivos seridoenses, no entanto, a pesquisa aqui apresentada, assim como o trabalho realizado por outros pesquisadores em data recente, trouxeram à tona uma vultosa presença de tal população nos registros documentais. É fato, porém, que a fragmentação dos arquivos implica numa série de deslocamentos e em negociações visando o acesso a espaços restritos ou pouco propícios ao trabalho de pesquisa.

Para realizar a investigação aqui apresentada tive que trabalhar com documentação do Laboratório de Documentação Histórica da UFRN/CERES/Caicó (LABORDOC), sem dúvida a jazida documental mais completa e melhor preparada para atender aos estudiosos. Também precisei ir repetidas vezes ao Arquivo Paróquia de N. Sra. da Conceição, em Jardim do Seridó/RN, ao Arquivo da Paróquia de S. Sebastião em Parelhas/RN, Arquivo Público Municipal de Parelhas/RN, Arquivo Pessoal do Professor João Manuel dos Santos, este no Povoado Juazeiro, e ao Arquivo Pessoal de Ulisses Potiguar, também na cidade de Parelhas/RN.

Os arquivos parelhenses são os que apresentam as maiores dificuldades, primeiro porque, apesar da cordialidade com que se é recebido no arquivo da paróquia, o pesquisador

precisa dividir a mesa de trabalho com os secretários que ali trabalham, o que de certa forma é um tanto constrangedor, haja vista que aqueles profissionais estão sempre atendendo as pessoas que vão solicitar missas, batismos e demais serviços eclesiais. Com a morte de Ulisses Potiguar, sua casa, onde se localize seu arquivo pessoal, ficou fechada, a herdeira do imóvel reside em Natal/RN, então para conseguir o ingresso tive que mobilizar pessoas que são conhecidas da família, para na Semana Santa do ano de 2019 ser atendido pelo casal Ulisses Filho e Galega (irmão e cunhada da herdeira da atual dona da casa). Notei que minha presença poderia ser um incômodo, já que estávamos em plena Sexta-Feira Santa, quando aquela família, na qualidade de católica, pretendia se dedicar às orações e outras práticas religiosas. Diante disso tive que agir rápido, entre às nove da manhã e o meio dia reuni e fotografei a maior quantidade de documentos que consegui. De fato, encontrei muita coisa importante naqueles documentos, o que não teria sido possível sem a boa vontade do referido casal, que pegou “emprestada” a chave do imóvel e possibilitou minha entrada.

A família do também falecido Professor João Manuel dos Santos me surpreendeu, logo que a procurei para relatar minha pesquisa e dizer que gostaria de consultar os documentos deixados por aquele educador, Dona Graça, sua filha, afirmou me conhecer, saber que sou professor na escola do Joazeiro, da qual ela é vizinha, e que sabe que sou da família de Chica Vieira e Zé Vieira da Boa Vista. Logo, eu poderia levar toda a documentação para casa e usá-la à vontade, desde que a devolvesse em seguida. Lisonjeado, prometi que traria tudo de volta no mesmo dia, peguei as malas com a documentação, levei para casa, escaneei tudo, fotografias, matrículas e documentos escolares, cadernos de anotação, enfim, tudo que havia nas malas. Depois de escaneados os documentos foram recolocados nas malas e devolvidos.

Minha experiência no Arquivo Municipal de Parelhas foi marcada por certos percalços, não por dificuldade de acesso, mas pelo fato de que ali não há critério para organização das fontes, de maneira que leva-se muito tempo e trabalha-se muito mais para que se possa achar aquilo que interessa ao estudioso.

Elucidadas as questões que dizem respeito à realização da pesquisa, resta esclarecer que o texto se organiza em torno de três eixos e/ou capítulos. No primeiro capítulo, procuro situar a comunidade da Boa Vista no cenário seridoense e apresento a gênese da comunidade a partir do ponto de vista de seus próprios membros, pondo em evidência a diversidade e o contexto de interações entre grupos de diferentes matizes. Notadamente, essa versão histórica destoa do passado construído pelas elites. Depois, com base na produção bibliográfica disponível sobre a região, discuto como a sociedade regional foi inicialmente retratada por

meio de um discurso produzido pelas elites regionais dedicado a celebrar uma ascendência europeia. Nessa literatura, o enaltecimento das elites que se reconhecem como brancas é significativo e resulta no apagamento ou na diminuição da presença e da importância das populações autóctones, mestiças e de matriz africana. Também mostro como, a partir da década de 1990, antropólogos e historiadores trouxeram à tona relevantes pesquisas em que a diversidade étnico-racial do Seridó é posta em relevo. Assim, os posicionamentos teórico-metodológicos que orientam o presente estudo, bem como o fato de ser um "estudioso-nativo", auxiliam no entendimento de uma realidade em situação de conflitos que é geralmente negada ou pouco enfatizada. A efetivação de políticas públicas com as de promoção da igualdade racial, implementadas nas duas últimas décadas, deu impulso a estudos a respeito das comunidades quilombolas e trouxeram maior visibilidade sobre a questão, potencializando o processo de emergência étnica.

No Capítulo 2, apresento as relações de parentesco na comunidade, simultâneos aos laços existentes com as comunidades das adjacências e com as autoridades. Aqui, destaco a importância que tem a Irmandade do Rosário na forma como a Boa Vista se apresenta e é percebida, pois é central para a reivindicação de uma identidade coletiva e para entender as relações interraciais.

No Capítulo 3, analiso fragmentos biográficos de alguns personagens históricos. Entre as figuras abordadas, destacam-se Imbém (Maria Serafina de Jesus (1840 – 1946) e Theodózio<sup>3</sup> Fernandes da Cruz (1864 – 1951), personagem importante pela sua posição de liderança comunitária, porta-voz e articulador da participação dos seus pares na Irmandade do Rosário. Em diferentes momentos e situações, a trajetória de vida de Theodózio, Imbém e de outros sujeitos se cruzam. Analisar essas trajetórias de vida se veste de importância, pois possibilita compreender os projetos de vida, tanto num nível individual quanto no coletivo, e esclarecem, de forma mais eficaz, o contexto das relações interraciais.

---

<sup>3</sup> Apesar de a grafia "Teodósio" ser bem mais usual na atualidade do que "Theodózio", optei por esta segunda forma, por ser a que consta na maior parte da documentação referente ao personagem aludido, inclusive no seu registro de batismo.

## 1 A BOA VISTA DOS NEGROS NO CONTEXTO SERIDOENSE



Figura 2: Boa Vista dos Negros: da esquerda para a direita, Ponto de Cultura, Salão (escola), posto de saúde e capela do Rosário. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Partiendo de um confin del mundo y del presente en busca del passado a veces perdido, a veces perpetuado, y de uma totalidade concebida como modelo ideal, optamos por um caminho en el que se mezclan confusamente, pero dentro de ciertos procesos inteligibles, los órdenes sociales y sus transformaciones, lo necessário y lo contingente, la memoria y el olvido.

Nathan Wachtel

Neste capítulo, procuro situar a Boa Vista dos Negros no Seridó norte-rio-grandense. Parto da história contada pelos seus moradores e tenho como foco principal a diversidade e as relações raciais tecidas em nível regional. Também abordo a produção de estudos a respeito da sociedade seridoense, com vistas às diferentes versões apresentadas em tais estudos, conforme o lugar de fala dos escritores.

### 1.1 VERSÕES NATIVAS DO PASSADO: “UMA NEGA<sup>4</sup> CHAMADA TEREZA”

Na Boa Vista, as referências ao passado foram durante muito tempo um tabu. Tinham que ser tratadas com certa prudência, pois apontavam pistas sobre a origem dos primeiros povoadores do lugar, faziam referências indiretas à escravidão e à possibilidade de uma relação ilícita entre a matriarca Tereza e o fazendeiro que a teria presenteado com as terras da comunidade, Coronel Gurjão. A legitimidade de ocupação do território é contida no nome da comunidade: é a Boa Vista "dos Negros" e apesar das invasões sucessivas do território tradicional, há um consenso em reconhecer que pertence a famílias negras instaladas há muito tempo (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007).

A identidade quilombola é baseada no reconhecimento da filiação à “negra Tereza”, retirante apresentada na introdução deste trabalho, muito importante por ter originado a comunidade. Sua presença é recorrente nas falas dos idosos, “os especialistas da memória” a que me referi acima, aqueles que por meio da fala, se encarregam de manter a coesão do grupo (PEREIRA, 2009). Lê-se, como se verá adiante, nas entrelinhas das narrativas de fundação da Boa Vista, a possibilidade de uma relação afetiva entre a negra Tereza e o Coronel Gurjão (CAVIGNAC et al., 2007), o que seria a justificativa plausível para a doação das referidas terras e para o surgimento de um terceiro personagem na história, a saber, Domingos, possivelmente fruto dos intercursos entre o casal. É, portanto, a partir da matriarca Tereza que a comunidade se forma, de maneira que sua história é o fundamento para que se possa entender a Boa Vista<sup>5</sup>.

Diante disso, os memorialistas locais se tornaram hábeis em lidar com as narrativas sobre o passado, escamoteando determinados fatos e personagens conforme a conveniência.

---

<sup>4</sup> Aqui o uso da palavra “nega” é uma referência ao modo como a palavra “negra” é pronunciada usualmente na comunidade. Além de ser também um trocadilho com o verso da música País Tropical, de Jorge Ben – “Sou Flamengo e tenho uma nega chamada Teresa”.

<sup>5</sup> Questões referentes à descendência de Tereza serão trabalhadas de maneira detalhada adiante.

Por outro lado, a própria comunidade se habituou a deixar que apenas aqueles “especialistas” relatassem o passado. Um bom exemplo disso é o encontro ocorrido em 1930 entre Teodósio Fernandes da Cruz e o Padre Otávio Pinto. Conforme relatou o clérigo, quatro anos depois, no Jornal “A República”, a curiosidade em conhecer uma “aldeia de negros” o levou à Boa Vista, mas chegando ao lugar, apesar de ter visto e cumprimentado diversas pessoas, somente Teodósio encarregou-se de conversar com ele e os demais visitantes, explicar a organização interna e contar algo sobre o passado<sup>6</sup>.

A professora Chica Vieira lembra que na sua infância ouvia sua mãe, Maria Benvinda, baixar a voz e falar com certo cuidado ao tratar dos “negros mais velhos”. De acordo com a educadora, os jovens que quisessem saber algo a respeito do passado da comunidade, tinham que apenas ouvir os adultos conversarem e aprender por meio de deduções. Muita coisa era dita pela metade, nomes eram omitidos e se acaso os meninos curiosos fizessem perguntas eram repreendidos: “você deixe de ser besta, que essa Boa Vista começou com uma Tereza e Domingo. E deixe de tá perguntando besteira, que isso não é conversa pra menino curioso escutar e sair dizendo não”.

Esse cuidado demonstra que os ditos mais velhos tinham certo receio com relação à propagação da história da comunidade ou pelo menos a respeito da forma como essa história seria propagada. Especialmente fora de seus limites territoriais, como pode ser percebido por meio da fala de Zé de Biu:

“Ah! os negros tinham medo dos brancos, dizem que teve uma briga dum povo lá na Paraíba, não sei se era negócio de família, ou era por causa de política, eu sei que teve essa briga pra lá. Aí os nego daqui, aqueles nego mais velho, diziam que era uma guerra, ficava tudo com medo, era tudo assombrado. Aí eles passavam o dia por aqui trabalhando num sabe, trabalhando em roçado essas coisas, mas quando era de noite subia tudo pra cima dessa serra. Tinha um canto lá que eles ficavam tudo lá com medo, dormiam lá, aí quando era de manhã vinham-se embora trabalhar. Quando chegava gente de fora aqui, vixe maria! Corria tudo, os negos desapareciam, voltavam quando o povo tivesse ido embora” (Zé de Biu, 2018).

O relacionamento com “as pessoas de fora da comunidade”, sobretudo aquelas identificadas como brancas, tinha que ser conduzido de maneira cuidadosa e consciente. Era necessário que os líderes comunitários soubessem estabelecer um convívio amistoso com os grupos sociais dominantes. Também que houvesse uma aproximação mais pontual com

---

<sup>6</sup> O assunto será retomado adiante, de forma mais detalhada.

peças que detivessem maior representatividade social, como autoridades constituídas e grandes fazendeiros da região, a quem se pudesse recorrer em momentos adversos.

No entanto, o interesse e a presença recorrente de pesquisadores na comunidade, fez com que seu passado começasse a ser visto de maneira diferente. As próprias lideranças locais começaram a notar o valor da história de seu lugar de origem e, conseqüentemente, passaram a apresentar abertamente aquelas memórias que guardavam versões nativas do passado. Embora não figurassem na literatura produzida pelos intelectuais da região, as citadas versões resistiam e eram transmitidas em âmbito local de uma geração à outra, mediante os cuidados a que se referiu D. Chica Vieira.

Uma amostra dessa nova postura é a própria história de fundação da Boa Vista que passou a ser contada habitualmente. Primeiro aos estudiosos que frequentavam o lugar, depois se tornou assunto corriqueiro, tratado até mesmo pelas crianças e adolescentes. Havendo obviamente algumas variações, conforme o narrador e a ocasião. Vejamos alguns exemplos:

<b>Depoimento de Emiliano Fernandes da Cruz a Geraldo Barboza Júnior em 1987.</b>	<b>Depoimento de Emiliano Fernandes da Cruz a Julie Cavignac em 1991.</b>
<p>_ Começou... começou quando vinha um retirante de... desse tempo o povo chamava de cima... de cima agora a gente chama o que vem prá'colá; mas nesse tempo, vindo do poente era de cima, chamava de cima, do lado nascente vinha de baixo. _ É. Ele veio do poente; agora nesse tempo os véio chamava de cima. Trazia três filhas... agora, deixou uma aqui em Boa Vista, outra no Olho D'Água do Boi e outra nos Brejos. _ É nos Brejos da Paraíba, em Lagoa Nova... chamam Lagoa Nova. A de lá eu não sei como se chamava; a daqui tinha o nome de Tereza. _ A de Boa Vista tinha o nome de Tereza; daí começou essa comunidade... depois dessa Tereza. _ Home, essa história... essa história é véia... essa história vem... eu nem sei lhe dizer de quando; porque eu já sou da quinta geração. _ Já sou da quinta geração de Tereza _ É. Sou descende de Tereza, quer dizer, sou da quinta geração. Porque, Tereza tinha um filho: Domingos. De Domingos; o Domingo tinha um filho Roberto. E de Roberto nasceu Inácio. E de Inácio nasceu Antônio que era meu pai. _ Eu já sou da quinta geração. Eu nasci em oito: 1908, 02 de fevereiro.</p>	<p>Essa aldeia de negro aqui, começou de uma mulher. Começou de uma Luzia... Luzia, não, era Tereza, começou de uma Tereza. Essa Tereza, dizem que era negra retirante, vinha de não sei d'aonde, vinha bem de lá (R). Porque ninguém sabem d'adonde essa Tereza vinha. Agora, quando chegou, era um ano seco. O ano era seco quando chegou aqui. Tinha um tal de um coronel Gurjão. Essa Tereza ficou na casa dele, como criada, como sendo da casa, criada da casa. Ela não ficou como escrava. Ela ficou como criada da casa, e quando ele passou esses negócios de terreno aqui de Boa Vista para ela, esse Coronel Gurjão, mas ninguém sabe quando foi isso... Porque minha avó é de 1825, a minha avó. E minha bisavó, de onde já vem? (R) Eu já sou da quinta geração dela, dessa Tereza. A Tereza, o primeiro filho dela foi Domingo. De Domingo, foi Roberto. De Roberto, foi Inácio. De Inácio, foi Antônio, que justamente é meu pai. Ninguém ouviu falar do marido dela. O filho, o primeiro foi Domingo, o outro foi Roberto e o outro foi Inácio, justamente meu pai era filho desse Inácio. Esse Inácio era bisavô de Francisca e ela é filha de Zé Vieira... Imbém era irmã do meu pai. O meu avô, por parte de pai nasceu aqui e aí foi a família todinha... todinho nasceu aqui e se criando aqui.</p>

Depoimento de José Herculano Vieira (Zé Vieira) a Sebastião Genicarlos dos Santos em 2004.	Depoimento de Maria Isabel da Cruz Amaral (14 anos de idade) a Sebastião Genicarlos dos Santos em 2019.
<p>Isso aqui começou com uma Tereza, agora essa Tereza, ninguém sabe d'onde ela veio. Mas ela não vinha só não. Diz que vinha com o pai e com as irmãs. Aí, quando chegaram numa fazenda. Por certo era o Maracujá, aí o pai dela pediu uma dormida. Dormiram lá, quando foram saindo de manhã, o dono da fazenda era um coronel Gurjão. Pediu ao pai de Tereza para ficar com ela lá. Tereza ficou. Aí pronto, quando ela apareceu buchuda, desse Domingo. O coronel mandou ela vim para cá. Essa Boa Vista começou daí.</p>	<p>Quem não sabe dessa história Sebastião? A Boa Vista começou assim, vinha uma família de retirantes, não sei da onde, vinha por aí andando. Aí chegaram na fazenda dum Corenel Gurjão, aí ... no meio desses retirantes tinha uma jovem muito bonita sabe? O nome dela era Tereza, ela ficou lá e os outros foram embora. Aí pronto, ela ficou grávida desse coronel e ele pegou e deu as terras da Boa Vista a ela. Quando menino dela nasceu, ela botou o nome de Domingos. Pronto, Boa Vista começou assim.</p>

Mesmo assim, pessoas como Manoel Miguel e Zé de Bui, nascidos em 1932 e 1937 respectivamente, continuam a desempenhar a função de manter a coesão por meio de narrativas referentes ao passado comunitário. Também já não se fala somente da história de fundação da comunidade, mas de muitos outros aspectos referentes à sua história. Contam-se situações em que se percebe o quanto os moradores da comunidade souberam explorar a convivência com pessoas de alto prestígio social, usando-a como um escudo ante as investidas de pessoas que cobiçavam “a terra dos negros”, ou queriam deslegitimar o direito desses últimos possuírem aquele território. Manter uma rede de aproximações com sujeitos eminentes têm sido de fundamental importância para a preservação do território, muito embora a comunidade tenha sido vítima de esbulhos em diversas ocasiões. Sem isso, é possível que o patrimônio territorial tivesse se perdido por completo. Com relação a este aspecto, no ano de 2018, tive uma conversa bastante sugestiva com dois bastiões da memória da Boa Vista, Zé de Bui e Mané Migué:

\_ (Mané Migué) Amaro Ferreira foi passar uma cerca ali. Aí foi, entrou na terra dos negros, cercou um pedaço da terra da gente. Aí os negros correram, foi chamar Seu Florêncio.

\_ (Sebastião) E Seu Florêncio veio?

\_ (MM) Veio, veio bater aqui.

\_ (Zé de Bui) Naquele tempo Seu Florêncio era Seu Florêncio mesmo.

\_ (MM) Aí ele chegou, olhou a cerca, disse cumpadre Amaro, você tá errado, você cercou a terra dos negros. Aqui tá certo, você já cercou, tá certo. Mas daqui você não passa um palmo. Se passar desmancha a cerca.

(risos)

\_(MM) Morreram intrigados.

Mais do que evidenciar que a questão das relações interraciais está no cerne da história da comunidade em pauta, a história de Tereza, Gurjão e Domingos deixa clara uma situação de dominação e trajetórias de liberdade frente a essa dominação. Neste sentido a expressão “criada da casa” é marcada como elemento fundante na memória comunitária, pois é ela que dá a jovem e negra Tereza a qualidade de mulher livre diante do fazendeiro senhor de terras e escravos.

Junto à história de fundação da Boa Vista, a memória local mantém a lembrança de mais dois eventos dignos de nota, justamente por exemplificarem situações dominação e resistência num contexto interracial, ambas ligadas à religiosidade. O primeiro diz respeito à recuperação da história da santa que demonstra predileção pelos negros.

Acharam a santa em cima de um tronco, aí foram chamar o padre, o padre veio, com um bocado de gente, aí fizeram uma procissão, tudo rezando... levaram a santa pra igreja, aí pronto, botaram ela no altar, quando foi no outro dia, a santa não estava mais lá, tinha voltado pro mesmo canto, tava lá, em cima do toco. Tornaram a levar pra igreja, quando foi de manhã, ela tinha voltado, tava lá... em cima do toco. Aí pronto, aí os negros foram, tocando caixa, pife e dançando... levaram a santa, botaram na capelinha onde os negros rezavam, aí ela ficou, não saiu mais não, ficou sendo a santa dos negros<sup>7</sup>.

Na narrativa de seu Zé de Biu, transparece uma espécie de inversão da ordem social, os brancos, são rejeitados pela divindade, ao passo que a população negra com seus batuques e suas danças cativam sua afeição. O relato é uma referência a origem das festividades do Rosário, aliás ele não se restringe à tradição oral da Boa Vista dos Negros, mas é um elemento constitutivo da memória da Irmandade do Rosário de Jardim do Seridó, da qual fazem parte os moradores da Boa Vista e outros grupos de negros como os Caçotes e os Dantas. Como os grupos (Dantas, Caçotes e negros da Boa Vista) têm trajetórias diferentes, os elementos da memória são acionados de diferentes maneiras, assim a história de fundação das festividades supracitadas apresenta pequenas variações quando contada pelo pessoal da Boa Vista ou pelos membros da família Caçote, como pode ser notado no depoimento de D. Inácia Maria da Conceição (Inácia Caçote):

---

<sup>7</sup> Depoimento de José Fernandes do Amaral – Zé de Biu, a Sebastião Genicarlos dos Santos, no ano de 2018.

Meus avôs falava que ela apareceu numa serra, aí foram buscar com música [música], chegava butava, aí ela voltava pra traz, pra o mesmo lugar. Depois foram buscar as caixinhas, essas caixinhas, os tambor com seus espontões, aí foram buscar, aí trouxeram, ela ficou, aí ficou chamando ela de Nossa Senhora do Rosário; foram os negros que vieram, que foram buscar<sup>8</sup>.

A despeito das pequenas variações, o que merece destaque é a manutenção de um discurso em que os negros são protagonistas e ao mesmo tempo oferecem resistência à dominação branca. A santa escolhe os negros e despreza os brancos. Narrativas dessa natureza, que por muito tempo permaneceram restritas aos espaços de sociabilidades dos grupos negros, refletem um intento de resistência vivenciado por esses grupos.

Um outro evento notável também remete aos primeiros anos de celebração das festividades do Rosário em Jardim do Seridó, de acordo com D. Chica Vieira, os membros da irmandade precisavam de um lugar na cidade para se instalarem nos dias de festa, porém, sem conseguir o material necessário para a construção de uma casa, os negros da Boa Vista encontraram a madeira na localidade Boqueirão, que pertence ao atual Município de Parelhas/RN. Ali árvores foram cortadas e levadas nas costas para Jardim, onde “o povo da Boa Vista”, junto com os membros das famílias Caçote, Dantas e outros confrades do Rosário, construíram a casa que até hoje serve de alojamento ao grupo. A este respeito D. Inácia Caçote traz um dado muito relevante ao afirmar que seu pai vendeu um boi para angariar recursos visando a compra do material necessário para aquela construção (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR; SANTOS, 2007, p. 111).

Esses dados atestam que havia no Seridó pré-republicano um contingente de população negra consciente de sua situação, disposto a ocupar um espaço social, economicamente ativo e atento às possibilidades que as circunstâncias ofereciam. Notemos que ao superar o problema do alojamento no período das festas, os boa-vistenses conseguiram meios de prover a matéria-prima para a construção, enquanto o pai de D. Inácia Caçote obteve, com a venda de um boi, a renda que provavelmente foi canalizada para a aquisição daquilo que não poderia ser extraído da natureza, por meio do trabalho, é provável que os Dantas e os demais integrantes da irmandade tenham também contribuído das formas que lhes eram possíveis. Aliás, no século XIX a população negra da região consegue, em dadas ocasiões, acesso aos

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida por D. Inácia Maria da Conceição (Inácia Caçote) a Diego Marinho de Gois em 2005 (GOIS, 2016, p. 356).

meios financeiros, Inácia Caçote lembra que sua avó conseguiu, trabalhando como apanhadora de algodão, amealhar quantia suficiente para bancar a própria manumissão (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR; SANTOS, 2007, p. 111). Naquela mesma centúria alguns membros da Boa Vista, como será demonstrado adiante, efetivam a posse da terra por meio de transações financeiras.

A abordagem das memórias de uma comunidade negra, situada à margem do poder, é importante na medida em que informam sobre a presença de famílias negras no Seridó. Propondo uma leitura do passado que difere daquelas presentes nos livros “convencionais”, afeitos à tradição que esmera em “contar” as histórias desse lugar por um viés branqueador, como, por exemplo, Lamartine (1965), Santa Rosa (1974) e Lima (2003).

Colocar tais seguimentos sociais no centro dos debates no campo da história e da antropologia, contribuindo para o entendimento da sociedade regional que contemple as diversas matizes étnicas e raciais<sup>9</sup> que pulsam em sua formação, faz com que esta pesquisa encontre originalidade ao explicar as relações interraciais seridoenses a partir da visão dos membros da Boa Vista: essa leitura pode ser feita a partir da narrativa que coloca em cena uma família negra pobre e um fazendeiro branco, rico e detentor de um título honorífico (coronel ou major).

Com efeito, a história de Tereza afirma o protagonismo dos negros num universo opressor e escravista, nela a jovem mulher desponta como negra livre, detentora de terras, cobiçada pelo fazendeiro e patriarca de uma povoação cuja longevidade se aproxima de 300 anos. Assim, é fundamental priorizar o ponto de vista dos sujeitos aqui enfocados a partir das suas relações com a sociedade do entorno, a saber, autoridades leigas e eclesiásticas, latifundiários, camponeses pobres e pessoas negras escravas e não-escravas que viviam nas proximidades.

O antigo tabu a que me referi nas linhas acima deu lugar, no momento atual, a uma valorização da negritude (BÖSCHEMEIER, 2014) e de uma identidade quilombola (Figura 16) construída a partir da interação com agentes externos (pesquisadores, professores e estudantes universitários) impulsionada pelo acesso às políticas promoção da igualdade racial. É na esteira desses acontecimentos que a Boa Vista se torna alvo da admiração da população

---

<sup>9</sup> Raça e etnia aqui são pensadas como categorias sociológicas distintas, de acordo com Guimarães (2008), o conceito de raça se refere às origens de um grupo e reporta-se à transmissão, pelo sangue, de qualidades morais, psicológicas, intelectuais e de traços fisionômicos. Por outro lado, etnia é evocação de fatores culturais como nacionalidade, filiação tribal, religião, língua e tradições de um determinado grupo.

parelhense, a tal ponto que em 2012 a jovem quilombola Suiane Maróise foi eleita a moça mais bonita da festa de São Sebastião (“A Garota da Festa”), padroeiro de Parelhas, vencendo a disputa com várias “meninas brancas”. Em 2018, Isaac Newton, outro jovem boa-vistense, venceu o concurso de Mister Estudantil.



Figura 3: Pesquisador juntamente com seus alunos e primos quilombolas na Escola E. Bernardino Sena, Povoado Juazeiro. Fonte: Acervo pessoal do autor.



Figura 4: Quilombola Isaac Newton, mister 2018 da Escola Estadual Monsenhor. A. Ramalho. Foto Elionísio Michael, 2018.

Tudo isso está relacionado ao contexto nacional, se pensarmos na perspectiva de Mombeli (2016), para quem o decreto 4887/2003 significa um ato de reparação pelas injustiças devidas ao escravismo e seus desdobramentos, sua efetivação e o conjunto das chamadas políticas afirmativas que foram postas em curso pelo governo brasileiro entre 2003 e 2014. É possível observar que além do reconhecimento e titulação territorial de milhares de comunidades no Brasil, a despeito da morosidade no andamento dos processos, essas comunidades passaram a ter grande visibilidade, tanto em níveis locais quanto no cenário nacional.

Diante disso, ser identificado como "nego da Boa Vista" deixa de ser algo pejorativo. Até o início dos anos 2000, soava politicamente incorreto chamar à comunidade de Boa Vista dos Negros. Em situações formais falava-se de Boa Vista dos Vieiras. Com a ressemantização

do termo quilombo<sup>10</sup> (MOURA, 2008) pôde-se identificar a Boa Vista dos Negros como tal, desta forma, surge o nome Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros e os “nego da Boa Vista” passam a ser definidos e a se definirem como quilombolas.

Entendo que a visibilidade positiva que tem a comunidade em foco no cenário municipal é uma grande vitória da resistência negra da Boa Vista sobre as opressões, que em diversos níveis e situações se abateram sobre o lugar. Se até o início dos anos 2000 a presença dos descendentes de Tereza era omitida nos discursos que anunciavam a história do município e boa parte da população os tratava como pessoas carentes de boas qualidades, atualmente a versão da história contada por aqueles negros ganhou legitimidade dentro e fora do município e os “Negros do Rosário” figuram ao lado dos emblemas mais representativos da cidade. Isso não significa que a Boa Vista deixou de ser alvo de discriminação, mas que o nível de opressão diminuiu. Preta (Maria das Graças Fernandes) lembrou em depoimento de depoimento de 21/05/2020 que:

A gente nem gostava de ir em Parelhas, porque era muita coisa, muito preconceito, era o tempo todo a gente vendo no jeito das pessoas, que elas não queriam a presença da gente. Pronto, os meninos da Irmandade, os meninos não queriam se apresentar em Parelhas, o povo assim, não todos, mas muitos ficavam rindo da gente. É por isso que eles só queriam ir pra Jardim.

Mostrar como os moradores da Boa Vista dos Negros têm se relacionado com seus “vizinhos”, tomando como parâmetro a importância das lideranças comunitárias como portavozes nas ações e negociações que visam a manutenção do território legado por Tereza, a resolução de conflitos envolvendo a posse da terra e os auxílios necessários para a subsistência do grupo em situações calamitosas. Bem como, as interações dos agentes externos que se dão na esfera do trabalho e das “amizades”, possibilitou perceber que estava em jogo um campo de interesses e de um paternalismo muitas vezes efetivado na forma de apoio mútuo ou do estabelecimento do parentesco ritual sacramentado na pia de batismo.

As novas possibilidades discursivas abertas pela corrente de pesquisas acadêmicas, desenvolvidas por antropólogos e historiadores, vão na contramão dos discursos oriundos da literatura elitista. Assim elas dão visibilidade às nuances de protagonismo dos grupos sociais marginalizados do Seridó, cujas memórias, antes mantidas em âmbito privado, começam a vir à tona.

---

<sup>10</sup> Até então “quilombo” significava um grupo de escravos fugidos e isolados.

## 1.2 OS ESTUDOS SOBRE O SERIDÓ

A história dos sertões norte-rio-grandenses foi escrita por intelectuais e eruditos ligados às elites regionais, especialmente no que diz respeito ao sertão do Seridó, região que dominou a cena política norte-rio-grandense desde a segunda metade do século XIX até os primeiros decênios do século XX (MACEDO, 2013; CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007; MACÊDO, 2005). Entre os intelectuais ligados às elites regionais que publicaram obras a respeito do Seridó, com foco na preeminência dos sujeitos de origem ibérica, estão autores como Manuel Dantas (1941), Jayme da Nóbrega Santa Rosa (1974), José Augusto Bezerra de Medeiros (1954 e 2002) e Juvenal Lamartine de Faria (1980)<sup>11</sup>.

Com efeito, entre os últimos decênios do século XIX e a primeira metade do século XX, o Seridó viveu um acentuado desenvolvimento econômico, em especial durante a Guerra de Secessão que deu grande impulso à cotonicultura<sup>12</sup> e gerou grandes lucros por ter aberto as portas do mercado inglês ao algodão seridoense (MACÊDO, 2005). A qualidade do algodão Mocó ou Algodão Seridó, era motivo de orgulho, considerado “o melhor do mundo”, o produto era vendido em escala nacional e internacional, de forma que o aumento da procura por algodão trouxe a necessidade de mão de obra; isso é o que explica, em parte, a presença de famílias negras escravizadas e livres no sertão norte-rio-grandense e paraibano (SOUSA, 2018).

A riqueza e prestígio social acumulados pelas elites regionais, possibilitaram que elas tivessem grande influência, chegando a dominar a política estadual. Neste sentido Pery Lamartine chama a atenção para o coronel caicoense José Bernardo de Medeiros, que na década de 1880 já despontava como dirigente do Partido Liberal, chegando a ser vice-presidente da província por nomeação do Governo Imperial em duas ocasiões, isto é, em 1882 e em 1884, ainda segundo Lamartine, a cena política do PL era protagonizada por Amaro Bezerra em nível nacional e José Bernardo na província (LAMARTINE, 2005, p. 55-64).

Todavia, é no decurso dos anos 1920 que o sistema político do Seridó vai se consolidar na direção do Rio Grande do Norte, notadamente com figuras como José Augusto Bezerra de

---

<sup>11</sup> O historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo discute pormenorizadamente o tema em sua tese de doutoramento “Outras Famílias do Seridó: genealogias mestiças no Sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVII - XIX)”, defendida em 2013, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (MACEDO, 2013).

<sup>12</sup> Atividade econômica de maior importância no contexto regional no final do século XIX até a década de 1970 do século XX (MACÊDO, 2005).

Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, que chegaram a ocupar o cargo de governador, e é nesse período que o referido sistema político passa a ter maior ascensão (MACEDO, 2013, p. 78). Assim, a história seridoense, escrita por esses sujeitos e por pessoas a eles ligadas, serve ao enaltecimento dos grupos familiares que compõem esse círculo elitista.

Deste modo, as referências a identidades étnico-raciais diferenciadas foram quase inexistentes, e mais, os principais atores do período colonial foram esquecidos, uma vez que a ênfase discursiva estava nas raízes genealógicas ibéricas (CAVIGNAC, 2006a, p. 101-102). Assim, nas produções historiográficas, constata-se um ocultamento da população indígena e de matriz africana, bem como dos mestiços, fruto das misturas que envolvem não somente negros e índios, mas também sujeitos identificados como brancos<sup>13</sup>.

A este respeito Macedo ressalta que (2013, p. 78):

Não podemos deixar de anotar que dois desses autores foram sujeitos ativamente participantes da cena política do Rio Grande do Norte. Manoel Dantas, militante do Partido Liberal e depois do Partido Republicano, chegou a ser intendente do município de Natal. José Augusto Bezerra de Medeiros, por sua vez, dentre diversos cargos eletivos, foi governador do Estado do Rio Grande do Norte na década de 1920, tendo participado ativamente, junto com Juvenal Lamartine de Faria, da ascensão e fortalecimento do “Sistema Político do Seridó”. Não é coincidência, portanto, que os seus escritos sejam marcados por tons de enaltecimento aos patriarcas lusitanos que ergueram as fazendas e construíram famílias no Seridó, os quais se tornaram, com o passar do tempo, raízes de extensas linhagens que desembocaram na oligarquia algodoeiro-pecuarista – a qual, nas duas primeiras décadas do século XX, dominou a cena política no território potiguar.

Diversos escritores norte-rio-grandenses, se mostraram afeitos a essa ideia de branquidade dominante entre a população do sertão do estado. Nas palavras de Câmara Cascudo, “O sertão foi povoado, dos fins do séc. XVII para o correr do séc. XVIII, por gente fisicamente forte e etnicamente superior” (1975, p. 32). Destarte, essa produção confere um caráter quase exclusivo a esses grupos de famílias identificadas como brancas na configuração do Seridó, apagando a presença negra, indígena e mestiça, ou minimizando a existência e a importância dessas populações marginalizadas e economicamente desfavorecidas (MACEDO, 2002 e 2013; MACÊDO, 2005). Com isso, cristalizou-se a ideia de que no Seridó os índios, os mestiços e os negros foram e são tão poucos que sua participação é praticamente

---

<sup>13</sup> Com relação ao tema da mestiçagem no Seridó potiguar, destaca-se a obra de Macedo (2013).

nula na formatação do espaço e da cultura regionais<sup>14</sup>, sobretudo porque o tipo de escravidão aí praticada ocupava uma quantidade ínfima de cativos (CAVIGNAC, 2003). Neste sentido é recorrente o texto publicado pelo próprio Câmara Cascudo em 1934, “Viajando o Sertão”, obra em que descreve uma longa viagem pelo interior do Rio Grande do Norte, e que serve para reforçar a ideia de exiguidade de população negra no sertão potiguar. As observações feitas em campo impulsionam o autor a conjecturar o completo desaparecimento do negro no interior do estado<sup>15</sup>:

Uma surpresa no sertão é o quase desaparecimento do negro. Raros os negros-fulos e ainda mais o retinto. Este, não o vi nos 1.307 quilômetros viajados. Assimilado nos cruzamentos, o Negro não viverá dois decênios em massa que mereça saliência. Regiões inteiras corremos sem um herdeiro dos velhos trabalhadores escravos (CASCUDO, 1975, p. 20).

Seguindo essa linha, Olavo de Medeiros Filho é um dos escritores com obra mais extensa, é inegável que tenha dado grande contribuição para o trabalho com fontes documentais a respeito do Seridó, notadamente no que diz respeito à toponímia e a jazidas documentais e até mesmo a transcrição de documentos de grande valor para a produção historiográfica (MACEDO, 2013). O autor também chama atenção para a existência e a maneira como viviam as populações indígenas que habitavam a região, todavia essas populações inicialmente são postas por Medeiros Filho como coadjuvantes diante do protagonismo do seridoense branco<sup>16</sup>. Aliás, em sua descrição, como bem lembrou Pery Lamartine na página de abertura do livro “Coronéis do Seridó (2005), o seridoense é descrito como “de elevada estatura, magro, longelíneo, branco, bronzeado pelo sol sertanejo, de rosto comprido, cabelos rebeldes, olhos azuis, sorriso constante no semblante e dono de uma voz cheia e agradável”.

---

<sup>14</sup> Apesar da invisibilidade devido ao teor das publicações referidas, um vultoso contingente de população negra livre pode ser encontrado na documentação referente às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, em Caicó/RN e em Jardim do Seridó/RN. Contudo, este é um tema relativamente pouco explorado, a despeito de ter sido estudado com grande acuidade pela historiadora Cláudia Cristina do Lago Borges em sua dissertação de mestrado “Cativos do Sertão: um estudo da escravidão no Seridó - Rio Grande do Norte” (2000). No momento atual outra historiadora, Aressa Maíra Nascimento Paiva, está escrevendo um trabalho de mestrado bastante promissor em que contempla essa parcela da sociedade seridoense na Confraria do Rosário de Jardim do Seridó/RN.

<sup>15</sup> Embora não tenha vindo ao Seridó na viagem relatada, na viagem Cascudo percorreu espaços contíguos aos rincões seridoenses, como o Vale do Assu (CASCUDO, 1975).

<sup>16</sup> Conf. Olavo de Medeiros Filho- Velhos inventários do Seridó, Índios do Açú e Seridó, Velhas Famílias do Seridó.

Já os negros, aparecem esporadicamente na obra de Medeiros Filho, e às vezes são postos em oposição aos brancos, de forma que as virtudes destes últimos possam despontar. Apesar disso sua obra merece uma ressalva, sua extensa obra é fruto de décadas de incansável dedicação à pesquisa. Assim, é preciso que a mesma seja relativizada, aliás convém notar que há momentos distintos na produção desse escritor. Se num primeiro momento seus trabalhos estiveram afinados aos ideais de ocidentalização da sociedade seridoense, como é o caso de “Velhas Famílias do Seridó”, do ano de 1981, em época posterior, a exemplo de “Cronologia Seridoense”, livro publicado em 2002, o autor, com base em fontes paroquiais, deixa claro que em dado momento, negros, índios e mestiços compunham uma massa populacional superior a de brancos no Seridó (MEDEIROS FILHO, 1981; 2002).

Com efeito, o silenciamento dos grupos sociais não identificados como brancos reflete à maneira como se dá a construção de conhecimento a respeito da sociedade. Na reflexão do antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot, nesse processo estão inclusas a produção de fontes históricas, a formação dos arquivos e a elaboração e propagação de narrativas sobre os eventos passados. Tudo isso é concebido, pelo referido autor, como mecanismos de silenciamento, uma vez que se inserem numa estrutura de poder em que grupos desiguais, com acesso desigual aos meios de produção, disputam e contribuem de forma desigual para a tessitura e propagação das referidas narrativas (TROUILLOT, 2016). Dessa forma, as narrativas maiormente difundidas refletem o poder do grupo que as produzem.

Quantos de nós podemos imaginar alguma população não europeia sem o pano de fundo de uma dominação global, que agora nos parece predeterminada? E como poderão o Haiti ou a escravidão ou o racismo ser mais do que meras notas descabidas no rodapé dessa ordem narrativa? (TROUILLOT, 2016, p. 173).

Todavia, a idealização de um Seridó construído e dirigido pelo elemento lusobrasílico, em detrimento de outros segmentos étnico-raciais, começa a ser desconstruída quando estudiosos ligados à universidade se empenham no desenvolvimento de pesquisas que trazem à tona um considerável número de índios, negros e mestiços, bem como a participação ativa e efetiva desses povos na construção do Seridó enquanto cenário social. Neste sentido destacam-se entre muito autores, os trabalhos de Maria Regina M. F. Mattos; Muirakytan K. de Macêdo, Julie A. Cavignac e Helder A. Medeiros de Macedo.

Maria Regina Mattos atesta em sua dissertação de mestrado, Vila do Príncipe (1850-1890) - Sertão do Seridó: Um Estudo de Caso da Pobreza, que a estrutura fundiária do Seridó norte-rio-grandense teve como característica primordial o monopólio da terra concentrado nas mãos de grandes latifundiários, a consolidação desse sistema se deu na segunda metade do século XIX, com o advento da Lei de Terras. Assim, foi impossível a formação de uma economia camponesa autônoma, a exemplo do que aconteceu em todo o Nordeste do Brasil. Desta forma o Seridó adotou a pecuária como principal fim econômico, ficando a agricultura voltada apenas para subsistência. Nesse quadro, a mão de obra escrava teve grande importância e acabou moldando relações de trabalho “livres específicas” até hoje encontradas na região (MATTOS, 1985).

Muirakytan Macêdo demonstra na sua dissertação de mestrado, defendida em 1998, que foi publicada com o título "A penúltima versão do Seridó", que o sistema escravista operou na região desde os primeiros anos de sua formação e que, embora a escravidão aí praticada tivesse características próprias, havia uma aproximação entre os senhores identificados como brancos e seus escravos negros bem maior do que o aludido na literatura tradicional. Aliás, na perspectiva desse historiador, indígenas e negros além de existirem em número vultoso, chegaram mesmo a reclamar um certo poder de decisão, enquanto membros da sociedade. Macêdo também demonstra, nesse texto, como se deu a construção de uma versão seridoense da história em favor de uma elite supostamente branca que construiu o Seridó em meio a provações semelhantes ao Êxodo bíblico e como depois o sistema político do Seridó ganhou força a ponto de dominar o Rio Grande do Norte (MACÊDO, 2005).

Em “Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)”, versão publicada da sua tese de doutorado (2007), Muirakytan Macêdo segue apresentando um Seridó dotado de considerável multiplicidade étnico-racial e desconstruindo a ideia de um protagonismo exclusivamente branco na região. Ao abordar o cotidiano familiar no século XVIII e as posses materiais, o historiador deixa claro que os troncos familiares, tidos historicamente como ricos, não eram assim tão opulentos, haja vista que a análise de inventários *post-mortem* deixa claro que os bens não representavam grandes fortunas. É recorrente a existência, entre aquelas famílias ditas ricas, de casebres de taipa e palha e de objetos aparentemente pouco valiosos, como colheres e cacos de enxada. Por outro lado, fica claro na referida obra a composição de famílias envolvendo índios, mestiços e negros (MATTOS, 1985; MACÊDO, 2015; MACEDO, 2013).

A antropóloga Julie A. Cavnignac também tem obra de grande relevância no que diz respeito a explicitar a diversidade étnico-racial do Seridó e ainda mais em demonstrar a importância das populações de matriz indígena e africana para a configuração da sociedade regional. Como se verá ao longo deste trabalho, a autora tem se dedicado a pesquisar e a produzir vasta bibliografia em que aparecem versões do Seridó fundamentadas no ponto de vista das parcelas indígena e negra da sociedade regional, inclusive com a produção do “Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros” (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR; SANTOS, 2007).

Já a tese doutoramento de Helder Macedo, “Outras Famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande Do Norte (séculos XVIII – XIX)”, é, de certa forma, um contraponto aos postulados de Medeiros Filho em “Velhas Famílias do Seridó”. Pois, se ambos têm a questão genealógica como foco central de suas obras, Macedo demonstra, com base em extensa pesquisa documental, que, diferentemente do que defendeu Medeiros Filho, a formação da sociedade seridoense não se deve primordialmente a uma elite branca dominante sobre nativos, africanos e descendentes de africanos. A pesquisa desse historiador nascido em Carnaúba dos Dantas, aponta para a existência de grupos com origens sociais bem diversas, especialmente mestiços, agindo conjuntamente na formação do que viria a ser a sociedade do Seridó (MACEDO, 2013).

Aos autores acima referidos, somam-se outros antropólogos e historiadores dedicados a elucidar a diversidade étnica do Seridó, muitos dos quais são referenciados ao longo da presente dissertação. Contudo, vale frisar que mesmo existindo um extenso trabalho de pesquisa sobre a presença do negro e do indígena no Seridó, como se tentou demonstrar até aqui, o presente trabalho vem somar a essa bibliografia, uma vez que tem como foco primordial as interações étnico-raciais envolvendo a comunidade quilombola, Boa Vista, tendo em vista que os trabalhos anteriores não deram ênfase privilegiada a este aspecto. Ademais, aqui a intenção também é fazer frente às publicações que, como afirmou Macedo (2013, p. 18), tinham como tônica “o soerguimento de ‘patriarcas’ das famílias de elite enquanto troncos frondosos de genealogias que se arrastam até os dias de hoje, em detrimento da presença de outros grupos”.

Diferentemente da perspectiva aqui adotada, a questão negra aparece nos trabalhos recentes de pesquisadores ligados à academia, relacionada ao universo laboral, dentro e fora do contexto escravista, ou vinculada às confrarias religiosas.

### 1.3 ESTUDOS SOBRE A BOA VISTA, A PRESENÇA DE PESQUISADORES NA COMUNIDADE E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A existência de uma comunidade negra surgida no período pré-abolição num cenário dominado por uma elite branca chama a atenção de intelectuais que se aproximaram com intuito de compreender seu modo de vida e sua história (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017). Um bom exemplo disso é o Padre Otávio Pinto, que visitou a Boa Vista no ano de 1930, como se verá adiante.

Na década de 1980, a forma como a comunidade se percebia começa a ser transformada (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017) e passa a atrair a atenção de intelectuais. Assim, o antropólogo Geraldo Barboza de Oliveira Júnior frequentou a Boa Vista entre 1987 e 1988, como ele mesmo afirma, esteve várias vezes no lugar, como pesquisador. O antropólogo estabeleceu relações de amizade e até mesmo compadrio com diversas pessoas dali. Chamou atenção dos moradores locais para a questão étnica e para a relevância da Irmandade do Rosário. Seu trabalho foi muito importante para o surgimento de uma nova autopercepção e é até hoje lembrado por muitos membros da comunidade<sup>17</sup>.

Em 1991 a Boa Vista recebe a visita da antropóloga Julie Antoinette Cavignac. Apesar de ainda não ter a questão étnico-racial como foco principal de seus estudos, uma vez que se interessava pelas memórias dos folhetos de cordel e tradição oral, para sua pesquisa de doutorado, ela teve a oportunidade de ouvir Emiliano Fernandes de Cruz falar um pouco sobre a comunidade e narrar sua fundação, centrada nas pessoas de Tereza e Coronel Gurjão.

Na esteira dos trabalhos acadêmicos dedicados a elucidar a presença e a participação de negros, índios e mestiços na construção do Seridó, foram realizadas pesquisas em nível de graduação e de mestrado, diversas pesquisas que têm como foco primordial a Boa Vista dos Negros. Dentre os quais está a monografia de graduação em história de Maria do Socorro Fernandes<sup>18</sup>, “A comunidade rural de Boa Vista dos Negros: territorialidade, identidade étnica

---

<sup>17</sup> Tive a oportunidade de conversar com o antropólogo Geraldo em 2018, na ocasião ele me falou um pouco de sua trajetória na Boa Vista dos Negros, seu trabalho também é bastante lembrado por pessoas da comunidade, especialmente Zé de Bui e seus filhos. Seu trabalho também é relatado no artigo “Memória fotográfica de uma comunidade quilombola no Semiárido do Estado do Rio Grande do Norte: a Boa Vista dos Negros, Parelhas, Rio Grande do Norte, Brasil” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017) e no livro “O perfil das comunidades tradicionais e o acesso às políticas públicas nos territórios rurais e da cidadania do Rio Grande do Norte” (COSTA; OLIVEIRA JÚNIOR, 2017).

<sup>18</sup> Maria do Socorro Fernandes é quilombola da Boa Vista dos Negros, atualmente coordena o Museu do Município de Currais Novos/RN, é militante de esquerda, atua no Movimento Negro e ocupa o cargo de presidente da Associação Comunitária de Boa Vista dos Negros (ADECOP).

e invisibilidade social de um povo quilombola (2004)”. Aqui, além de elucidar o modo como viviam os escravos seridoenses no século XIX, chamando atenção para as possibilidades de libertação, a autora traz à tona memórias quilombolas, resguardadas em âmbito comunitário, em consequência do isolamento que caracterizou a Boa Vista dos Negros até a década de 1980, quando ocorre a chegada de estudiosos que buscam entender a realidade local e orientar sua população na busca de acesso a tecnologias e no desenvolvimento de ações culturais (FERNANDES, 2004).

Com o fito de cumprir a responsabilidade da qual me senti incumbido, enquanto descendente de Tereza<sup>19</sup>, dei início à pesquisa sobre a Boa Vista ainda na graduação. Em decorrência disso, a monografia referente à conclusão do meu Bacharelado em História tem como título História e Identidade no Território de Boa Vista dos Negros. Nesse trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Muirakytan Macêdo, procurei analisar a formação de uma identidade coletiva na comunidade em pauta, tendo a questão territorial como fator primordial para ocorrência desse processo identitário. Também me dediquei à ressaltar a relevância da Irmandade do Rosário, a importância das memórias comunitárias, mantidas sobretudo pelos idosos, localmente chamados de os mais velhos, e a buscar documentação histórica para proceder a uma leitura combinada com a memória e mais, tentar por meio dessa documentação, preencher algumas das lacunas deixadas pela memória (SANTOS, 2007).

Em 2010, a Antropóloga Ana Gretel Echazú Böhmeier defendeu no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRN, a dissertação de mestrado intitulada “Natureza de mulher, nome de mãe, marca de negra: identidades em trânsito e políticas do corpo na comunidade quilombola de Boa Vista dos Negros”. Como o título sugere, o trabalho é fruto de pesquisa realizada junto as mulheres da Boa Vista, notadamente com foco nas políticas públicas voltadas à saúde feminina, a autora denomina os corpos das mulheres investigadas de corpos nus, uma vez que em sua percepção os mesmos são enxergados no âmbito das políticas de saúde da mulher sob parâmetros universalizantes e homogeneizantes que desconsideram os aspectos culturais como “marcadores de identidades”, não havendo portanto uma políticas de estado que deem um tratamento específico àquelas mulheres. Quatro anos depois de defendido, o trabalho da Böhmeier foi publicado na forma de livro com o título “Elos de leite, elos de sangue: notas etnográficas da comunidade quilombola de Boa Vista dos Negros (2008-2010)” (BÖSHMEIER, 2014).

---

<sup>19</sup> Minha genealogia aponta que sou da nona geração de Tereza.

Em 2014, Maria Angela Bonifácio defendeu também no PPGAS da UFRN a dissertação “‘A gente casa porque nasce!’: um estudo sobre a concepção dos projetos de vida em três gerações de mulheres da Boa Vista dos Negros – Parelhas/RN”. Em sua pesquisa Bonifácio se dedicou a entender as configurações do universo familiar e os projetos individuais de mulheres da comunidade a partir de trabalho etnográfico junto a três gerações de mulheres quilombolas (BONIFÁCIO, 2014).

Na época em que foi elaborado o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), acreditava-se que seriam poucos os grupos que apresentariam as condições necessárias para requerer a titulação de seus territórios. Porém, o texto da lei cita as “comunidades remanescentes de quilombo”, deixando vaga a definição dessas comunidades. Nesse sentido, o cumprimento dessa garantia constitucional só entrou em curso de fato a partir de 2003, isto é, 15 anos após a promulgação da Carta Magna, por meio do Decreto nº 4887 de 20 de novembro daquele ano. Nele são estipulados os procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das “comunidades de quilombo” (ARRUTI, 2016; BRASIL, 2003). Definindo como os critérios básicos para que um grupo possa ser identificado como quilombola a autoatribuição, trajetória histórica própria, território e presunção de ancestralidade negra marcada por resistência à opressão. Percebe-se claramente que os grupos não precisam ter sido vitimados pela escravidão para se enquadrarem nos critérios previstos.

Desta forma, em virtude de uma imposição legal, temos o alargamento da definição de quilombo para que possam ser contempladas uma série de comunidades e situações não vislumbradas pela concepção tradicional. Esta, muitas vezes utilizada sem qualquer contextualização, remete a um congelamento no tempo e acaba dizendo muito mais respeito às leis que vigoravam na conjuntura colonial do império português, para as quais quilombo era “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 1996, p. 12). É nesse contexto que reside a necessidade de uma definição centrada em um corte sincrônico, dando conta das sociedades vivas, mas sem perder de vista sua trajetória histórica (SANTOS, 2016; O’DWYER, 2002). Essa ressemantização operacionalizada sob o clivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tornou possível à palavra quilombo identificar “todas as formas de afirmação étnica e territorial das comunidades negras” (FERREIRA, 2016, p. 146).

Apesar de esse novo conceito de quilombo ser fruto de uma imposição constitucional, José Maurício Arruti (2016) pontua que a “ressemantização constitucional”, bem como a aplicação do que determina o Decreto nº 4887/2003 só foi viabilizada graças à mediação de dois movimentos bastante distintos em suas pautas e ideologias. De um lado o movimento negro, matizado no ambiente urbano, símbolo da resistência negra a uma sociedade racista. Do outro, uma “parcela do movimento camponês” que, ávida pela regularização de seus territórios, percebeu que sua ancestralidade negra poderia ser convertida em vetor de direitos (ARRUTI, 2016, p. 241).

Percebe-se, diante do exposto, que a atualização do conceito de quilombo, de maneira que possa contemplar uma vasta gama de situações presentes, foi referendada pela comunidade de profissionais da antropologia, mas teve primeiramente a contrapartida fundamental dos movimentos sociais identificados com a causa negra. É para o protagonismo desses movimentos que Arruti (2016) quer chamar a atenção quando faz referência ao fato de seus membros terem contribuído fundamentalmente no teor do texto constitucional.

Outra novidade trazida pelo decreto em questão é a importância dada à autoidentificação, haja vista que ela foi posta como preceito fundamental para que um grupo possa ser definido como quilombola. Isso permitiu que diversas comunidades se mobilizassem, a fim de assegurar a posse definitiva de seus territórios. Mais do que isso:

A titulação das terras das comunidades quilombolas pelo Estado Brasileiro constitui-se em uma política pública de reparação das injustiças cometidas em mais de trezentos anos de escravidão, e de combate aos efeitos perversos que ela impregnou na estrutura da sociedade brasileira até a atualidade (MOMBELI, 2016, p. 203).

É imprescindível, entretanto, notar que, se existe um intento reparador na efetivação dessas políticas públicas, isso se deve, em grande medida, ao esforço e agenciamento dos próprios movimentos negros, conforme mencionado acima. Dessa forma, os quilombos passam a ser reconhecidos como tais, tanto no plano das relações étnicas, no que diz respeito aos discursos sobre essas relações, como instrumento de política (ARRUTI, 2006).

No caso específico da Boa Vista dos Negros, é forte o sentimento de pertença. Inclusive no que diz respeito a maior parte das pessoas e até às famílias que, por imposição de alguma circunstância ou por opção própria, se fixaram em cidades próximas como Parelhas,

Currais Novos e Acari ou mesmo em lugares mais distantes como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O trânsito dessas pessoas e/ou grupos por diferentes lugares não implica a perda da identificação surgida no seio do lugar de pertença em um contexto relacional, isto é, mediante as interações com os grupos sociais identificados como brancos. Ademais, para que haja uma compreensão satisfatória de um grupo, atesta Pereira (2009, p. 96-97):

[...] é mister refazer a formação do campo interétnico mais amplo dentro do qual esta se desenvolveu [...]. Isto não só por conta dos recursos teórico-metodológicos utilizados para descrever e analisar algumas das situações sociais [...], mas pela própria natureza do processo de formação sócio-histórico do grupo, no que pesam as relações de proximidades que estabelece com as demais comunidades.

O Gráfico 1 demonstra os principais destinos migratórios da população da Boa Vista a partir de alguns núcleos familiares.

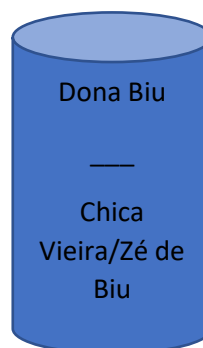
Rio de Janeiro/RJ



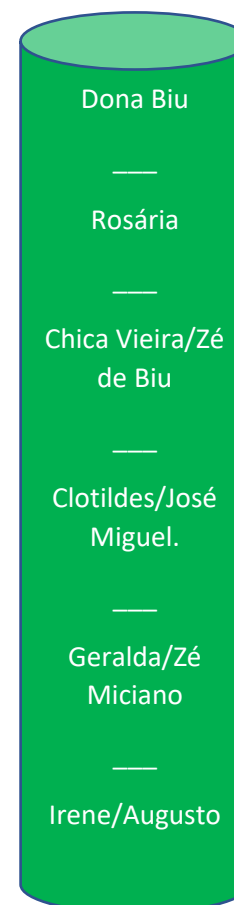
Parehas/RN



São Paulo/SP



Currais Novos/RN



Natal/RN



Gráfico 1: Principais destinos migratórios da população da Boa Vista dos Negros. Elaboração: Sebastião Genicarlos dos Santos, 2019.

Como demonstra Marcelo Mello Moura (2008, p. 8), a respeito da construção de uma identidade étnica, “na perspectiva analítica de Barth se inverte a postura tradicional de que primeiro as unidades culturais são definidas e organizadas, depois mantêm relações externas umas com as outras”. É justamente à luz da teoria da etnicidade que penso o delineamento de identidades, conforme a perspectiva de Fredrik Barth (2000), por isso se entende que é mediante os contextos e situações históricas que as identidades sociais se definem.

Desse modo, defendo que o surgimento de uma identidade coletiva entre os sujeitos da presente pesquisa se deu e se mantém a partir de um contexto de interações interracialis. Essa identidade afirmada pelos quilombolas da Boa Vista tem, obviamente, uma natureza étnica e como tal está orientada para o passado (MOURA, 2008). Assim a memória se apresenta como um componente fundamental à manutenção da identidade coletiva que, no caso de um grupo social marginalizado, é operacionalizada pelo fato de ter que se posicionar em relação aos grupos vizinhos (WACTHEL, 2014).

Depreende-se das falas dos sujeitos da pesquisa que tomar posição, nesse sentido, não significa necessariamente partir para o enfrentamento litigioso, mas agir conforme as circunstâncias requerem, tendo em vista os interesses da coletividade. Isso acontece segundo lógicas pré-estabelecidas que podem ser muitas vezes inconscientes (WACHTEL, 2001).

Para os moradores da Boa Vista, afirmar pertencimento à comunidade tinha implicações um tanto incômodas. Haja vista que isso significava defender a manutenção de um território que estava sob ameaça de contestação e que foi objeto de vários esbulhos. Por outro lado, os descendentes de Tereza carregavam os estigmas de preguiçosos e pouco civilizados. Em virtude disso, eram comuns as anedotas de cunho racista como a que falava que “na Boa Vista o negro mais sabido conhecia até Equador”<sup>20</sup>.

Dito de outra forma, ser negro da Boa Vista era alvo de muita discriminação. Mesmo para a população negra da cidade de Parelhas, ser confundido com alguém da Boa Vista poderia ser um insulto. Lembro-me que ainda nas décadas de 1980 e 1990, durante minha infância e adolescência, nas brigas de escola, alguns colegas tentavam me irritar

---

<sup>20</sup> Trata-se da seridoense cidade de Equador/RN, que fica a uma distância aproximada de 50 km da Boa Vista dos Negros e foi, até 1963, distrito do Município de Parelhas/RN.

ou afetar meu ego chamando-me de “nego da Boa Vista” como se aquilo fosse uma acusação inaceitável. Outros utilizavam a melodia tocada pelos músicos da Irmandade do Rosário, numa paródia humilhante em que proferiam os seguintes dizeres: “nego do rosário nunca pisa no meu pé, todo nego do Rosário tem catanga de chulé<sup>21</sup>”.

Ao longo dos anos, alguns grupos e pessoas optaram por romper sua ligação com a comunidade, afastando-se e até omitindo seus laços familiares e históricos. Por outro lado, a análise dos aspectos mnemônicos dos moradores da Boa Vista leva a entender que havia muita expressão de racismo explícito. Aspectos como autoafirmação e busca por reconhecimento do grupo pela sociedade de forma geral não faziam parte da realidade. A Boa Vista dos Negros era conhecida como uma comunidade rural negra com uma história peculiar, sobretudo pela questão do pertencimento à Irmandade do Rosário e à filiação de seus moradores a uma matriarca a respeito de quem muito pouco se sabia.

Eram muito comuns as anedotas que tinham como base a premissa de que os negros da Boa Vista eram sujos e preguiçosos, como por exemplo a história de uma moradora da comunidade que, vitimada por uma cascavel, foi levada às pressas para o hospital de Parelhas, onde o médico apenas olhou para a perna que foi “mordida” pela cobra e a tranquilizou: “negra não foi nada não, pode ir-se embora que a dentada da cascavel só atingiu o grude”. Vi pessoalmente um político, afirmar que na Boa Vista qualquer visita deve ser feita do lado de fora das casas, porque “o lado de fora era mais higiênico”.

---

<sup>21</sup> Assim como a filiação a Tereza, a Irmandade do Rosário constitui um forte marco identitário entre os moradores da Boa Vista.

#### 1.4 UM ESTUDO DO FAMILIAR

Cabe esclarecer minha situação enquanto pesquisador. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que me defino como um estudioso ligado à universidade e dedicado à academia, sou também descendente de Tereza, ou seja, sou um “pesquisador nativo” ou um quilombola que se tornou pesquisador. Talvez seja essa última definição a que melhor me identifica, pois a necessidade de melhor compreender o lugar em que estão fincadas minhas raízes foi o grande impulso para meu ingresso pelos meandros da História e da Antropologia.

Esta situação *sui generis* implica vantagens e desvantagens. É importante deixar claro que sou ligado por laços familiares e históricos à grande maioria dos sujeitos dessa pesquisa. Por outro lado, como professor de História na Rede Estadual do Rio Grande do Norte, tenho os laços com a Boa Vista ainda mais fortalecidos por atuar na Escola Estadual Bernardino de Sena Silva, instituição em que estudam meus primos quilombolas.

Diante disso, os saberes comunitários, especialmente aqueles que dizem respeito a uma versão da história regional que não é vislumbrada pelos discursos elitistas, estão no cerne da presente investigação. A pesquisa se dá por meio da observação participante, apoiada na sondagem das lembranças “dos mais velhos”; nas vivências com os homens, notadamente no que diz respeito ao mundo do trabalho, dos negócios e do lazer, com destaque para o futebol de campo e o futebol de salão; no cotidiano compartilhado com os estudantes quilombolas, que são meus alunos no Ensino Fundamental II e que muitas vezes, ao ingressarem no Ensino Médio compartilham comigo as alegrias e angústias com que se deparam na realidade estudantil em ambiente até então novo para eles; nas relações com as comunidades circundantes; nas interações com pesquisadores e instituições que têm o interesse de estudar a Boa Vista e na Irmandade do Rosário. Vislumbrar todos esses campos é o que dá margem a minha reflexão a respeito das relações interraciais, considerando os aspectos sincrônicos tanto quanto os diacrônicos.

Por outro lado, minha ligação à Boa Vista dos Negros possibilita que muitas das minhas memórias de infância, assim como muitos relatos de família sejam incluídos na minha etnografia. Desta forma, meu trabalho é também uma reflexão sobre minha própria vida. Por mais que procure me assegurar de estar munido de todas as ferramentas teóricas

e metodológicas que a Antropologia oferece para a condução de uma pesquisa, meu olhar sempre será diferente do olhar dos outros pesquisadores. Quando converso com pessoas da comunidade, mesmo que esteja portando caderno de campo e gravador, normalmente as pessoas, os lugares e as situações fazem ou fizeram parte do meu dia a dia, ou estão presentes nas histórias de família que conheço desde a infância. No caso das pessoas, a maioria delas são tios, primos, avós, bisavós, enfim existe algum laço parental com minha pessoa. Conhecer esses sujeitos, saber de seus traços fisionômicos, de seus hábitos, de seu temperamento, das atividades que realizam ou realizaram, ter acesso a suas casas, em algumas, inclusive, a espaços tabus como quartos e cozinha, fazem grande diferença. Um estudioso vindo “de fora” terá que criar vínculos com a comunidade e aos poucos e se familiarizando, aprendendo a conviver e conquistando a confiança das pessoas, mas dificilmente ele vai conseguir o mesmo nível de inserção e de familiaridade. Todavia, a minha proximidade com as pessoas estudadas também pode ser a causa de determinados problemas, por exemplo, certa vez não consegui realizar uma entrevista porque o grau de intimidade fez com que as pessoas da casa deixassem claro que não queriam falar sobre o passado, nem sobre a convivência com as outras comunidades, o que eles queriam era notícias sobre meus tios e informações a respeito da idade mínima para dar entrada na aposentadoria e o que havia mudado nas regras do benefício para trabalhadores rurais. Mesmo depois de dar as informações que estavam ao meu alcance, tentei várias vezes voltar ao tema da entrevista, sem obter sucesso em nenhuma delas. A familiaridade, em casos como o meu, pode vir acompanhada do grande perigo de se perder de vista a perspectiva acadêmica e deixar que o aspecto pessoal e emotivo fale mais alto.

Tenho notado que a contextualização das relações interraciais em que a Boa Vista está enredada e o modo vida ensejado pela comunidade são aspectos cuja apreensão depende de um olhar voltado aos aspectos diacrônicos e do conhecimento da realidade histórica do Seridó. Daí a razão do desenvolvimento aqui da pesquisa de arquivos históricos associada ao trabalho etnográfico, numa perspectiva de união da Antropologia com a História, conforme procuro demonstrar a seguir. Vale salientar que a efetivação da pesquisa de documentação histórica de certa forma esbarrou na dificuldade de acesso às fontes, uma vez que determinados arquivos se tornaram restritos à medida em que foram particularizados por potentados e eminentes “cidadãos de bem”.

## 1.5 História e Antropologia

Para entender as estratégias de resistência que os membros da Boa Vista desenvolveram ao longo da sua existência, faz-se necessário utilizar as perspectivas da Antropologia e da História. Irei investigar os aspectos referentes ao presente etnográfico, bem como aqueles situados no passado, para analisar as relações entre a Boa Vista e seus vizinhos. Assim, inspiro-me na obra de Nathan Wachtel (2001, 2005 e 2009), estudioso que desde a década de 1970 desenvolve pesquisas junto a populações meso e sul-americanas.

Inicialmente, sua atenção esteve voltada para os índios Uru da Bolívia, na análise das emergências étnicas e das redescobertas memoriais das populações indígenas. A partir do final dos anos 1990, inicia pesquisas sobre os processos inquisitoriais, envolvendo os chamados *marranos* ou *judaizantes*. Destarte, no contexto das perseguições desencadeadas na Península Ibérica, esses povos se espalharam por diversas partes do mundo, inclusive pelo sertão Seridó Norte-Rio-Grandense e paraibano (WACHTEL, 2009) onde têm mantido de forma sutil a sobrevivência de muitos hábitos e ritos judaicos. As vantagens da união dos dois campos de saber acima relatados são bem esclarecidas pelo historiador francês, quando diz que:

Minha dupla experiência, dos arquivos e do campo me permitiu verificar que as duas perspectivas, longe de se oporem, são verdadeiramente complementares. De fato, a pesquisa de campo não procura somente uma coleção de dados empíricos, sob a forma de inventário: esses se inscrevem numa sociedade viva, onde se propõe deixar aparecer as coerências internas, as contradições e as lógicas subjacentes. Não sendo apenas uma questão de projetar mecanicamente o passado no presente, essas análises na sincronia, podem dar conta de fenômenos mais antigos. [...] Percebe-se, a partir do presente, do interior, as regras lógicas [...]. O inquérito histórico por seu lado se esforça em descobrir o que tradição oral não grava ou não transmite (WACHTEL, 2005, p. 14).

É interessante notar também que a análise das fontes documentais ajuda a situar os relatos orais em contextos precisos, sobretudo porque, entre outras coisas, indicam com relativa precisão o momento em que os eventos ocorreram, bem como as personagens que deles participaram (MOURA, 2008).

Outro aspecto que me inspira no trabalho de Wachtel é a utilização do método regressivo, preconizado por Marc Bloch. Método esse que consiste em proceder à investigação a partir do presente etnográfico, descrevendo a realidade atual do grupo estudado, recuando, com idas e vindas, no tempo. Ao estar debruçado sobre o momento atual, o pesquisador se esforça também por encontrar sobrevivências do passado, claramente consciente de que não encontrará a “exata reprodução do passado”. Não se trata de uma ação mecânica, como assistir a um filme de trás para frente, mas de ir do “menos ao mais conhecido, do resultado final ao esboço”. Procurando, assim, analisar as conjunturas, os jogos de poder e as formas como se organizam os grupos sociais enfocados (WACHTEL, 2001, p. 14; BLOCH, 2001).

À vista disso, pretendo seguir aqui o “itinerário” proposto por Bloch e corroborado por Wachtel, ou seja, trabalhar a parte antropológica e, na sequência associá-la à análise da documentação de arquivo para que possam ser alinhadas às técnicas e às problemáticas da Antropologia e da História. A ênfase dada aos sujeitos e grupos marginalizados também constitui uma marca inspiradora da obra de Wachtel. Seus trabalhos referentes às sociedades meso e sul-americanas têm como objetivo provocar uma inversão de perspectivas, uma vez que o autor pensa o contexto de marginalização no “Mundo andino” a partir das categorias de vencedores e vencidos<sup>22</sup>.

Diante disso, o estudioso chama atenção para o fato de que a história foi escrita a partir do ponto de vista dos vencedores. Essa percepção serve como impulso para um posicionamento diferenciado, pois Wachtel se afasta da visão eurocentrista para dar inteligibilidade ao contexto colonial a partir do “ponto de vista dos vencidos” ou seja, operando “uma inversão das perspectivas ou deslocamento do olhar tentando captar em diversos aspectos a face oculta, clandestina, da sociedade crioula” (2009, p. 32).

Ao que me parece, existe certa aproximação entre a concepção de Wachtel, de apresentar o ponto de vista dos vencidos e a perspectiva antropológica que vários historiadores adotaram: por exemplo, os trabalhos de Edward Palmer Thompson (2001), com a chamada “história vista de baixo”, mostram que a ideia de sujeitos passivos na história é uma falácia. Em seus trabalhos, os sociais subalternizados, “a multidão”, são

---

<sup>22</sup> É o próprio Wachtel que adverte, em sua aula inaugural no College de France, que a adoção da nomenclatura “Sociedades Meso e Sul-americanas”, constitui um contraponto ao termo “Latina”, “que tem o inconveniente, pouco inocente, de diluir o enxerto ibérico e de apagar o substrato indígena” (2005, p. 11).

apresentados como capazes de se mobilizar e fazer uso dos mecanismos disponíveis para buscar a realização de objetivos claros.

Em ambos os casos (na versão dos vencidos e na história vista de baixo), os sujeitos marginalizados e pouco visibilizados são postos em evidência. Suas trajetórias, em grande medida silenciadas nas histórias nacionais, vêm para o centro da análise e passam a constituir o cerne da interpretação social. Essa forma de compreensão também pode ser aplicada às comunidades negras rurais brasileiras que também são remetidas à marginalidade e que durante muito tempo, apareceram apenas de forma circunstancial nas obras dedicadas ao entendimento da sociedade nacional (MOURA, 2008). Grosso modo, o ponto de vista dos membros dessas comunidades tem sido desconsiderado, ou pouco visibilizado.

Assim, esta dissertação tem a intenção de colocar em evidência “a versão de um desses grupos vencidos”. Entendo que o contexto regional, no qual a Boa Vista dos Negros é inserida, é permeado de racismo e de profundas desigualdades. Esse grupo social é historicamente marginalizado e as obras que versam sobre o Seridó Norte-Rio-Grandense, em grande medida o negligenciam, omitem sua existência ou constroem versões da história regional minimizando a participação da população de matriz afro. No presente trabalho, a comunidade mencionada é trazida para o centro da discussão e, mais do que isso, tento pôr em relevo o ponto de vista do grupo, para mostrar que as estratégias de resistência e as relações interracialias contribuem para a elaboração e manutenção de uma identidade coletiva. Essas estratégias têm como objeto, em grande parte, a manutenção de um território próprio no qual é inscrito a trajetória das famílias.

Esse complexo de relações interracialias envolvendo situações do cotidiano é aqui enxergado pelo prisma da agência postulado por Sherry Ortner (2006), onde os atores, isto é, os negros da Boa Vista e as pessoas e grupos com quem eles se relacionam, buscam nas rotinas e nas ações intencionalizadas cumprir metas e projetos culturalmente construídos.

Como bem demonstra Nathan Wachtel (1996), no seu livro sobre os Uru da Bolívia, as elites indígenas aderiram às políticas coloniais como forma de resistência. Desta forma, a obra do autor me ajuda a pensar como, no caso da Boa Vista, a população local parece se submeter a um contexto de dominação paternalista, com o objetivo de obter apoio e proteção de pessoas importantes, fazendeiros e chefes políticos a quem

podem recorrer em momentos adversos, ou mesmo buscar proteção, quando o território comunitário está sob algum tipo de ameaça.

Da mesma forma, a atitude dos “boa-vistenses” com relação à estruturação social, ao modo de vida e mesmo à transmissão da história regional, engendrados pelos grupos “dirigentes” da sociedade pode ser pensada com base em Eduardo Viveiros de Castro, no texto “O mármore e a murta”. Naquele texto o antropólogo mostra como os Tupinambá aderiram com grande avidez aos preceitos da catequese jesuítica, porém voltavam rapidamente aos seus antigos costumes, causando grande espanto aos jesuítas. Após definir o que entende por “inconstância da alma selvagem”, Viveiros de Castro conclui que aqueles antigos costumes, isto é, o canibalismo e a vingança, são elementos fundamentais para a existência da sociedade Tupinambá, de maneira que abandonar esses hábitos significava a derrota, a interrupção da continuidade daquele povo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Semelhante é a situação dos “negros da Boa Vista”, que mesmo se enquadrando nos moldes da sociedade seridoense, mantém na esfera privada versões próprias da história, além de viverem segundo lógicas próprias quando inseridos na relativa autonomia do seu território. Um exemplo disso são os enlaces matrimoniais, que no passado eram comemorados com grandes festejos e por muitos dias, mesmo em momentos de grandes dificuldades causadas pela estiagem prolongada, situações em que a convenção social do Seridó impunha uma atitude de recato e consagração religiosa.

Não se pode negar, contudo, a existência de várias comunidades quilombolas no Seridó, todavia, como tentei demonstrar, tais agrupamentos, dada a condição racial de seus membros, não aparecem nos textos produzidos a partir dos interesses da elite regional. É a partir de estudos acadêmicos e notadamente por meio da efetivação das políticas de promoção da igualdade racial, que esses grupos ganham visibilidade, alguns deles inclusive sendo contemplados com relatórios antropológicos para subsidiar o reconhecimento enquanto comunidades quilombolas, a demarcação e titulação de seus territórios, como é o caso das comunidades Macambira, Negros do Riacho e Boa Vista dos Negros (PEREIRA, 2009; ASSUNÇÃO, 2009; CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007; SILVA, 2009).

As referidas políticas, não apenas contribuíram para que fosse desfeito o vazio bibliográfico a respeito daquelas comunidades, mas também impulsionaram um processo de emergência étnica entre seus membros, inclusive estabelecendo elos entre estes e o Movimento Negro, bem como com as universidades públicas, ou seja, cresceu entre os

jovens quilombolas o interesse por ingressar na universidade, ao mesmo tempo em que estas também despertaram interesse em receber aqueles jovens.

## 1.6 O SERIDÓ E A QUESTÃO RACIAL

Não Obstante a considerável omissão da população de matriz africana por parte da elite seridoense, essa presença muitas vezes é evidenciada por meio da tradição oral e em muitos casos ela acaba se materializando na paisagem e deixando transparecer o fato de que o Seridó tem no seu passado uma parcela de população negra e um histórico escravista, em ambos os casos a história não é só de relações harmoniosas, como a de tradição oral da região é ávida em dar ênfase a situações supostamente harmônicas e benéficas como a de Joana Januária, que será abordada adiante, ou a de Maroca, “a negra que não se dá, não se vende e não se troca”, escrava que vivia no Povoado Cobra, pertencente aos ancestrais de Antonio Petronilo Dantas Filho, ex-prefeito de Parelhas/RN<sup>23</sup>. Maroca, asseverou o político, era tratada como uma pessoa da família, amava a todos na casa em que vivia e por todos era amada, a tal ponto que se recusou a ir embora, depois da Lei Áurea. Mas a história do negro seridoense é também uma história de perseguição, de sofrimento e de morte. como se pode ver no caso ocorrido no século XVIII, que foi recuperado por Olavo de Medeiros Filho, que deu ao mesmo “uma nova roupagem”.

O relato, “Um negro nu e cru”, se passou na localidade Picos, zona rural de Acari/RN, é bem característico da literatura tradicional do Seridó e passou por várias gerações de escritores e contadores de casos da região e envolve uma série de personagens eminentes da região, tendo sido originalmente escrito por Simplício Francisco Dantas, neto do português Tomaz de Araújo Pereira, depois transmitido pelo Coronel Quincó da Rajada<sup>24</sup>, posteriormente publicado no jornal “O Momento”, por José Azevedo Dantas e finalmente por Medeiros Filho no livro “Velhas Famílias do Seridó”.

---

<sup>23</sup> A anedota da escrava Maroca, bem como amor que a sua família tinha por ela, me foi contada pelo próprio Antonio Petronilo Dantas Filho, no ano de 2007, após uma roda de conversa na capela da Boa Vista dos Negros.

<sup>24</sup> Área rural com parte dos atuais municípios de Acari/RN, parte no município de Carnaúba dos Dantas/RN.

Dona Maria da Conceição de Mendonça, moradora nos Picos de Baixo, entre os anos de 1753 e 1755, foi, certa feita, à fazenda dos Picos de Cima, visitar a sua filha Josefa de Araújo Pereira, casada há pouco tempo com Caetano Dantas Corrêa. A esposa de Tomaz de Araújo, viajando pela margem do Rio Acauã, com uma filha e uma escrava, já de volta à sua casa, viu surgir à sua frente um “negro horrível, asselvajado, completamente despido”, armado de uma foice, vindo de algum engenho do litoral. Logo ao avistar o grupo de mulheres, o negro avançou sobre as mesmas com gestos rancorosos, pretendendo satisfazer seus instintos bestiais. Dona Maria da Conceição pôs-se à frente do grupo, empunhando um espadagão que trouxera consigo, tendo-se travado um combate singular: de um lado, o negro armado de foice, do outro a matrona sertaneja, armada de espadagão... Depois de muito tempo, o negro, que durante a luta “dava pulos horríveis”, foi finalmente atingido no baixo ventre, caindo por terra com “grandes gemidos”. Extenuadas, as mulheres conseguiram chegar aos Picos de Baixo, onde narraram o acontecimento. Reuniram-se vaqueiros e escravos da fazenda, rumando ao local da luta. Ali chegaram (o local do combate denominava-se Lagoa da Pedra), não encontraram mais o negro. Mas deparando-se com um rastro de sangue, seguiram-no, chegando até uma fumaça, nas imediações, onde encontraram o “quiba” do negro. Um dos presentes disse: “– O quiba do negro está aqui”. (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 113-4).

Evento similar aconteceu bem próximo da Boa Vista, já no século XIX, como assevera Maria do Socorro Fernandes (2004, p. 9), era comum, no transcurso do século em pauta, a fuga de escravos do Brejo Paraibano para o Seridó, é possível que alguns desses cativos tenham se refugiado na Boa Vista ou em locais próximos como a Serra do Marimbondo, ou a Casa da Pedra. A este respeito se faz digno de menção o caso relatado em outubro de 2018 por Sebastiana Maria Dantas de Medeiros (D. Nega), nascida no Povoado Juazeiro em 1948 e ali residente até a atualidade.

Essa história é muito conhecida aqui no Juazeiro, agora ninguém sabe quem era esse homem, dizem que era um escravo sabe? Vinha por certo lá da Paraíba, daqueles brejo. Ele ficou por aqui, assim andando de um lado pra outro... vinha com muita sede, com muita fome. Mas ninguém ajudou né, num teve quem desse água ou comida. As pessoas também não queriam conversar com ele, aí ele veio nessa estrada, todo mal vestido, com roupa rasgada... dizem que trazia um saco velho nas costas e umas cabaças. Aí quando ele viu uns coqueiros ali pro lado das Aroeiras, ele subiu num coqueiro... pra tirar coco e beber a água sabe? Foi quando um velho que morava lá pelas Aroeiras veio com uma espingarda e atirou nele. Ele caiu lá de cima, ainda ficou vivo um pouco, mas muito machucado, não demorou muito, ele morreu. Aí enterraram e colocaram uma cruz no lugar, depois fizeram aquela capelinha que tem lá<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> É possível que o evento narrado por D. Nega tenha se dado durante a seca de 1877 a 1879 (GUERRA; GUERRA, 1980), a prolongada estiagem pôs em circulação grande contingente de retirantes e fez com que muitos escravos fugissem ou fossem abandonados por seus senhores (FERNANDES, 2004).

D. Nega ainda informa que não demorou para que sua cova se tornasse um lugar de visitação popularmente chamado de “a covinha do escravo” e, muita gente acredita que o malgrado cativo se tornou milagreiro. Seus restos mortais encontram-se ainda na mesma cova, ao lado da qual foi construída uma pequena capela (Figura 29), onde se realizam anualmente missas e novenas. A entrevistada lamenta que atualmente tenham diminuído as visitas ao local, mas lembra que décadas atrás, no Dia de Finados (2 de novembro), era grande a quantidade de pessoas que visitavam a cova do escravo, para rezar e rogar o seu favor.



Figura 5: Covinha do Escravo, Povoado Juazeiro. Fonte: Acervo pessoal do autor.

A despeito da comoção que suscitara, na população do Povoado Juazeiro, despertando nela uma sensibilidade de cunho religioso, as circunstâncias da morte do referido negro merecem uma reflexão mais centrada em questões práticas.

Em ambos os casos, o negro aparece como um vilão despido não somente de roupas, mas também de civilização, sua falta de bons modos, sua insubmissão e seu atrevimento são interrompidos pelo espadagão da matrona sertaneja e pela pontaria certa do “velho que morava lá pelas Aroeiras”. Temos, nos dois casos, a revelação de

um lado opressor, violento e humilhante das relações interraciais no Seridó, essa realidade pode ser constatada em muitos outros pontos da paisagem regional, como na Cruz do Negro, que fica no território da Boa Vista dos Negros, sobre a Serra do Marimbondo; o Tanque da Negra, Sítio Quintos do Meio – Parelhas/RN, onde uma escrava foi afogada e o Anjo Aurora, a menina negra que morreu de sede. Além desses são muitos os casos de natureza semelhante ocorridos na circunscrição seridoense, com pessoas negras, muitas das quais foram transformadas em objeto de devoção. Maria Isabel Dantas (2002), aponta a existência, no município de Carnaúba dos Dantas/RN, de diversos lugares de memória e ao mesmo tempo religiosos que remetem à presença dessas vítimas negras, como a Cova da Nêga e a Cova do Negro Maurício.

No Seridó Norte-Rio-Grandense, já é notório o esforço de vários pesquisadores no intuito de produzir estudos que destoam dessas concepções difundidas pelos grupos elitistas e trazem à tona outras versões da história. Antropólogos e historiadores têm demonstrado, através de investigações baseadas na memória e em documentação histórica, a existência e a historicidade de um contingente populacional bastante variado, do ponto de vista étnico-racial, no Seridó pré e pós-republicano. Neste sentido um dos primeiros trabalhos foi publicado pelo antropólogo Luiz Carvalho de Assunção (1994), a referida obra, intitulada “Os Negros do Riacho: estratégias de resistência e identidade social”, versa sobre a construção identitária, as relações sociais e políticas, bem como da organização interna de um grupo social, e as disputas internas pelo controle do poder e a propriedade da terra entre “caboclos e negros” nas terras do Riacho (Município de Currais Novos/RN). Aquela comunidade também foi estudada pela historiadora Joelma Tito da Silva, que em 2009 defendeu a dissertação intitulada *O riacho e as eras: memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra do Seridó Potiguar*. Trabalho em que a autora a partir da abordagem da memória coloca em evidência as referências a um “passado mítico e ancestral” que remonta ao período imperial, “tempo de D. Pedro”, quando o primeiro negro se fixa no lugar em que se desenvolveria a comunidade, ao conquistar e construir aquele espaço, numa área montanhosa e até então pouco interessante para os demais grupos sociais, o patriarca possibilita a formação comunitária e a construção de uma identidade peculiar ao grupo.

Entre muitos exemplos também pode ser citado o livro “Tronco, ramos e raízes: história e patrimônio cultural do Seridó negro”, organizado por Julie Cavignac e Muirakytan Macêdo (2014), trata-se de uma coletânea de textos antropológicos e históricos que, em grande medida, dão conta da presença e das experiências da população

de matriz africana no Seridó. Já em “Processos sociais, cultura e identidades”, Elisete Schwade e Carlos Guilherme Valle (2009) reuniram textos antropológicos em que os autores, sob distintos enfoques teóricos-metodológicos, evidenciam os percursos de indígenas e negros não somente no Seridó, mas também em outras regiões do Rio Grande do Norte e do Nordeste brasileiro. Alguns desses textos se apoiam nas pesquisas realizadas para relatórios antropológicos de comunidades quilombolas.

Também merecem referência os trabalhos de conclusão de curso de graduação e as dissertações de mestrado. Dentre os quais está a monografia de graduação em História de Maria do Socorro Fernandes, “A Comunidade Rural de Boa Vista dos Negros: territorialidade, identidade étnica e invisibilidade social de um povo quilombola”. Aqui, além de elucidar o modo como viviam os escravos seridoenses no século XIX, chamando atenção para as possibilidades de libertação, a autora traz à tona memórias quilombolas, resguardadas em âmbito comunitário, em consequência do isolamento que caracterizou a Boa Vista dos Negros até a década de 1980, quando ocorre a chegada de estudiosos que buscam entender a realidade local e orientar sua população na busca de acesso a tecnologias e no desenvolvimento de ações culturais (FERNANDES, 2004).

Danycelle Pereira da Silva escreveu, “Os fios da memória: presença afro-brasileira em Acari no tempo do algodão”. Nessa dissertação de mestrado, em antropologia social, em que a autora revela que diante da negação por parte de seus interlocutores de uma ancestralidade afro-brasileira, foi necessário adotar a estratégia de usar o estudo do passado algodoeiro da localidade como ponte para chegar às memórias negadas dessa ancestralidade negra (SILVA, 2014).

Recentemente, Jardelly Santos (2017) defendeu a dissertação “Um rastro de memória: terra, parentesco e ofícios na família Belém em Acari/RN (séc. XVIII – XXI)”, trabalho que se aproxima do que aqui proponho realizar por ter um enfoque etnográfico e histórico. A autora revela como resultados, uma grande diversidade de estatutos entre a população negra e uma grande quantidade de ofícios que remetem a um passado escravista, a despeito de um “apagamento voluntário da mancha deixada pela escravidão”.

Assim como Jardelly Santos, percebo que a pesquisa vai se conduzindo para um ponto em que, sem uma base antropológica mais sólida, dificilmente poderemos resolver na investigação os problemas com os quais nos deparamos. Em nosso caso, a realização

do trabalho etnográfico exige essa base, inclusive para atingir e explorar os silêncios, as reservas das falas, as negações, quando sabemos da conexão entre o dito e o não-dito. De outra forma, escapa-nos a apreensão do contexto político e social em que se enredava a população negra do Seridó, bem como a chance de colocar num ângulo privilegiado de observação as relações interétnicas, a construção e a efetivação de uma identidade coletiva peculiar ao grupo quilombola de Boa Vista dos Negros (POLLAK, 1989; MELLO, 2012; VALLE, 2009).

Assim, o presente trabalho se inscreve na linhagem dos estudos que associam a perspectiva da Antropologia e da História, para entender os conflitos inerentes às interações interraciais, as práticas de racismo e opressão e os modos como a comunidade em foco lidava com tais questões e resistia às opressões.

#### 1.6.1 O PROCESSO TERRITORIAL

Outro impulso ao processo de emergência étnica ocorreu em 1998, quando a Fundação Cultural Palmares<sup>26</sup> enviou o antropólogo Aleksandro P. Ratts para realizar pesquisa de campo e elaborar um relatório técnico-científico da comunidade para o projeto “Mapeamento e sistematização das áreas de remanescentes de quilombos” (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007). O estímulo à etnicidade despertou o interesse da população local. Todavia, é a partir da efetivação das políticas públicas decorrentes da aplicação do Decreto 4887/2003 que o processo se consubstancializa e tem início a busca pela titulação territorial e pelo reconhecimento enquanto grupo quilombola.

Foi através de Marcos Antônio do Nascimento, ex-aluno da escola da Boa Vista dos Negros, onde a quilombola D. Chica Vieira era a professora, nascido na Boa Vista dos Luciano, sociólogo, policial federal e membro do Partido dos Trabalhadores (PT), então residente em Brasília, que a possibilidade de delimitação e posse definitiva do território chegou à Boa Vista dos Negros. Entretanto, a consolidação desse processo, que

---

<sup>26</sup> Órgão vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela intermediação dos diálogos e processos envolvendo as comunidades quilombolas e as entidades governamentais.

culminou com a recuperação das frações territoriais que haviam sido tomadas e que circunstanciou o surgimento de uma nova visibilidade para a Boa Vista no cenário parelhense, veio mediante a parceria estabelecida entre a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Boa Vista dos Negros (ADECOP) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), através de sua gerente de projetos Elizabeth Lima. De acordo com Maria das Graças Fernandes (Preta) (Figura 2), que ocupou por seis anos a presidência da ADECOP, tudo começou quando Elizabeth Lima veio à Boa Vista, explicou que a comunidade tinha direito às Políticas de Promoção da Igualdade Racial que começavam a ser implementadas pelo governo do Presidente Lula, inclusive a reincorporação das terras perdidas. A partir de sua orientação, a comunidade requereu junto à Fundação Cultural Palmares o reconhecimento e certificação da identidade quilombola e encaminhou carta ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se apresentando como sujeita dos direitos assegurados pelo referido Decreto 4887/2003 e solicitando o cumprimento do mesmo.



Figura 6: Preta e família chegando em Jardim do Seridó para a Festa do Rosário. Fonte: Acervo pessoal do autor.

A posição de Preta, enquanto presidente da ADECOP, acaba reavivando o protagonismo, no sentido político, das mulheres da Boa Vista, uma vez que ela inicia uma

trajetória como liderança comunitária digna de destaque, a exemplo do que foi feito por mulheres que a precederam como a matriarca Tereza, a professora Chica Vieira e Imbém, todas elas incluíram os interesses comunitários em seus projetos de vida (BONIFÁCIO, 2014).

Eu não lembro bem como foi [...] mas eu lembro que fui uma primeira viagem em Recife. Fui justamente até com Elizabeth e mais duas pessoas aqui da comunidade. E participei também de uma reunião em Natal, daí então eu comecei a... né, ter interesse de buscar, de lutar pela comunidade. Uma vez que nesses seminários quando eu vi todas as comunidades, todas aquelas pessoas lutando pela sua comunidade, então assim, criou dentro de mim essa vontade de representar a minha comunidade, então foi o tempo né que chegou a eleição da associação e eu me candidatei, junta com duas pessoas e... né, tendo uma quantidade voto bem bem boa né, eu consegui ficar na associação [...] Mas assim, eu passei seis anos à frente da associação. E assim, é em relação à prefeitura, eu sempre tive um contato muito bom, com todo mundo, porque tudo que eu procurava fazer era com pareceria, quando eu ia fazer um trabalho na comunidade, que precisava da prefeitura, então eu nunca chegava lá exigindo que eles fizessem isso nem aquilo, um exemplo, quando eu fui fazer a capela, na época o prefeito era Dr. Antonio, eu chegava e dizia, olhe Dr. Antonio eu vou fazer a capela, eu já tenho um material, o que é que a prefeitura pode entrar? Aí ele disse, Preta a gente pode entrar com a mão de obra [...] E sempre quando tinha um problema, tipo que a prefeitura não gostava da comunidade, eu sempre conseguia remediar uma coisa com a outra, comunidade com a prefeitura, prefeitura com comunidade [...]. Eu fui quem na época né, porque quando foi pedida a solicitação ao INCRA para fazer o regulamento da terra, na época eu era a presidente, então assim foi uma ideia que surgiu na comunidade, a preocupação da comunidade, né uma vez que, como você sabe a história era contada por relatos orais e só quem sabia era as pessoas mais velhas, então essas pessoas estavam se acabando, foi aonde surgiu essa ideia, eu acredito até que a gente teve algum toque de alguém que eu não lembro, pra gente fazer uma carta para o INCRA, solicitando a demarcação das terras, mas tenho certeza que da associação que partiu, não foi o INCRA que nos procurou, foi a associação que procurou o INCRA, então assim, que acredito também que eu tive uma boa participação na época que eu passei, sempre participando de reuniões no INCRA, sempre acompanhando todo processo [...]. E assim, você quando você tá responsável por uma coisa, seja lá ela qual for, você tem que muitas coisas ter autonomia e tem que relevar muitas coisas, como eu sempre relevei, não abaixava a cabeça pra certas coisas, certas. Pra fazer aquele Ponto de Cultura eu cheguei lá né, disse olhe eu preciso de um local pra fazer reunião e eles imediatamente fez aquele espaço, Francisco na época, a gente conseguiu aquele espaço e pra você ter uma ideia aquele Ponto de Cultura Sebastião, ele foi feito eu servindo de servente de pedreiro...<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Preta (Maria das Graças Fernandes) a Sebastião Genicarlos dos Santos no ano de 2020.

A luta encabeçada<sup>28</sup> inicialmente por Preta e continuada por outras mulheres da comunidade que a sucederam na presidência da ADECOB, além de recolocar as mulheres num lugar central da política boa-vistense, a exemplo do que aconteceu anteriormente com Tereza, a matriarca da comunidade, e com D. Chica Vieira, como será demonstrado adiante, resultou na conquista de uma capela comunitária, de uma quadra poliesportiva e do Ponto de Cultura Espaço de Resistência (Figura 3), através do qual diversos projetos e oficinas profissionalizantes e de natureza cultural chegaram à comunidade, no âmbito das referidas políticas afirmativas. Essas oficinas tiveram papel fundamental no processo de emergência étnica e de valorização de uma estética autoafirmativa. Porém o resultado mais significativo é a retomada das terras perdidas, não somente por fazer com que o território que havia sido encolhido chegando a menos de 80 hectares voltasse às configurações antigas, alcançando 445 hectares, mas sobretudo por representar uma vitória “dos negros” frente às injustiças e abusos perpetrados por pessoas ligadas à direção do poder social, que aproveitavam o caráter vulnerável da população da Boa Vista, para invadir suas terras e negar-lhes a posse de um bem fundamental e de usufruto secular. As construções mostradas na imagem abaixo refletem as conquistas realizadas ao longo dos anos, resultados de incessantes lutas.

À medida em que foi conhecendo e se familiarizando com as novas possibilidades abertas pela lei e pelo trabalho dos pesquisadores que ali atuaram desde a década de 1970, as lideranças da Boa Vista começaram a repensar seu passado, mas sempre tomando a memória como fundamento (MOURA, 2008; WACHTEL, 2001). É nesse contexto que a figura de Tereza e a história de fundação da comunidade vêm à tona, afinal ela é apontada “pelos mais velhos” como sendo a pessoa que deu início à Boa Vista.

Entre 2005 e 2014 se fez mais pontual a presença de antropólogos e historiadores ligadas a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na Boa Vista dos Negros. Despertando inclusive o interesse de estudantes de graduação e pós-graduação pelo estudo da comunidade. Isso contribui significativamente para que se construísse uma nova imagem, mais positiva, da Boa Vista e o enaltecimento da negritude por parte das pessoas da comunidade, que agora se identificam como quilombolas, e para o

---

<sup>28</sup> Atualmente Preta ocupa o cargo de tesoureira da capela da Boa Vista e se responsabiliza pela organização da Festa do Rosário que ali acontece anualmente, geralmente na segunda semana de outubro. Após o encerramento de seu mandato na presidência da associação local, somente mulheres ocuparam o cargo, atualmente a referida presidência é dirigida pela historiadora Maria do Socorro Fernandes, sendo que esta já é terceira a ocupar o cargo, depois da saída de Preta.

fortalecimento da autoafirmação. As relações entre comunidade e universidade ganharam força, em virtude do convênio firmado entre esta última e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Por meio desse convênio a UFRN se encarregou de enviar pesquisadores da área da Antropologia para as comunidades quilombolas do estado a fim de realizar pesquisa e desenvolver relatórios antropológicos com vistas ao cumprimento do Decreto 4887/2003.

A pesquisadora responsável por realizar esse trabalho na Boa Vista dos Negros foi a Profa. Dra. Julie Cavnignac, sua equipe de pesquisa foi composta por três alunos de graduação, dois de Ciências Sociais e este autor, na época estudante de História. Ao longo de dois anos realizamos, sob a condução da antropóloga supracitada, trabalho de campo e pesquisa documental. Ao final da pesquisa procedeu-se a escrita do “Relatório Antropológico de Boa Vista dos Negros”. Mas além desse documento, a investigação realizada contribuiu para que a comunidade se tornasse mais empoderada, consciente de seus direitos e também trouxe uma visibilidade muito positiva ao local (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR; SANTOS, 2007).

Outras duas possibilidades de aproximação entre a UFRN e a Boa Vista dos Negros aconteceram. A primeira em 2006, quando do “Mapeamento das Referências Culturais do Seridó”, através de mais um convênio, dessa vez firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a UFRN, em concomitância com o trabalho que vinha sendo realizado para a construção do referido relatório antropológico. A direção coube mais uma vez à Profa. Dra. Julie A. Cavnignac e entre os diversos aspectos culturais da Região Seridó Norte-Rio-Grandense, a Dança do Espontão praticada pelos “negros da Boa Vista” no âmbito da Irmandade do Rosário foi objeto de estudo e reconhecido como uma referência cultural na categoria “expressão” (CAVIGNAC et al., 2010).

Em 2012 a Boa Vista dos Negros já dispunha de grande representatividade no cenário parhense, tal representatividade se tornou ainda mais vultosa com a efetivação do Projeto de Extensão intitulado “Educação Patrimonial em Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Norte” (UFRN). O projeto, conduzido também pela Profa. Dra. Julie A. Cavnignac, teve como foco principal a Boa Vista dos Negros e propiciou a realização de várias ações de valorização do patrimônio, como oficinas de dança, desenho, tranças, turbantes e fotografia. Além da coordenadora, fizeram parte professores e alunos da

UFRN, além de estudantes quilombolas matriculados no ensino médio (CAVIGNAC; MACÊDO, 2014).

Assim, como as demais ações em que estiveram envolvidos, pesquisadores ligados à Universidade e à comunidade contribuíram significativamente para a tomada de consciência, melhor esclarecimento na busca por direitos, valorização da negritude e engendramento de uma identidade étnica. O projeto em questão teve também como produto o já citado livro “Tronco, Ramos e Raízes: História e Patrimônio Cultural do Seridó Negro” organizado por Julie Cavignac e Muirakytan Macêdo (2014), coletânea de textos antropológicos e históricos que, em grande medida, dão conta da presença e das experiências da população de matriz africana no Seridó. E ressalta-se ainda o “Guia Cultural Afro do Seridó”, publicado no ano de 2020 sob a coordenação de Julie A. Cavignac, Muirakytan K. de Macêdo e José Clewton do Nascimento.

Resta dizer, fechando o presente capítulo, que com o exposto acima, fica claro que a construção e a transmissão de versões da história são objeto de disputas entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade. Tomando como base os postulados de N. Wachtel e de E. P. Thompson tentei demonstrar como, numa perspectiva ocidentalizante, as parcelas dominantes usam o poder da fala e de autorrepresentação para retratarem a história a partir de seus matizes, conforme seus ideais. Ainda assim, é possível encontrar estratégias de resistências e de luta para manter vivas memórias e versões históricas distintas daquelas “oficiais”, criadas pelos grupos dominantes. Tais nuances, vislumbradas, por exemplo, entre a multidão de trabalhadores ingleses estudados por Thompson ou nos povos meso-americanos pesquisados por Wachtel, também são encontradas no Seridó norte-rio-grandense, notadamente no que diz respeito à população identificada como não-branca, a saber índios, negros e mestiços.

Aqui, essa versão dos “vencidos”, para usar a expressão wachteliana, começa a fazer frente aos discursos oriundos dos círculos elitistas a partir do momento em que antropólogos e historiadores se dedicam ao estudo dos sujeitos e grupos escamoteados na escrita tradicional. Desde então, uma forma diferente de se pensar a sociedade seridoense ganha corpo através de pesquisas e publicações acadêmicas.

Este movimento foi potencializado com os estudos a respeito da Boa Vista e, especialmente pelo reconhecimento da própria comunidade, que se valeu do advento das ações afirmativas decorrentes do decreto 4887/2003, colocando em xeque a ideia de um

Seridó quase que exclusivamente branco, não obstante a existência destoante e tão *démodé*, quanto renitente, de publicações no engrandecimento dos velhos patriarcas das famílias brancas da região.

Irei demonstrar agora a situação atual da Boa Vista dos Negros, com atenção particular nas interações de seus membros com os grupos circundantes. Exponho como ocorre a reprodução de uma identidade coletiva fundamentada na memória e na participação da Irmandade do Rosário. Me proponho também a elucidar as estratégias de resistência e a forma como as políticas de promoção da igualdade racial têm sido recebidas pela comunidade, contribuindo no processo de emergência étnica.

## 2 A BOA VISTA E SUAS MUITAS CONEXÕES



Figura 7: Comunidade reunida no Salão em 1979. Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.

Negros apresentam suas armas  
As costas marcadas, as mãos calejadas  
E a esperteza que só tem quem tá  
Cansado de apanhar

Bi Ribeiro e Herbet Vianna

Este capítulo apresenta a situação atual da Boa Vista dos Negros, com ênfase especial na Irmandade do Rosário e nas práticas educativas. Descrevo a organização social, a configuração espacial, as casas e demais construções, a alocação populacional pelo território, a situação socioeconômica e como se caracterizam as relações interraciais que mantém a comunidade em conexão com as povoações do entorno e com variados seguimentos da sociedade. Todos esses aspectos são apresentados como decorrentes das experiências vividas pela comunidade em épocas anteriores.

## 2.1 CONEXÕES ESPACIAIS, TEMPORAIS E SOCIAIS

É *mister* fazer breve apresentação da Boa Vista dos Negros, a fim de deixar claro o contexto em que ela está inserida, bem como os contrastes identitários que a distinguem dos grupos com que interage.

Trata-se de uma comunidade negra, situada em espaço rural e que atualmente demonstra uma mescla de atividades agrícolas e não-agrícolas. Localiza-se na porção central do Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na Microrregião Seridó, na zona rural do município de Parelhas, a uma distância aproximada de 12 km da sede municipal e de 230 km de Natal, a capital do estado (Figura 4). O território é composto atualmente por 445,2 ha, onde vive uma população de 137 pessoas, em 48 unidades residenciais. Ali, todas as casas são construídas em alvenaria, têm piso de cimento ou com revestimento cerâmico, possuem energia elétrica, dispõem de banheiro e, na falta de um sistema de saneamento básico, têm fossas sépticas. O abastecimento de água é feito através do bombeamento a partir de um reservatório comunitário, o Açude dos Negros, de onde a água é distribuída para cada domicílio.

Na circunvizinhança da Boa Vista se encontram algumas comunidades rurais, não negras, com as quais os quilombolas costumam interagir, a saber, Boa Vista dos Luciano, Boa Vista dos Barros, Cachoeira, Salgadinho, Maracujá e Povoado Juazeiro. Além das relações formais e informais de trabalho, os moradores da comunidade pesquisada desenvolvem com as pessoas daquelas povoações um comércio circunstancial. Dentre eles são negociados motocicletas, ferramentas, animais e assim por diante.

A interação com esses grupos também se dá por meio de eventos esportivos que muitas vezes são sediados na quadra de esportes ou no campo de futebol da comunidade quilombola. Camarões é o nome dado ao time de futebol de campo e de salão da Boa Vista dos Negros, que recebe, diversas equipes para a disputa de torneios, campeonatos e jogos amistosos. Esses eventos ocorrem desde o início dos anos 2000 e são organizados pelos próprios membros da comunidade, sobretudo João Batista Fernandes (Dodoca). O convívio igualmente ocorre em virtude das festividades religiosas ou profanas realizadas na própria Boa Vista dos Negros e nas povoações do entorno e ainda mais no cotidiano escolar e de trabalho, nas cerâmicas (onde se fabricam telhas e tijolos), nas fabricas de roupas instaladas no Povoado Juazeiro, no Sítio Cachoeira e na Cidade de Parelhas/RN.

Vale salientar que as interações mais pontuais dos membros da comunidade em pauta se efetivam com a Fazenda Maracujá e com a população do Povoado Juazeiro. Inclusive a ligação com “o Maracujá” é ressaltada já na história de fundação da Boa Vista, muitos idosos da comunidade, afirmam que foi ali o lugar onde Tereza e seus familiares foram acolhidos pelo Coronel Gurjão. A narrativa apresenta o próprio território da Boa Vista como sendo inicialmente a parte “do Maracujá” que fora doada à matriarca “dos negros”. Por outro lado, as memórias evidenciam aquela fazenda como um lugar onde “o povo da Boa Vista” realizava esporadicamente serviços agrícolas e domésticos, também como um ponto de apoio no caminho de Parelhas, onde se podia beber água, fumar, tomar café, conversar e enfim, manter viva uma relação amistosa com um centro de poder, do qual os negros podiam se valer em situações adversas.

Neste sentido destaca-se a figura de Florêncio Luciano, que foi por muitos anos o dono “do Maracujá” e um dos chefes políticos do cenário parelhense. Aliás, a morte de “Seu Florêncio” e o avanço de um estilo de vida mais urbanizado fizeram com que aquela fazenda fosse perdendo gradativamente o prestígio enquanto centro de poder. Ademais, o declínio da produção de coentro na Boa Vista, que era destinada à venda em Parelhas, diminuiu o fluxo “dos negros” na sobredita fazenda, tudo isso provocou o esfriamento das relações entre os moradores dos dois lugares.

No que diz respeito ao Povoado Juazeiro, tenho notado, por meio da pesquisa de campo, que essas relações permanecem bastante sólidas, não apenas pelo fato de ser o lugar onde muitos membros da comunidade estudam, trabalham e realizam cotidianamente as compras de mercadorias essenciais como alimentos e roupas, de fato, esses contatos frequentes e próximos continuam inseridos num contexto de

apadrinhamento efetivado em diversos aspectos, notadamente por meio do parentesco ritual e em outras formas de alianças com viés econômico e social.

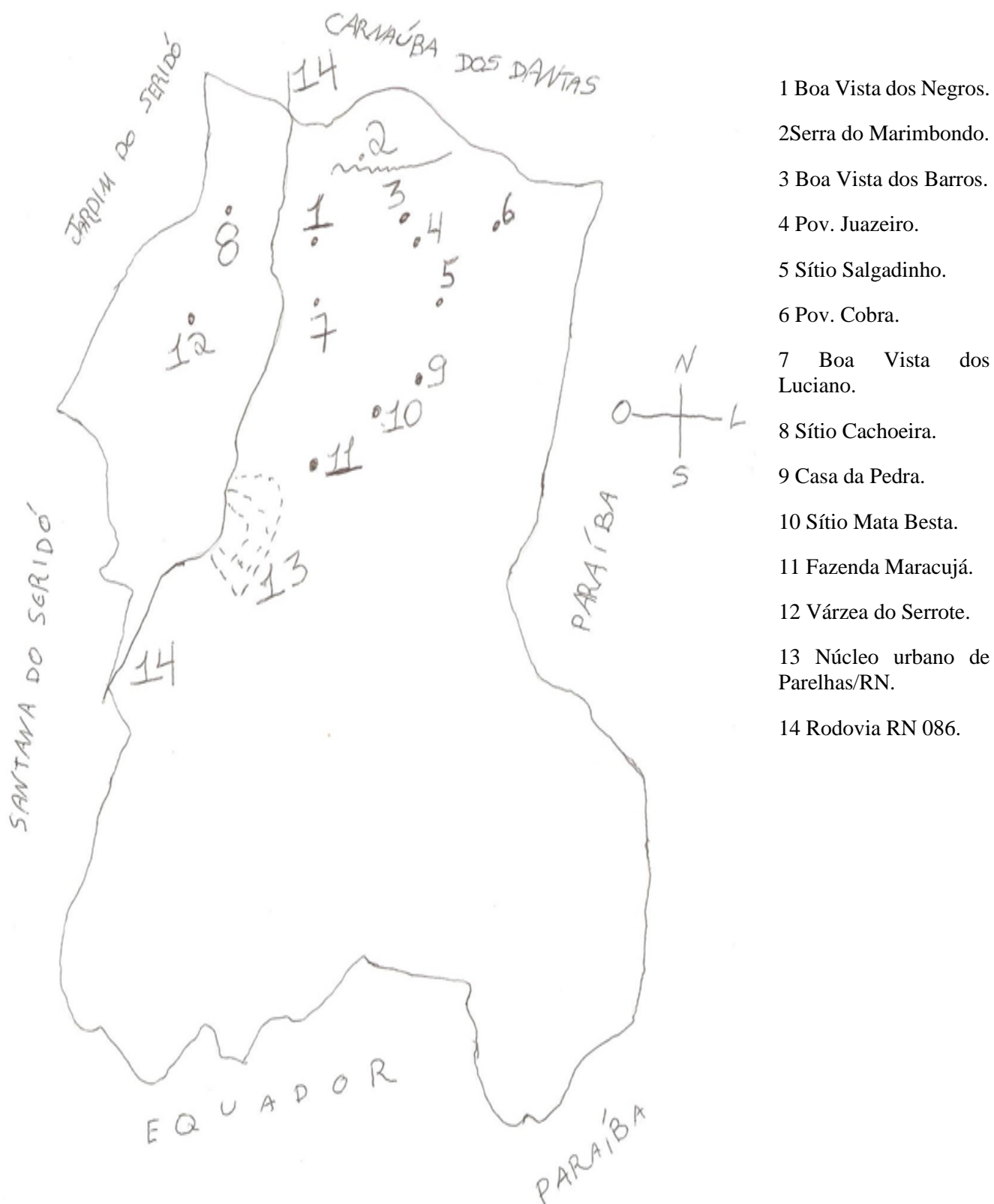
Depreende-se da tradição oral, bem como pela análise das fontes documentais compulsadas, a saber, manuscritos de natureza cartorial e paroquial tais como atestado de batismos e assentos de casamentos, que as relações entretidas com “o Juazeiro” remontam ao século XIX e, quiçá, aos últimos decênios do 700. Portanto, tais interações remetem a um passado que está para além do alcance da memória dos sujeitos que vivem atualmente na comunidade. Por outro lado, é interessante notar que esses relacionamentos, independentemente das nuances de apadrinhamento, não se constituem por um caráter permanentemente amistoso. Eles são parte de um jogo assimétrico e por vezes silencioso, de poder, em que os quilombolas mesmo ocupando posições subalternas, fazem uso conscientemente ou não de determinadas estratégias para conseguir a realização de objetivos individuais e/ou coletivos (SPIVAK, 2010; GOULART, 2016).

Assim, tendo em vista o problema crucial a ser enfrentado na presente pesquisa, isto é, entender como a Boa Vista subsiste mantendo a posse territorial e sustentando uma identidade coletiva nos dias atuais. E mais, como o grupo pôde surgir, enquanto território negro, numa região e numa época em que o sistema escravista estava em pleno funcionamento (MACÊDO, 2005), é fundamental realizar o mapeamento e a análise das redes de interações que vinculam os quilombolas às populações do entorno. Penso essas redes de interatividade a partir de duas perspectivas, a de Hannerz (2015), para quem elas constituem um jogo de relações sociais que partem de diversos pontos e se cruzam em diversos sentidos, pondo em conexão diversificados sujeitos e grupos. E também a concepção de John A. Barnes (1987), para quem as redes sociais são mutáveis, embora apresentem esferas de estabilidade no que diz respeito ao aspecto laboral e familiar, nos demais aspectos, como por exemplo no universo lúdico e religioso, essas redes podem ser ativadas ou desativadas conforme as circunstâncias. Assim, os indivíduos e grupos dão sentido as suas ações e buscam apoio para a realização de seus objetivos, da mesma forma que tentam influenciar atitudes. Nesse processo estão envolvidas relações pessoais de parentesco e de amizade (COSTA, 2017).

Todos os quilombolas da Boa Vista se identificam e são identificados como descendentes de Tereza. Trata-se, como já fora mencionado anteriormente, de acordo com a tradição oral, da matriarca da comunidade, que tendo sido presenteada por um

fazendeiro com “um pedaço” de terra, o transmitiu aos seus descendentes na forma de herança. Porém, apesar da alegada origem comum, ao longo do tempo as famílias locais adotaram diferentes sobrenomes como Fernandes da Cruz, Rafael (Faé) Gino, Miguel, Amaral, Martins e Vieira. Contudo, no momento atual Fernandes da Cruz e Miguel são os de uso mais corrente.

É possível que a existência desses diversos sobrenomes seja decorrência da chegada de grupos familiares que, em diferentes épocas vieram para a Boa Vista e aí se fixaram, unindo-se por meio de enlaces matrimoniais aos primeiros descendentes de Tereza.



- 1 Boa Vista dos Negros.
- 2 Serra do Marimbondo.
- 3 Boa Vista dos Barros.
- 4 Pov. Juazeiro.
- 5 Sítio Salgadinho.
- 6 Pov. Cobra.
- 7 Boa Vista dos Luciano.
- 8 Sítio Cachoeira.
- 9 Casa da Pedra.
- 10 Sítio Mata Besta.
- 11 Fazenda Maracujá.
- 12 Várzea do Serrote.
- 13 Núcleo urbano de Parelhas/RN.
- 14 Rodovia RN 086.

Figura 8: Mapa do Município de Parelhas/RN, com destaque para a Boa Vista dos Negros e as comunidades com as quais ela tem maior interação. Fonte: Mapa Municipal Estatístico de Parelhas/RN, Sebastião Genicarlos dos Santos, 2020.

## 2.2 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

Mesmo não obedecendo a um traçado regular, conforme o modelo urbano, as residências da comunidade se localizam relativamente próximas umas das outras. Todas ficam entre à margem direita do Rio Cobra (limite territorial) e o sopé da Serra do Marimbondo<sup>29</sup>, no topo da qual se encontra o outro extremo do território. Além de um espaço livre na parte frontal, chamado de terreiro, é comum que cada unidade domiciliar tenha seu quintal destinado à realização de atividades domésticas como a lavagem de roupas, o cultivo de pequenas hortas e a criação de animais de pequeno porte como cabras e galinhas. Apesar da posse do território ser coletiva, existem partes que são dedicadas ao uso de determinadas famílias, as quais tradicionalmente utilizam tal espaço para a produção de víveres. No entanto, a maior parcela da terra é de uso comunal.

Em alguns casos, dois ou mais núcleos familiares convivem em uma mesma unidade residencial, isto porque muitos jovens, ao contraírem núpcias, seja de forma planejada, ou em casos de gravidez inesperada, não tendo a necessária estabilidade financeira, ou pela impossibilidade de construir e manter uma casa, optam por habitarem com seus pais até chegarem à condição de terem seu próprio lar. Atualmente a construção de 15 novas residências, via projeto do governo federal<sup>30</sup>, além de dar uma nova configuração à paisagem local, uma vez que as novas casas são construídas seguindo um mesmo alinhamento e dentro de um padrão arquitetônico, também torna possível a existência de uma unidade residencial para cada núcleo familiar, já que as novas casas se destinam justamente às famílias que não têm a própria, ou àquelas que as têm em condições precárias.

As construções locais estão divididas em dois pequenos aglomerados, separados por uma distância inferior a 400 metros. “Lá em baixo” (definição êmica) na parte sul, além de várias casas, encontra-se a Capela de Nossa Senhora do Rosário; a quadra poliesportiva, que também serve para a realização de festas; um posto de saúde; o Ponto de Cultura Espaço de Resistência, onde se desenvolvem ações culturais, como oficinas

---

<sup>29</sup> Vide Figuras 1 e 5.

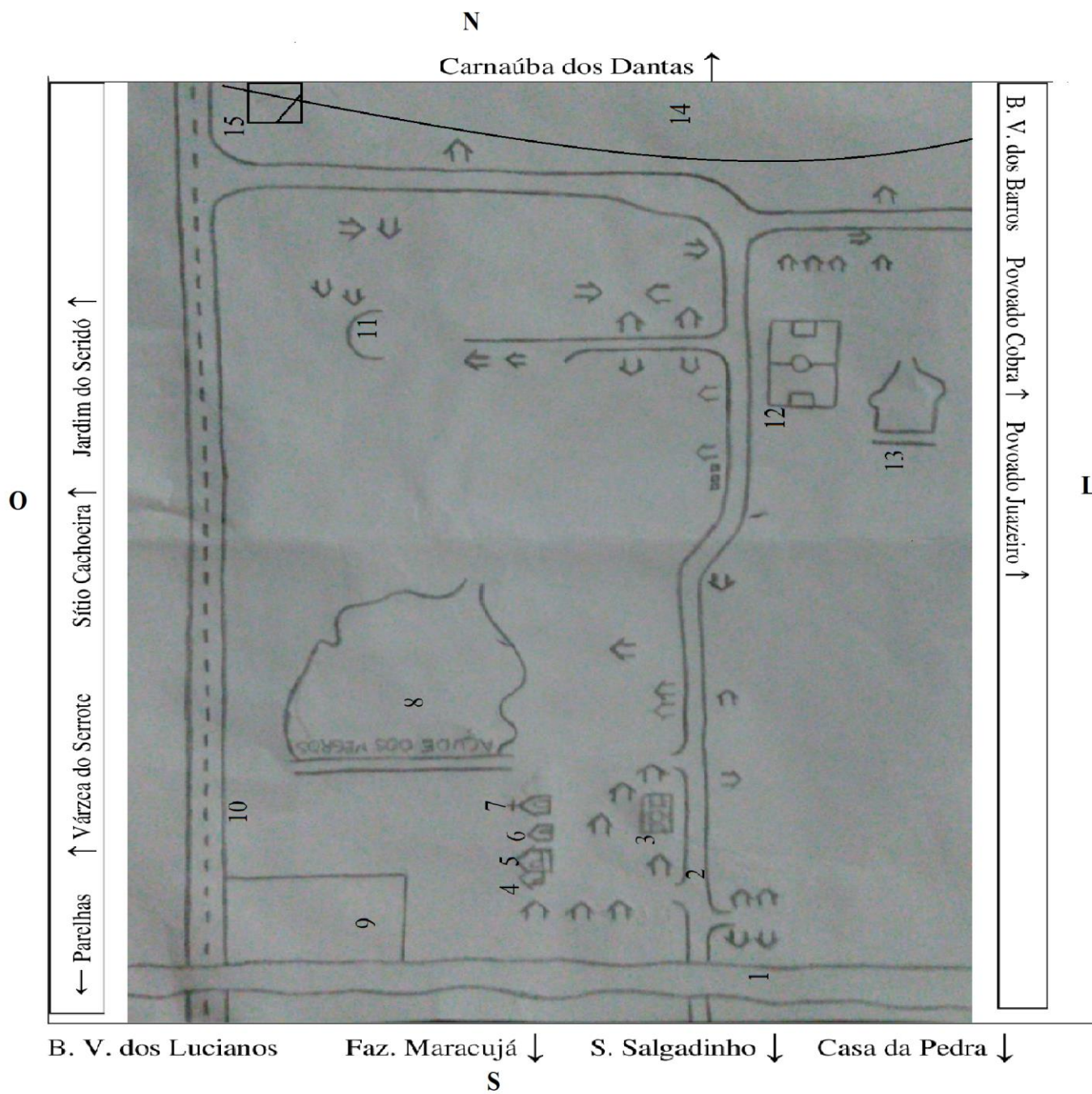
<sup>30</sup> O projeto em questão chama-se “Minha Casa, Minha Vida” e apresenta condições diferenciadas para a população rural. É interessante ressaltar que a Boa Vista dos Negros foi contemplada com tal projeto ainda na época do Governo Dilma Roussef, mas devido à morosidade dos trâmites burocráticos, só agora é que as moradias estão sendo construídas.

de fotografia, aulas de desenho e atividades afins, assim como as reuniões da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Boa Vista (ADECOP) (Figura 5).

Adjacente ao ponto de cultura está a antiga escola, Serafina Maria de Jesus, cujo prédio é comumente chamado de salão. Por ter sido desativada no ano 2000, as instalações da referida escola são utilizadas para fins diversos, como a preparação das comidas que são vendidas nas festas locais, reuniões e também para que sejam guardados os instrumentos musicais da Irmandade do Rosário, da qual os moradores da Boa Vista fazem parte desde 1863, e do grupo de percussão Afro-Regueiros. É por aquela parte da comunidade que se tem acesso às cidades de Parelhas e Jardim do Seridó e aos sítios vizinhos, Salgadinho, Maracujá, Boa Vista dos Luciano e Cachoeira (Figura 5).

“Lá em cima”, ou seja, na parte norte, ficam as caixas d’água, um dessalinizador de água, o campo de futebol e diversas residências. É por ali que se tem acesso ao Município de Carnaúba dos Dantas, ao Povoado Juazeiro, à Serra do Marimbondo, ao sítio Boa Vista dos Barros e à outra saída para a Rodovia RN-088. Ambos os aglomerados se situam entre o “Açude dos Negros” e uma via não pavimentada que se inicia na intersecção com a rodovia sobredita pelo lado sul, e se encerra na junção com a estrada que dá acesso à Boa Vista dos Barros e ao Povoado Juazeiro (Figura 5). Há também na comunidade diversas famílias que optaram por permanecer morando fora desses dois “aglomerados”. Como é o caso dos descendentes de Teodósio Fernandes: Sandro, Zé de Paulina e Nila, que preferiram continuar residindo nas proximidades do lugar onde viveu seu ancestral. O ponto identificado com o número 9 no croqui (Figura 5), diz respeito a um espaço que, mesmo estando localizado à margem direita do Rio Cobra, é parte da Boa Vista dos Luciano, ao pleitear, junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a recuperação das terras tomadas por esbulho, a comunidade optou pela não inclusão daquela área no processo. Já o “açude recuperado”, número 13 do croqui, refere-se a um dos espaços que foi reincorporado ao território comunitário no referido pleito.

O acesso à cidade de Parelhas/RN se dá através da estrada vicinal no sentido norte-sul, cruzando à Boa Vista dos Luciano e chegando à Rodovia RN-086, esse também é o trajeto para Jardim do Seridó/RN (Figura 5), embora aquela cidade se localize a oeste da comunidade, para ali se chegar é necessário ir até a intersecção localizada nas imediações da zona urbana parelhense. Vale lembrar que até a década de 1960, o deslocamento para a participação nos festejos do Rosário era feito a pé, através de vias alternativas que cruzando a caatinga adjacente ao Sítio Cachoeira davam acesso ao município de destino.



- |                          |                       |                          |
|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| 1 – Rio Cobra            | 6 – Posto de Saúde    | 11 – Serrote             |
| 2- Estrada vicinal       | 7 – Capela            | 12 – Campo de futebol    |
| 3 – Quadra poliesportiva | 8 – Açude dos Negros  | 13 – Açude Recuperado    |
| 4 – Ponto de Cultura     | 9 – B. V. dos Luciano | 14 – Serra do Marimbondo |
| 5 – Escola (Salão)       | 10 – Rodovia RN-086   | 15 - Pedreira            |

Figura 9: Croqui mostrando a disposição espacial da Boa Vista dos Negros. Elaboração: Sebastião Genicarlos dos Santos e Luanny Taynara 2019.

A Boa Vista dos Negros figura entre as 3.386 comunidades remanescentes de quilombo existentes no Brasil, segundo a Fundação Cultural Palmares (2018). São comunidades negras que, mediante o surgimento das leis e decretos visando o cumprimento do que determina o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal do Brasil de 1998, apresentaram-se como sujeitos dos direitos assegurados no dispositivo legal. O referido artigo assevera que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Por mais de um século a população da Boa Vista procurou, de diferentes formas, resistir pacificamente à opressão e às invasões ao seu território, o isolamento e a aproximação estratégica das pessoas “de fora” se destacam entre essas formas de resistência. Essas estratégias foram eficientes à medida que asseguraram a posse territorial, mas não foram capazes de impedir seu encolhimento devido às intromissões de pessoas do entorno que avançaram indevidamente para dentro da “terra dos negros”. Neste sentido, uma nova maneira de resistência é adotada quando a Boa Vista se dá conta de que tem a seu favor leis que operam em nível nacional e garantem não somente a posse definitiva da terra, mas também a recuperação das muitas frações dela que haviam sido açambarcadas.

Compreender a situação atual da Boa Vista dos Negros é de fundamental importância para que se tenha consciência de todo um processo de disputas pela posse e manutenção do território. O espaço entre os pontos 4, 7, 9 e 10, bem como os pontos numerados como 13 e 14, no croqui acima, permitem visualizar as áreas que foram objeto de esbulhos e acabaram sendo recuperadas mediante o processo de regularização fundiária movido junto ao INCRA, em virtude do decreto 4887/03, foram novamente incorporadas ao espaço comunitário<sup>31</sup>.

Neste sentido, foi reincorporada toda a área situada por trás dos pontos número 8, 21 (que corresponde ao Açude dos Negros), a estrada que divide e o Rio Cobra. Também foi recuperado o espaço que fica ao lado direito dos números 22 e 23. São locais

---

<sup>31</sup> O processo de regularização fundiária da Boa Vista dos Negros junto ao INCRA é identificado pelo número 54330.001762/2004-52. De acordo com informações contidas no site daquele instituto, o referido processo se encontra em vias de finalização, a situação atual corresponde na etapa de Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), dos 445,2 hectares requeridos.

importantes para a prática de agricultura e de pastoreio, que haviam sido cercadas e tomadas por fazendeiros vizinhos, sob a alegação de que os negros não tinham direito àquelas terras (CAVIGNAC et al., 2018).

É interessante notar que a ordem de distribuição das residências corresponde à lógica de acesso à terra, isto é, cada grupo familiar tem residência adjacente ao espaço que utiliza, ou que utilizava, para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Mesmo as construções recentes feitas mediante o projeto acima referido, seguem essa lógica, embora as novas casas se situem mais próximas umas das outras e sigam um alinhamento semelhante ao perfil das construções urbanas.

### 2.3 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

As atividades praticadas pela população da Boa Vista dos Negros são de suma importância para a compreensão de como a comunidade se relaciona com seus vizinhos. Notemos que tais atividades se desenvolvem principalmente na sede do município de Parelhas e no Povoado Juazeiro. Esta última povoação tem, em grande medida, seu comércio movimentado pelos trabalhadores quilombolas, que ali trabalham e ali mesmo deixam parte de sua renda em gastos com alimentação, bebidas e roupas. De maneira que o poder aquisitivo dos quilombolas naquele espaço, que lhes é alheio, constitui um meio de resistir às opressões. Ali, eles são importantes, como mão de obra fundamental para o funcionamento dos serviços e mais ainda como potenciais consumidores dos produtos vendidos no comércio local.

Como pode ser observado no Gráfico 2, na Boa Vista as aposentadorias rurais constituem a base econômica. Depois delas, as principais fontes de renda são as “cerâmicas”<sup>32</sup>, onde se fabricam telhas e tijolos, em que trabalham homens<sup>33</sup>, e as fábricas de roupas, popularmente chamadas de “facções”, onde trabalham tanto as mulheres

---

<sup>32</sup> Estas passam por uma crise bastante séria, de forma que gradativamente os trabalhadores que constituem sua força motriz estão migrando para as empresas do setor têxtil, que estão se fixando em número considerável pelo Seridó, ou para serviços diversos (CAVIGNAC et al., 2018).

<sup>33</sup> É comum a presença de mulheres atuando no setor administrativo das cerâmicas, mas em nenhuma delas há mulheres da Boa Vista.

quanto homens. Assim como as cerâmicas, as facções estão sediadas no núcleo urbano da Cidade de Parelhas e no Povoado Juazeiro, cuja distância em relação à Boa Vista é de 3,4 km, o que implica no deslocamento diário dessas trabalhadoras e trabalhadores. Os moradores da comunidade que não dispõem das rendas acima elencadas, mas que podem ser descritos como ativos do ponto de vista econômico, são beneficiários do Programa Bolsa Família ou atuam em atividades diversas, tais como construção civil, vigilância noturna e empregos domésticos. Essas atividades foram colocadas no Gráfico 2<sup>34</sup>, sob a designação de atividades diversas.

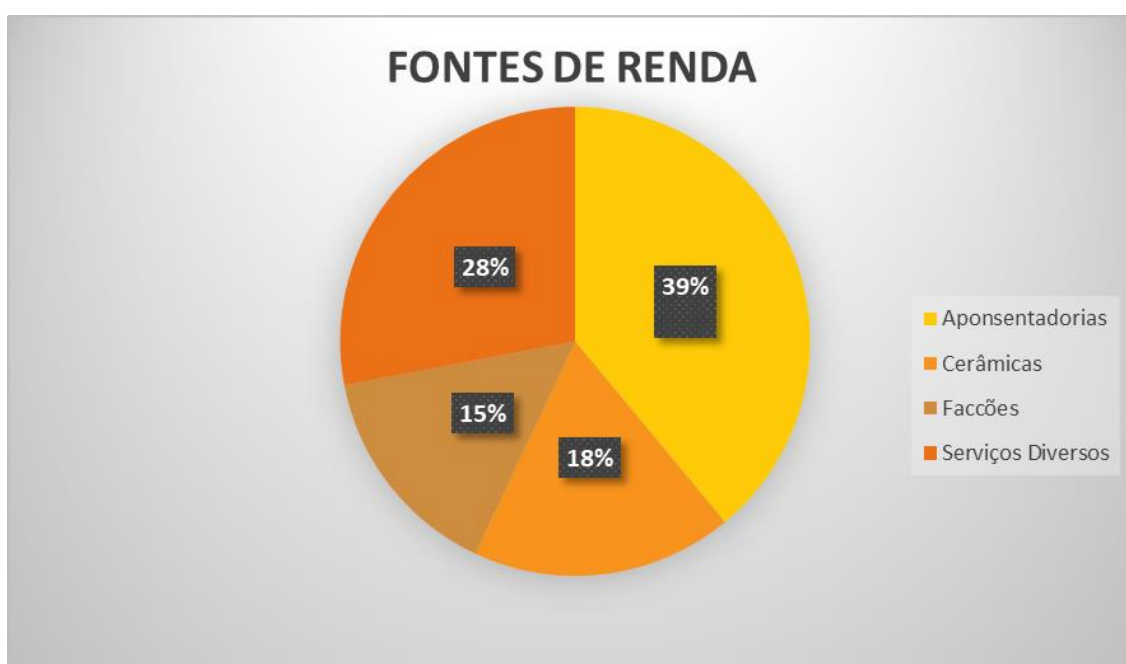


Gráfico 2: Demonstrativo das fontes de renda na Boa Vista dos Negros. Elaboração: Sebastião Genicarlos, 2019.

Boa parte dos jovens quilombolas que ao concluírem o ensino médio e não ingressam no ensino superior, por opção própria ou por não atingirem a pontuação necessária no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), acaba ingressando no mercado de trabalho através das facções. Essas fábricas de roupas, agregaram mulheres e homens com pouca ou nenhuma qualificação profissional, haja vista que as tarefas podem ser

34 O Gráfico 1 foi elaborado com a ajuda de dois estudantes quilombolas, Maria Isabel da Cruz Amaral e Raul Vítor Santos da Silva, ambos têm a idade de 14 anos e estudam o 9º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Bernardino de Sena, localizada no Povoado Juazeiro. Juntos listamos os membros da comunidade que têm alguma fonte de renda, depois os separamos de acordo com a origem da renda de cada um e calculamos a porcentagem dessas rendas.

aprendidas no próprio ambiente de trabalho, salvo as costureiras, que insatisfeitas com a instabilidade do trabalho autônomo, buscam nas facções a garantia de um salário regular e a oportunidade de assinarem a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

A agricultura e a criação de suínos e bovinos constituem um caso à parte. Pois são, na maioria das vezes, atividades desenvolvidas por aposentados e aposentadas que encontram nisso uma forma de não se entregarem ao ócio, tais práticas representam, por outro lado, possibilidades de complemento da renda familiar. São recursos para situações emergenciais, para despesas circunstanciais, como trocar os móveis, fazer uma reforma na casa ou comprar roupa para uma festa. Elas também possuem, de certa forma, um caráter de lazer e servem para eventualidades festivas como matar um porco para um aniversário ou plantar milho para “comer verde”, fazer pamonha e canjica nas festividades juninas.

Os roçados, áreas onde se produz feijão do tipo macáçar, milho, batata doce, melancia e jerimum, são responsabilidades dos homens que deles se ocupam no período chuvoso, isto é, de janeiro a abril. Chegado o ciclo da estiagem, ainda existe a possibilidade de se plantarem as vazantes, que consiste em aproveitar a umidade na beira d'água dos açudes para cultivar os alimentos acima descritos e o capim que serve como ração para os animais. À medida que a água diminui, a aquosidade avança cada vez mais para o interior do reservatório e as plantações adentram no mesmo sentido. A criação de bois e vacas também é responsabilidade masculina, todavia os rebanhos são relativamente pequenos, nunca superiores ao número de vinte cabeças. Vale salientar que bovinos geralmente são criados para fins comerciais e para a produção de leite que atende ao consumo doméstico. A carne bovina consumida na comunidade é comprada no Povoado Juazeiro ou na Cidade de Parelhas.

Já os suínos são criados pelas mulheres, geralmente em chiqueiros construídos em madeira, onde cada criadora mantém entre um e três animais. A criação se baseia num regime que pode ser descrito como parceria, em que as tratadoras recolhem nas casas das vizinhas as sobras de comida, chamadas popularmente de “lavagem”, que servem para alimentar esses animais. Em contrapartida, quando o porco é abatido, cada um daqueles que contribuiu com a engorda recebe uma porção de carne e uma pequena quantidade de chouriço, doce feito à base de sangue do referido animal. Depois de contemplar aqueles que ajudaram a criá-lo, a dona do suíno abatido guarda a parte da carne e a quantidade de

chouriço para uso na alimentação cotidiana, para vender ou para a realização de uma rifa (DANTAS, 2016).

Assim, a criação e a matança do porco implicam todo um conjunto de relações, envolvendo muitas pessoas, de dentro e de fora da comunidade. Como bem esclarece Maria Isabel Dantas (2016), matar o animal demanda dois dias de trabalho e interação. No primeiro, os homens se reúnem para matar, tratar<sup>35</sup> e pesar o animal. As mulheres lavam as entranhas, guardam o sangue que será utilizado na feitura do chouriço, separam as partes que serão entregues às colaboradoras e as que serão vendidas. Na manhã seguinte essas mulheres preparam o chouriço, normalmente há uma mestra que se encarrega pelo processo, tendo as mais jovens como auxiliares.

A figura do marchante /chouriceiro é importante para o entendimento das relações econômicas que as famílias mantêm com a cidade e com as comunidades vizinhas. As imagens abaixo retratam a matança de um porco ocorrida na Boa Vista em 2012, mais precisamente na residência do casal Preta e Dodoca (Maria da Graças Fernandes e João Batista Fernandes). As Figuras 6, 7, 8 e 9 ilustram o processo que vai desde o momento em que um suíno está sendo tratado, passando pela preparação do chouriço até a realização da rifa. Nelas é possível notar a participação de homens, mulheres e crianças, assim como a presença de agentes externos que atraídos pela oportunidade de “tirar algumas latas de chouriço no jogo de bozó” e também pela descontração do jogo se dirigiram ao território dos negros.

---

<sup>35</sup> Tratar significa, neste contexto, retirar o pêlo, extrair as vísceras e esquartejar o animal.



Figura 10: Homens tratando porco abatido na comunidade. Fonte: DANTAS, 2016, p. 185.



Figura 11: O pesquisador e Zé de Biu retiram tacho de chouriço preparado pela mestra Daminha. Fonte: DANTAS, 2016, p. 191.



Figura 12: Crianças assando castanha de caju. Fonte: DANTAS, 2016, p. 187.

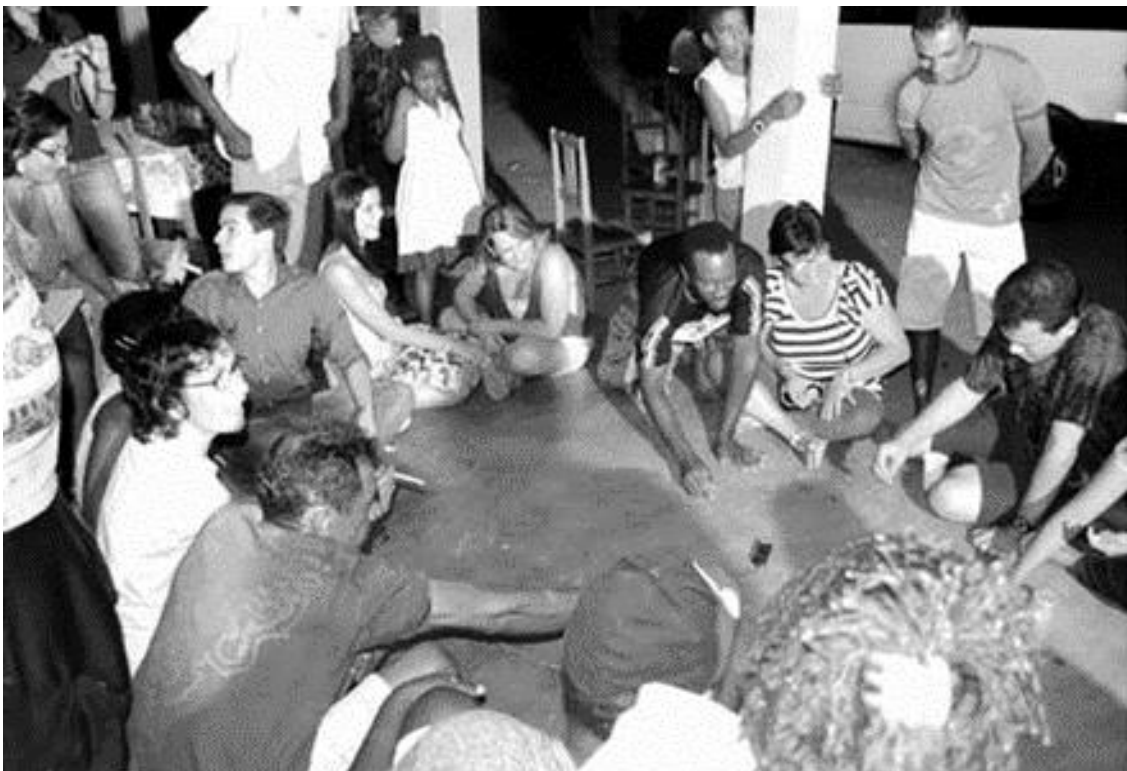


Figura 13: Rifa de Chouriço na casa de Preta e Dodoca. Fonte: DANTAS, 2016, p. 195.

O cozimento do doce (chouriço) demora entre cinco e sete horas. Enquanto a mestra e suas ajudantes mexem os ingredientes dentro de um grande tacho, posto sobre uma trempe<sup>36</sup>, os homens cuidam para que não falte a lenha necessária à manutenção do fogo. As crianças por sua vez, juntam castanhas de caju nas residências locais e as assam para que sejam colocadas sobre as porções do doce. Depois de pronto e retirado do fogo, o chouriço é colocado em vasilhas (recipientes de margarina e de leite em pó), as castanhas são dispostas na parte superior de cada “lata” de chouriço e então já pode ser feita a venda e distribuição.

À noite, ocorre uma espécie de jogo de azar chamado de rifa. Reunidos na casa da dona do suíno abatido, os participantes da rifa compram bilhetes para acesso às rodadas que ocorrerão. Sentados no chão, eles formam um círculo, um par de dados (bozós) é colocado em um copo de plástico e o jogo é iniciado. Cada participante balança os bozós no interior do copo e os arremessa ao chão, aquele que obtiver maior soma de pontos nos dados é o campeão da rodada e ganha uma “lata” de chouriço. O evento geralmente tem início por volta da 19h30min e pode durar até alta madrugada ou mesmo até à manhã seguinte, conforme a quantidade de chouriço disponível e o entusiasmo das pessoas presentes. A rifa do chouriço é, portanto, o fechamento de todo um ciclo de mobilização econômica e social que envolve homens, mulheres e crianças e cuja abertura se dá no momento em que uma das mulheres da comunidade resolve se dedicar à criação de um ou mais um suíno.

A rifa também é importante porque fortalece os elos que ligam a Boa Vista às povoações do seu entorno. À medida que os atrai para um convívio festivo e amistoso, normalmente todos os que dela participam têm a satisfação de ganhar algo. Também possibilita o fortalecimento dos laços afetivos e a manutenção da rede interacionista que mantém em conexão os “negros” e os vizinhos brancos.

Além das compras realizadas no Povoado Juazeiro, o “povo da Boa Vista” recorre a Parelhas, especialmente nos dias de segunda-feira, quando o comércio é agitado pela feira-livre. Um caminhão (carro da feira), todas as segundas, por volta das 6h, munido de assentos e cobertura no compartimento de carga, conduz os quilombolas para a cidade, lá os aposentados se dirigem ao banco (Banco do Brasil ou Bradesco), caso seja a data de

---

<sup>36</sup> Fogo de lenha improvisado no chão, no meio de três ou quatro pedras, que servem para apoiar o tacho de chouriço.

sacarem seus salários e cada um resolve o que lhe for conveniente, pagamento de dívidas, compra de remédios, roupas e afins. No mercado público e em suas adjacências procedem à compra de frutas, verduras legumes, carnes, roupas e utensílios, como peças para moto ou bicicleta, tambores para carregar e armazenar água e daí por diante. Às 10h ocorre o regresso.

Comumente, em Boa Vista dos Negros, os idosos, donas de casa e estudantes que só frequentam a escola no turno vespertino é que vão à feira, pois os trabalhadores, seja de cerâmica, de facção ou de outros ramos de atividade, são impossibilitados de frequentá-la. Todavia, a feira-livre não é apenas a ocasião para a realização de atividades comerciais, ela é a oportunidade de rever parentes e amigos e mesmo um espaço de lazer, onde os quilombolas frequentam bares e lanchonetes.

## 2.4 A EDUCAÇÃO

Muito da relação entre a Boa Vista dos Negros e as povoações circunvizinhas pode ser vislumbrado por meio da educação. Francisca Benvinda do Amaral (Chica Vieira) foi provavelmente a primeira professora negra do município de Parelhas, quiçá da Região Seridó Norte-Rio-Grandense. Nasceu na Boa Vista em 1937, filha de José Vieira e de Maria Benvinda da Conceição (Maria de Zé Vieira). Ao contrário da maioria das meninas negras da sua idade, enfrentou as barreiras que lhe eram impostas pelas condições de gênero e de raça. Incentivada pelos pais, a menina cursou o ensino primário na Boa Vista dos Luciano. Suas professoras na sobredita escola foram Luzia Luciano e depois Joaquina, conhecida como Quinó (SOUZA, 2014).

Segundo o historiador Manuel Dantas de Maria Neto<sup>37</sup>, a escola de Bernardino Sena foi o primeiro “centro de ensino da região” e o mais interessante, tal escola teve início na Boa Vista dos Negros, em 1881. O professor se chamava Manuel Hipólito. No entanto, uma desavença entre ele e o aluno Ricardo, neto do chefe de polícia de Jardim do Seridó, em 1883, foi motivo suficiente para que a instituição de ensino fosse transferida para a responsabilidade de Bernardino de Sena e levada para “o Juazeiro”

---

<sup>37</sup> Manoel Dantas de Maria Neto, mais conhecido como Neco, é historiador formado pela UFRN/CERES, embora não exerça a profissão. Nasceu em Parelhas, no Sítio Cachoeira e atualmente reside no Povoado Juazeiro, é agricultor, sanfoneiro e cordelista.

(MARIA NETO, 2009, p. 6). Manuel Hipólito teve atuação marcante nos círculos culturais do Seridó nos finais do século XIX e iniciais do XX, além de exercer o magistério na Boa Vista, também o fez em Carnaúba dos Dantas, sua terra natal. Inclusive sua atuação como professor é referendada por Nestor Lima na Série Municípios do Rio Grande do Norte, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)<sup>38</sup>. Vale ressaltar seu pioneirismo na música carnaubense, haja vista que ao contribuir para a introdução da primeira arte no lugar, através dos rituais religiosos, ele, ao lado de José Venâncio propiciaram a descoberta de grandes talentos musicais, como os renomados maestros Tonheca Dantas e Felinto Lúcio Dantas. Manuel Hipólito também desempenhou suas funções em Caicó/RN e foi pai de dois excelentes músicos, Enéas Hipólito Dantas e Manuel Hipólito Filho (Fumaça) (MACEDO; DANTAS; MEDEIROS; MEDEIROS, 2005).

Não tive acesso ao documento ao documento consultado por Maria Neto encontrou, segundo ele, tal registro era parte do arquivo pessoal do professor João Manuel, mas deve ter se perdido ou extraviado. Todavia seu texto, assim como a análise da trajetória da Professora Chica Vieira, oferecem subsídios para o entendimento das relações envolvendo a Boa Vista e as povoações circunvizinhas. Vale ressaltar que no momento em que, de acordo com Maria Neto, foi fundada a escola na Boa Vista dos Negros, o que atualmente corresponde ao Município de Parelhas estava circunscrito à jurisdição de Jardim do Seridó (MACÊDO, 1989). A criação da primeira instituição de ensino em um município tão grande ter se dado justamente em uma comunidade negra rural é algo um tanto intrigante. O referido texto não explora os motivos que tiveram as autoridades locais para darem início à escolarização municipal a partir da Boa Vista dos Negros. Por outro lado, lê-se nas suas entrelinhas que havia uma convivência rotineira entre pessoas negras e brancas em território negro, isto se considerarmos que os dois personagens que entraram em litígio naquela escola eram brancos.

No Brasil do início da década de 1880 não havia políticas governamentais que viabilizassem a integração da população negra, a despeito do gradativo dismantelamento do sistema escravista. Ao contrário, o que estava em curso era um processo de segregação dos sujeitos beneficiados com as manumissões (NASCIMENTO, 1977). Dessa forma,

---

<sup>38</sup> Essa informação me foi passada pelo Prof. Dr. Helder Macedo, infelizmente o contexto de pandemia me impediu de ir ao IHGRN afim de ter acesso ao periódico e buscar informações mais pontuais a respeito daquele educador.

manter em funcionamento o primeiro centro de ensino de uma jurisdição, em um espaço ocupado por uma população negra seria uma contradição.

Assim, mais do que o resultado de uma desavença, a mudança do professor e, sobretudo, do local de ensino, não refletem o zelo por uma estrutura social que poderia ser comprometida com a oferta de instrução a uma população negra, numa época em que até mesmo os sujeitos identificados como brancos, dominantes da sociedade eram, em sua maioria, analfabetos?

O deslocamento da escola pode ser interpretado como resultado de jogos de disputa pelo poder, haja vista que no momento em que fora investido no cargo de professor, Bernardino de Sena e Silva era ainda jovem, tinha 33 anos. Estava dando início a uma trajetória de liderança política como representante da Vila de Parelhas, trajetória essa que atingiu o ápice quando assumiu o cargo de prefeito de Jardim do Seridó, entre 1902 e 1904 (LIMA, 2003). Em grande medida, sua reputação e sua influência política foram construídas à base de favores e benesses, um tanto paternalistas, concedidas aos pobres.

A mudança da escola justamente para a sua casa na Fazenda Aroeiras, lugar onde teve início o Povoado Juazeiro (MARIA NETO, 2008) não se deu por acaso. Com esse ato, o fazendeiro professor pôde consolidar sua posição de liderança política. Ali seus alunos não eram somente instruídos com relação às letras e números, mas também aprendiam a respeitar e seguir sua liderança. Inclusive como mediador de questões envolvendo divisas de terra, compra e venda de animais e afins. Dessa forma, vê-se que a escola servia como ferramenta para o favorecimento político.

Segundo informações de Florêncio Luciano, que morava no Sítio Boa Vista, Bernardino revelou-se um professor muito paciente e compreensivo, não recorrendo a métodos violentos, nem castigos para seus alunos; a sua personalidade era suficiente para se fazer obedecido. Era amado e obedecido, não somente pelos alunos; todos os que o conheciam tinham um modo especial e carinhoso de o tratar, destacando-o, sempre que a sua presença era solicitada, oferecendo-lhe o lugar ou o assento de maior destaque. Conhecido por todos como “Seu Sena”, no entanto os parentes o chamavam “Tio Bernardino”, enquanto os netos respeitosamente o tratavam por “Papai do Juazeiro”. Só os negros da Boa Vista se davam ao costume de o chamar de “Bernardo” (LIMA, 2004, p. 228).

O local que sediou inicialmente a escola de Bernardino Sena fica a leste da Boa Vista dos Negros, a menos de 3 km de distância, mesmo assim não há referência a pessoas da citada comunidade estudando ali. Em Lima (2004, p. 228) consta uma lista nominal de alguns alunos do mestre-escola das Aroeiras, Bernardino Sena. Ninguém que possa ser identificado como da Boa Vista dos Negros consta naquele rol nominal, mas há um caso bastante peculiar, que inclusive é referenciado por Lima, como que tentando exaltar a generosidade do professor. A única mulher presente na lista chama-se Joana Januária, é negra, destaca o sobredito autor, e filha de um ex-cativo chamado Antônio Bento de Miranda.

Os personagens arrolados na referida lista são, em sua maioria pessoas ilustres, pertencentes ao círculo elitizado da região, como José Luciano (pai de Florêncio Luciano, que viria a ser uma das maiores figuras do cenário político parhelense da década de 1920 até década de 1950) e o grande fazendeiro Gregório Gondim (LIMA, 2004). A presença exclusiva de pessoas eminentes no rol dos pupilos de Bernardino revela muito sobre os fins a que se destinava a educação à época, isto é, ilustrar sujeitos brancos do sexo masculino e oriundos da classe dirigente. Isso já elucida a ausência dos “negos da Boa Vista”, a despeito de haver certa aproximação entre eles e o mestre por eles chamado de Bernardo. Mas o que explica a presença da negra Joana Januária entre os estudantes listados? Especialmente numa ocasião em que aparentemente só os homens estudavam, pelo que se vê na lista publicada por Lima, já que nesta constam apenas nomes masculinos, exceto o da referida Joana.

Com efeito, a existência de uma mulher negra entre os primeiros alunos do mestre das Aroeiras pode induzir à ideia de que negros e brancos eram recebidos e tratados da mesma forma naquela instituição de ensino. Penso que essa ideia é uma falácia. Explico meu ponto de vista: Foi comum no Brasil, como explica Carlos Alexandre Plínio dos Santos (2010), o hábito de os cativos manumitidos e seus descendentes se ligarem a famílias brancas, muitas vezes seus ex-senhores, para quem prestavam trabalhos domésticos em troca de casa, comida e uma remuneração geralmente ínfima e incerta. Trata-se muito mais de uma relação de apadrinhamento, em que o afilhado vive na casa do padrinho, priva de sua intimidade e tem com ele uma relação mais próxima do que os demais trabalhadores que estão a seu serviço. É possível que Joana Januária vivesse nessa condição na casa de Bernardino Sena e que isso lhe proporcionasse liberdade para assistir as aulas.

É importante ressaltar que a situação de apadrinhamento acima descrita pode ser, no caso das pessoas ligadas à Boa Vista dos Negros, uma das faces de um contexto paternalista bem mais amplo, o qual perpassa diversos aspectos das relações raciais que envolvem aquela comunidade. Da mesma forma, não se deve pensar que o apadrinhamento acima aludido seja indício de uma relação “docilizada”, para usar a expressão de Gilberto Freyre (1994), entre o senhor branco e seu afilhado negro. Antes, esse tipo de situação pode exprimir formas de exploração que se aproximam do escravismo.

Dois acontecimentos passados na vida do negro Zé Cosme (José Miguel dos Santos), meu avô paterno, ilustram bem essa realidade. De acordo com Lima (2004) “o Negro Cosme” (pai de Zé Cosme), morou por algum tempo nas proximidades da Casa da Pedra, propriedade de Bernardino Sena. Os filhos de Zé Cosme lembram que seu pai era afilhado de Bernardino e viveu boa parte de sua adolescência na casa do padrinho, na Fazenda Aroeiras. Apesar de ser bem acostumado no lugar, dois eventos o levaram a se afastar e interromper o convívio com as pessoas dali.

Primeiro, um de seus trabalhos, enquanto morador da fazenda e afilhado do patrão, era alimentar um rebanho de caprinos com ração verde que era cortada e trazida em uma carroça de boi para o chiqueiro. Entretanto, houve um dia em que um bode grande se soltou ao ver chegar a referida carroça de ração, correu de encontro a esta, que estava em movimento, e uma de suas rodas esmagou o pescoço do animal. Zé Cosme foi responsabilizado e ouviu as seguintes palavras: “Zé Cosme é um criminoso, já matou até um bode”. Apesar de parecer brincadeira, as palavras dirigidas a Zé Cosme refletem os tratamentos humilhantes a que os negros eram submetidos naquele contexto.

Após a morte de Bernardino Sena, a direção da fazenda coube a seu filho Luiz Gonzaga de Sena (LIMA, 2004). Havendo uma época em que fora grande a produção de melões, Zé Cosme trazia carroças de melão para a sede da fazenda sem ter, contudo, o direito de comer nenhum deles. Ao narrar esse acontecimento, Jerônimo Cosme (Jerônimo de Zé Cosme) afirma que seu pai ria muito ao relembrar a situação, sem negar que se sentia constrangido por saber que, diante de tão vultoso número de frutos, lhe era negado o direito de comer ao menos um.

Certa vez, ao falar sobre o assunto com alguns amigos, um dos presentes, Galego de Emídio, lhe disse, “mas Zé Cosme, tu sois um otário, a carroça cheia de melão e tu

com fome!?” Risonho, Zé Cosme respondeu, “eu ia comer o melão alheio, Galego!?” Esses acontecimentos contribuíram para que Zé Cosme tomasse a decisão de sair da fazenda de seu padrinho e ir trabalhar na Fazenda Maracujá, onde seu pai Cosme Miguel já trabalhava. Ali, pai e filho aprenderam a fabricar pólvora, uma vez que os fazendeiros José Luciano e seu filho adotivo Florêncio Luciano eram fabricantes do produto.

Os casos acima tratados deixam transparecer um pouco das relações interracializadas que envolvem a Boa Vista, afinal todos os personagens negros a que me referi têm, direta ou indiretamente, algum tipo de ligação com a comunidade. Inclusive os termos em que se davam tais relações podem explicar a ausência de outros negros na escola de Bernardino e especialmente a retirada da instituição de ensino do território dos negros em 1883. Lembro inclusive que meu avô Zé Cosme, nascido em 1913<sup>39</sup>, tinha o desejo de aprender a ler, mas ao contrário de Joana Januária, não pôde frequentar as aulas de seu padrinho Bernardino Sena. Já idoso, fora alfabetizado por minha mãe, sua nora, no final da década de 1970, quando já tinha mais de 60 anos de idade. Gostaria também de ter uma melhor compreensão das circunstâncias que levaram a instalação da primeira escola da região de Jardim do Seridó justamente na Boa Vista dos Negros, porém não disponho até aqui de subsídios documentais que possam basear minha busca por respostas, ademais, esse é um tema que está para além do escopo das memórias locais.

Por outro lado, é importante considerar o fato de que nos anos 30 o governo brasileiro colocava em prática uma série de medidas que visavam democratizar o ensino público no país, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Também através do incentivo à criação de novas escolas e do aumento da rede de docentes, multiplicando assim o número de estudantes país afora. Foi nesse contexto que um grupo de educadores assinou um documento defendendo que o Estado instituisse uma educação gratuita, laica e que desse aos meninos e meninas a oportunidade de frequentar a mesma sala de aula (BURITI, 2005). Certamente a criação da escola da Boa Vista dos Luciano, onde D. Chica Vieira foi aluna, é consequência disso. Pude conferir na documentação do arquivo da Prefeitura Municipal de Parelhas que sua inauguração data de 1937 (Figura 12). Trata-se, portanto, de um momento passível de ser alcançado pela memória de alguns dos meus entrevistados, Manoel Miguel, por exemplo, nasceu em 1932, Zé Vieira, em 1925. Mas é fato que nenhum informante faz menção à presença de pessoas da Boa Vista

---

<sup>39</sup> Apesar de nascido em 1913, os documentos de Zé Cosme apontam que sua data de nascimento era o ano de 1916, no entanto, ele mesmo relatava o caso, afirmando que seus documentos traziam a data errada.

dos Negros na referida escola, exceto Chica Vieira, que foi matriculada já na década de 1940.

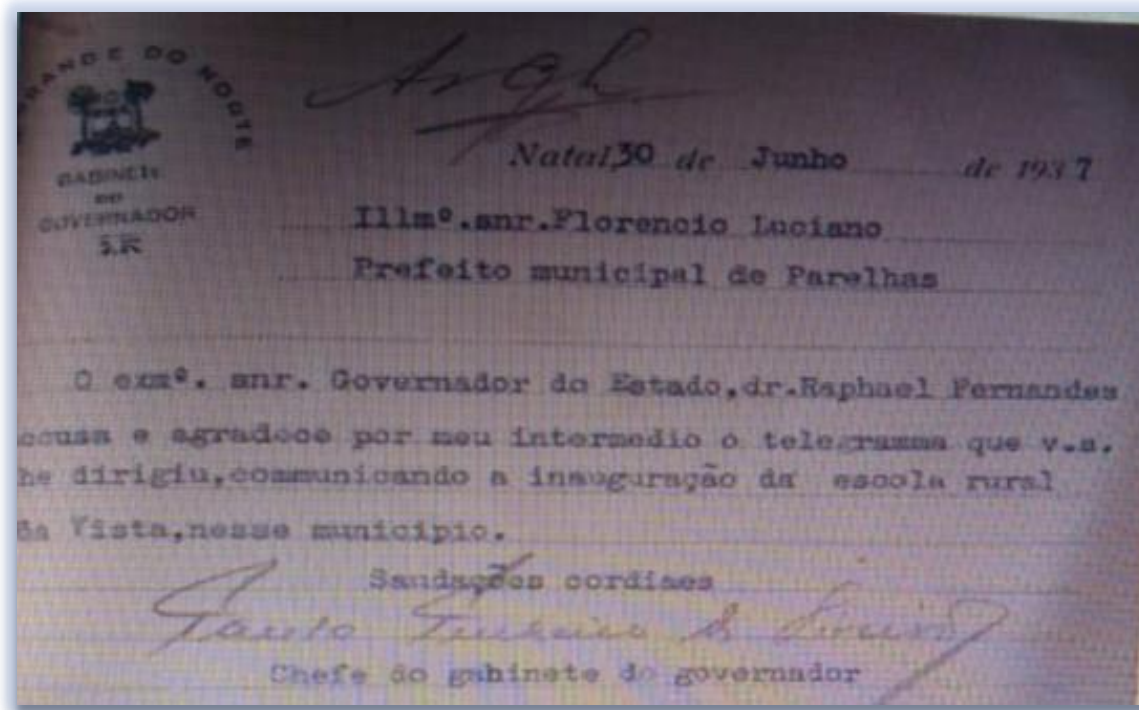


Figura 14: Telegrama do Governador do Rio Grande do Norte ao Prefeito de Parelhas, tratando da inauguração da escola da Boa Vista dos Luciano. Fonte: Arquivo Municipal de Parelhas.

Esse impulso dado à sistematização e ao crescimento do aparelho educativo implicava a canalização de recursos para os municípios, que se encarregariam de criar novas escolas e incentivar novas matrículas. O que determinava a origem de novos postos docentes. Ter acesso a esses canais de recursos era algo bastante interessante para cidades pequenas, cujas receitas eram um tanto diminutas. Mesmo assim, não parece ter havido até aquela época nenhuma tentativa de inclusão da população da Boa Vista dos Negros, apesar de a comunidade se situar entre a Escola do Juazeiro e a da Boa Vista dos Luciano, somente uma jovem da comunidade (Chica Vieira) consegue se matricular e permanecer estudando. Não restam dúvidas de que sua permanência na escola foi a quebra de uma série de barreiras, até então intransponíveis às pessoas que tinham a mesma origem que ela (SOUZA, 2014).

O grupo escolar do Povoado Juazeiro apresenta situação semelhante. Em 1929 o professor João Manuel dos Santos, neto de Bernardino Sena<sup>40</sup>, assumiu a docência naquela escola, permanecendo até 1971 (MARIA NETO, 2008). Tantos anos de atuação docente possibilitaram àquele professor a constituição de um arquivo em que consta uma grande quantidade de listas de matrículas, anotações sobre o cotidiano escolar, inclusive com algumas fotografias (Figura 13), cartilhas didáticas e um diário pessoal. Por meio da generosidade de D. Graça, uma das filhas de João Manuel, pude pesquisar parte do sobredito arquivo, no qual foi constatada a mesma ausência de pessoas da Boa Vista dos Negros.



Figura 15: Professor João Manuel e seus alunos em 1939. Fonte: Acervo pessoal de João Manuel dos Santos.

Embora houvesse diversas pessoas com sobrenome Fernandes, muito comum na comunidade em pauta, pude constatar que não se tratava “dos negros”, mas de estudantes residentes no Juazeiro e em suas adjacências. Já os sobrenomes Vieira e Miguel, são inexistentes na documentação compulsada. Esta constatação foi corroborada pela análise das imagens em que o referido professor aparece junto a seus alunos, bem como pelos

---

<sup>40</sup> A referida escola se encontra em funcionamento até os dias atuais, com o nome de Escola Estadual Bernardino de Sena Silva. É nela que atuo como professor de História, é lá também que estudam meus primos quilombolas da Boa Vista.

informantes que são unânimes em afirmar a inexistência de negros da Boa Vista na escola do Juazeiro. Vale ressaltar ainda que me refiro ao período que vai de 1929 a 1954, momento em que Chica Vieira começa a lecionar. Já na década de 1960, ela mesma, precisando aprofundar seus conhecimentos, uma vez que havia estudado somente até o terceiro ano, chegou a estudar no Juazeiro (SOUZA, 2014).

Como assinala nas linhas anteriores, não havia nos projetos políticos brasileiros o interesse de integração da população negra (NASCIMENTO, 1977). Por outro lado, tenho percebido que as relações do “povo da Boa Vista dos Negros” com as comunidades circunvizinhas e com as autoridades se davam por meio de um jogo de aproximações e distanciamentos, no qual “os negros”, enquanto grupo marginalizado, seguiam muitas vezes uma série de lógicas conscientes e inconscientes. Conforme preceitua Wachtel (2001) ao falar sobre lógica inconsciente, fazendo referência a ações coletivas e/ou individuais mediante um contexto pré-estabelecido, visando a obtenção de determinados objetivos, com o fito de aproveitar essas interações da melhor maneira possível, de forma que a integridade e o território do grupo fossem mantidos e, ao mesmo tempo supridas as necessidades de cada momento.

Essa conduta também consiste em se esquivar da convivência com pessoas brancas, sempre que essa convivência pudesse ser motivo de opressão ou constrangimento de qualquer natureza. Percebe-se nessa atitude um ato de resistência, tanto que a instalação da escola no território dos negros em 1954 e a regência dessa escola por uma pessoa do lugar, é entendida como a oportunidade de adentrar o mundo das letras sem incorrer no risco de um julgo opressivo.

No Brasil dos anos 50, momento em que foi posta em funcionamento a escola da Boa Vista dos Negros, estava entrando em curso um novo incentivo à educação campesina. Hidalgo, Palhano e Sikora (2013, p. 6) argumentam que à época, o governo brasileiro se esforçava para firmar convênios com os Estados Unidos, notadamente para a realização de ações voltadas à educação no campo, inclusive com envolvimento de agências internacionais de fomento. Segundo os autores, era imprescindível a participação dos municípios nesse processo, uma vez que seria deles a responsabilidade de receber os recursos e direcioná-los para a educação campesina. Portanto, levar o sistema educacional para os negros da Boa Vista, não foi um ato de pura bondade, tratava-se de uma ação decorrente de um contexto bastante amplo e que fora realizada como

forma de atender aos interesses tanto da municipalidade, quanto da classe política que a dirigia.

Em minha percepção, baseada na documentação analisada, nos textos consultados e na tradição oral, as escolas do Povoado Juazeiro e da Boa Vista dos Luciano, não se negaram a receber “os negros<sup>41</sup>”, mas estes é que optaram por não fazer parte daquelas instituições de ensino por terem consciência do risco de discriminação que ocorreria num ambiente escolar pensado e estruturado para a população branca. No entanto, a presença “dos negros” em outras situações é bastante lembrada, sobretudo no Juazeiro, assim como a frequência de pessoas do Juazeiro na comunidade “dos negros” também é muito lembrada, notadamente nas festividades religiosas e nos trabalhos agrícolas.

#### 2.4.1 CHICA VIEIRA, A PROFESSORA DA BOA VISTA

Chica Vieira, sobrinha de Zé Cosme, filha de sua irmã Maria, se tornou professora em 1954. Como demonstrado acima, foi a primeira pessoa da Boa Vista dos Negros a escolarizar-se de modo formal. Notemos, porém, que ela é bastante jovem se comparada ao tempo de existência das duas escolas entre as quais se situa a sua comunidade de origem. No entanto, as circunstâncias que fizeram com que fosse implantada uma escola na Boa Vista dos Negros, aquela regida por D. Chica a partir de 1954, revelam o que ficou na memória, “que o prefeito Florêncio Luciano protegia os negros da Boa Vista”.

Na época em que D. Chica fora aluna na Boa Vista dos Luciano, de 1947 a 1953, ali só se ofertava até o quarto ano (antiga terceira série). Mas seu caso é bastante *sui generis*, uma vez que ao concluir o “ciclo” ela repetiu, por vontade própria, o quarto ano três vezes, já que não queria ficar sem estudar, conforme depoimento concedido a este pesquisador no ano de 2012.

\_(Chica Vieira) Foi, eu ia pra lá estudar com Quinó, aí só tinha até o terceiro ano aí, eu não queria sabe, eu não queria assim, ficar sem estudar, aí eu ficava

---

<sup>41</sup> A expressão “os negros” empregada nesse contexto designa a forma como a população das adjacências da Boa Vista dos Negros se refere aos moradores daquela comunidade.

repetindo o terceiro ano. Repeti três vezes, pra não ficar sem estudar. Aí quando foi um dia Seu Florêncio foi lá, Seu Florêncio era o prefeito num sabe. Ele falou com Quinó, que estava pensando em abrir assim uma escola aqui nos negros, pra ver se dava certo, mas não sabia quem ia ensinar... aí perguntou se ela não sabia de uma pessoa pra ensinar, que a prefeitura pagava. Aí ela disse olhe, tem uma menina de lá, filha de Zé Vieira, que estuda aqui comigo já faz é tempo, ela pode, aquela menina ela tem condições de... começar uma escola lá. Aí pronto, Seu Florêncio veio, disse assim mais ou menos como era, aí eu comecei, comecei a ensinar aqui.

\_ (Sebastião) Isso foi em que ano?

\_(Chica Vieira) O ano foi em 54, 1954. E Aí eu fiquei até me aposentar.

\_ (Sebastião) Aí Seu Florêncio mandou construir logo essa escola?

\_(Chica Vieira) Não, mandou não, esse salão foi muito depois. No começo era assim, eu arranjei uma mesa grande emprestada num sabe... aí quando era de noite, a aula era de noite, botava um bocado de lamparina em cima da mesa, na casa de meu pai né, que eu era solteira ainda, as aulas eram lá em casa mesmo, a casa era mesmo ali naquele canto. Aí tinha uns bancos compridos, que era pra gente sentar, botava assim perto da mesa, um dum lado outro do outro. Aí eu ensinava as quatro operações, a ler, a escrever...

\_ (Sebastião) E quem eram os alunos?

(Chica Vieira) Era o pessoal daqui da Boa Vista mesmo, todo mundo, muita gente estudou comigo. Depois vinha um pessoal de fora, vinha os meninos dali do Riachão, que era pra completar a matrícula, tinha que ter aquela quantidade de aluno, vinha gente também da Boa Vista dos Luciano. E todo mundo aprendia bem, o que passava eles aprendiam.

A casa em que D. Chica morava junto a seus pais era uma construção de taipa, coberta com palha, assim como quase todas da comunidade. Semelhante à da imagem abaixo (Figura 10).



Figura 16: Casa em que residia D. Maria Vieira, mãe de Chica Vieira. Esse registro evidência que a arquitetura à base de taipa e palha ainda era usada na Boa Vista durante a década de 1980. Fonte: OLIVEIRA JÚNIOR, 2017, p. 373.

Inicialmente os alunos de D. Chica eram tanto adultos quanto crianças, pessoas da comunidade, que animados pela oportunidade de aprender a ler e escrever logo se matricularam (SOUZA, 2014). Como parte dos estudantes trabalhava durante o dia, geralmente na agricultura, as aulas ocorriam no início da noite, entre as 18h30min e às 20h00min, com um pequeno intervalo para que os alunos pudessem fumar seus cachimbos e conversar um pouco. Como esclarece a professora, nos primeiros anos em que funcionou a escola da Boa Vista, o alunado era exclusivamente formado por pessoas da comunidade, todos ligados por laços de parentesco. No entanto, o que me parece merecer atenção especial é o fato de que duas comunidades vizinhas da Boa Vista dos Negros já possuíam grupos escolares em funcionamento, a Boa Vista dos Luciano, como já fora mencionado e o Juazeiro, escola esta que teve início na Boa Vista dos Negros e depois foi removida. Entretanto, não havia pessoas da comunidade pesquisada (Boa Vista) frequentando essas escolas. Tive a oportunidade de pesquisar uma parte da documentação do arquivo pessoal do professor João Manuel dos Santos, onde se encontra, além dos diários pessoais do referido professor, com desenhos, poesias e anotações a respeito do cotidiano escolar, um grande volume de documentação referente ao grupo escolar do Juazeiro, inclusive os diários de sala de aula e os livros de matrícula, pude constatar que em 1883, Bernardino de Sena, fazendeiro e figura de grande relevância

política, deu início ao ensino ali. Em 1929 seu neto, o já mencionado professor João Manuel, assumiu o posto de educador que fora do avô, permanecendo até 1971 quando se aposentou.

Assim, a escola dirigida por Chica Vieira no território “dos negros” (Figura 14) constituiu a chance de acesso à educação formal sem o risco de discriminações, do mesmo modo que o fato de ela ter um significativo número de crianças e de adultos como seus alunos revela também uma atitude de resistência. A escola onde Chica Vieira lecionou recebeu o nome de sua avó paterna, Serafina Maria de Jesus (Imbém), sua existência, embora abafada pelos discursos elitistas, que buscam o engrandecimento das figuras de eminência política e econômica, foi uma arma no combate à opressão, justamente por ser uma instituição destinada à ilustração de uma população negra, sob a regência de uma mulher negra.



Figura 17: Professora Chica Vieira e seus alunos em 1957. Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.

À medida em que seu trabalho foi se consolidando e ganhando reconhecimento, D. Chica passou a receber alunos brancos, vindos da Boa Vista dos Luciano e da Boa Vista dos Barros<sup>42</sup>. O prédio escolar da comunidade foi construído em 1958 e não foi chamado de escola pela população local, mas de salão. O espaço também foi destinado a reuniões, realização de festas e à recepção de visitas. Ali o ensino foi ministrado até o ano 2000, ou seja, pouco depois da aposentadoria de D. Chica foi encerrado o funcionamento da referida instituição (SOUZA, 2014).

Em decorrência do encerramento das atividades escolares na comunidade, as crianças e adolescentes que nela residem se deslocam de segunda a sexta-feira, em transporte escolar oferecido pelo governo estadual, juntamente com alunos oriundos de outras comunidades rurais da vizinhança para o Povoado Juazeiro, onde cursam desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental. Concluída esta etapa, são encaminhados para escolas situadas na sede do município, a fim de cursarem o ensino médio.

Os que pretendem ingressar na educação superior precisam optar pelas cidades próximas em que existem centros universitários, isto é, Caicó/RN ou Currais Novos/RN. Natal não deixa de ser uma opção, mas neste caso se faz necessária a mudança de residência. Também há a possibilidade de realizar os estudos universitários em algumas cidades do interior paraibano como Picuí, Cuité e Campina Grande. Essas, embora façam parte de outro estado, têm localizações relativamente próximas da cidade de Parelhas.

Como procurei demonstrar, a relação da Boa Vista dos Negros com o Povoado Juazeiro tem na educação um de seus pontos fortes, especialmente a partir do início dos anos 2000, quando a escola comunitária foi desativada, nesse aspecto tal relação também é perpassada por questões de territorialização e por um conjunto de lógicas conscientes e inconscientes que determinam posturas individuais e coletivas.

---

<sup>42</sup> Segundo a própria Chica Vieira, os alunos que vinham do Sítio Riachão eram identificados como negros, filhos de Francisca Timóteo (Chica Timote), parentes do pessoal da Boa Vista dos Negros.

## 2.5 A IRMANDADE DO ROSÁRIO

A Irmandade aqui é pensada como um mecanismo de identificação, como um sistema classificatório, um definidor de fronteiras, presente num universo social em que diferentes grupos de ascendência africana ora se aliam, ora se distanciam na busca por espaço e reconhecimento social (SOARES, 2005). Isto porque, para além da prática devocional, mediante a forma e as circunstâncias impostas pela sociedade, as irmandades de homens pretos têm outra esfera de atuação. Desde que surgiram, em Portugal, no Mosteiro de São Domingos, no ano de 1460, elas assumem a função de amparar os irmãos incapazes de suprir suas próprias necessidades, em casos de doenças e falta de alimentação. Bem como cuidar dos órfãos e das viúvas, desde que essas não contraíssem novo matrimônio, dar aos falecidos um sepultamento digno, com os necessários sacramentos católicos, caso não tivessem família ou esta não o pudesse fazer (BORGES, 2000). A exemplo disso, a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênea, no Rio de Janeiro do século XVIII, se dedica a auxiliar financeiramente os confrades que, na condição de cativos, procuravam juntar pecúlio para a compra de suas próprias alforrias. Assim, cabe a confraria o dever de prestar assistência a seus membros escravos, que já idosos e doentes, perdiam a capacidade produtiva, sendo abandonados por seus senhores, sob a falsa benesse de terem sido libertados, ficando a vagar pelas praias, famintos e expostos ao relento (SOARES, 2000).

Outra nuance característica desses grupos é a hierarquização de seus membros, configurada a partir da assunção dos cargos principais e da capacidade decisiva que alguns integrantes têm frente aos demais (SOARES, 2000). No caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião de Jardim do Seridó, na qual estão congregados os “negros da Boa Vista”, nota-se uma característica particular, pois é certo que a mesma tenha se formado em 1863 e, provavelmente a partir do ano seguinte começaram a ocorrer suas festividades (GOIS, 2016; GOULART, 2016). Contudo, somente em 1885, portanto vinte e dois anos após o seu surgimento, é que a irmandade vai ser institucionalizada por meio de um compromisso aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, por meio da lei 951 de 16 de abril de 1885 (GOIS, 2016). De forma que a primeira ata das reuniões da confraria data de 1886<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> O pessoal da Boa Vista participa das Celebrações do Rosário anualmente em dois momentos distintos, isto é, aquele mais tradicional, que ocorre em Jardim do Seridó/RN entre as datas de 30 de dezembro e 1

O referido Termo de Compromisso determina que, haverá “número indefinido de pessoas de ambos os sexos e sem distinção de cor”, também estipula as funções de juizes, escrivães e tesoueiros, além de estabelecer quantias que serão pagas anualmente pelos confrades e deixar claro que haverá 12 irmãos de mesa e 12 mordomos que, assim como o juiz e os empregados, têm o dever de pagar uma quantia bem mais elevada que os irmãos simples. Assim, o juiz teria que pagar a “joia” de 500 reis ao assumir o cargo e mais 2.000 reis por ano; aos irmãos de mesa e demais “empregados” competia a “joia” de 400 reis de entrada e mais 1.000 reis anuais; já os irmãos simples pagariam 320 reis de entrada e 500 reis anuais.

Segundo o documento em análise, o juiz é o cargo de maior representatividade no grupo<sup>44</sup>. É ele quem convoca os irmãos, em concordância com o tesoureiro, preside as reuniões e “regula a sua ordem”. Os cargos de empregados e irmãos de mesa são eletivos, entre aqueles primeiros (empregados) o que obtiver maior votação será juiz. Dessa forma, observa-se a importância que têm os ocupantes desses dois cargos, pois são presença indispensável nas reuniões e, especialmente a prerrogativa do voto lhes confere poder de decidir sobre os rumos da confraria. No entanto, para chegar a tal posição era preciso uma considerável contrapartida financeira. Por outro lado, em nenhum ponto do documento os escravos são mencionados, penso que isso é reflexo do acentuado processo de desmonte do escravismo no Brasil. Se tivesse sido redigido e aprovado no mesmo ano em que o grupo se formou, possivelmente o documento teria artigos endereçados aos cativos, assim como o tem o compromisso da Irmandade do Rosário de Caicó/RN, elaborado em 16 de junho de 1771 (BORGES, 2000). Mas é fato que havia alguns escravos entre os membros da irmandade jardinense, além daqueles recém emancipados, a exemplo da

---

de janeiro e, desde 2010, o que ocorre na própria comunidade, na segunda quinzena de outubro. Nesta ocasião, acontece a realização de nove noites de celebração (novenas), com procissão e solenidade encerramento na tarde do décimo dia. Porém, no ano de 2020, não foi realizada a Festa do Rosário na comunidade, haja vista que esta foi a orientação das autoridades clericais, mediante o contexto da pandemia da Covid-19.

<sup>44</sup> Apesar do que reza o documento, na prática, como demonstrou Bruno Goulart (2016), o tesoureiro tem maior prestígio e capacidade decisiva que o Juiz. Penso, todavia, que a realidade constatada por Goulart foi um processo gradativo, que se consolidou já nos primeiros decênios do século XX, de forma que nas primeiras décadas de existência da Irmandade, era maior a capacidade decisiva e administrativa do juiz. Por outro lado, existe a figura do chefe, trata-se de uma liderança que embora informal, exerce grande influência entre os confrades, normalmente as decisões do grupo são tomadas em conformidade com sua opinião, atualmente essa função é exercida por Zé de Biu.

escrava Andresa Maria da Conceição<sup>45</sup>, que em 1885 impetrou “ação de liberdade junto ao Juiz de Órfãos do Termo da Cidade do Jardim” (PEREIRA, 2014).

Os valores estipulados, como pagamento de joias e anuidades, não parecem ser baixos a ponto de que todos pudessem pagar sem consideráveis comprometimentos de suas rendas. É *mister* lembrar que se trata-se de um grupo de pessoas em que a maioria se compõe de trabalhadores rurais pobres, com baixíssimo ou nenhum cabedal econômico. Logo, os que tinham a condição de se irmanarem ao grupo e manter em dia o pagamento de suas anuidades, sem um certo sacrifício, eram exceção. De fato, a pobreza de seus membros era um traço característico de quase todas as irmandades negras no Brasil, muitas deviam sua subsistência graças às generosas contribuições de pessoas brancas (BORGES, 2000).

Destarte, vê-se que a despeito de serem carentes de recursos econômicos, os negros que optavam por se filiar à confraria, a enxergam como uma ferramenta elementar para a ocupação de um importante espaço na sociedade. Os, irmanados no seio da agremiação resistem coletivamente as opressões e provocam, em determinadas épocas do ano, uma espécie de inversão social, indo da condição plebeia ao *status* de reis, rainhas, juízes e juízas. Numa encenação aparentemente sem significado prático. Mas além de serem aplaudidos ao desfilarem pomposamente pelas ruas da cidade, a veneração vai a ponto de muita gente branca, fazer fila à entrada da matriz para experimentar por alguns segundos o prazer de ter sobre a cabeça a coroa da rainha e do rei negro e usá-las como objeto sacro para preces à Senhora do Rosário, que pode curar doenças e trazer a paz. Valia a pena no século XIX se filiar e realizar um grande esforço para bancar o ônus de ser um negro do Rosário. Aliás, a Festa do Rosário está no calendário festivo de Jardim do Seridó, como um dos momentos mais importantes do ano.

Evidentemente os detentores dos cargos mais elevados, tinham maiores oportunidades para direcionar os rumos da irmandade<sup>46</sup>. No entanto, além da capacidade financeira, a posse de um cargo demandava uma aceitação social e capacidade de articulação dentro do grupo, afinal, trata-se de cargos eletivos. Além do mais, como aponta Zé de Bui: “antigamente pra ser juiz, na irmandade, tinha que ser um homem já

---

<sup>45</sup> A historiadora Aressa Maíra Nascimento Paiva constatou, em pesquisa junto às atas da Irmandade do Jardim do Seridó, a presença da referida personagem ocupando o cargo de juíza. (Os negros fazem sua estréia: o espaço sagrado da Irmandade São Sebastião e Nossa senhora do Rosário em Jardim de Seridó).

<sup>46</sup> De acordo com o compromisso, os cargos mais importantes são os de juiz, tesoureiro, irmãos de mesa e empregados (mordomos), os dois últimos são eleitos anualmente em número de doze.

velho, uma pessoa assim que todo mundo respeitava”. Uma particularidade dos Negros do Rosário de Jardim do Seridó e da Boa Vista/Parelhas, é, desde seu surgimento, a existência da figura do chefe, este apesar de não ser formalmente instituído, tem normalmente suas opiniões seguidas pelo grupo. Comumente aqueles que chegam a esse posto são pessoas idosas e idôneas, com grande capacidade de liderança e um histórico de anos dedicados ao grupo. Atualmente a função de chefia é atribuída a Zé de Biu. Entre outros memoráveis chefes estão Theodózio e Mané Migué.

É interessante perceber que, se a irmandade de Jardim do Seridó conseguia se manter em funcionamento, mesmo com as taxas numerárias que eram cobradas, sobretudo para os cargos mais elevados, isso significa que seus membros dispunham de alguma capacidade financeira. Por outro lado, sendo a irmandade um elo entre os negros e a sociedade dita branca, aqueles que ocupavam os cargos de maior representatividade no grupo tinham que conservar relações mais próximas com as autoridades eclesiais e com membros dos círculos dominantes da sociedade, uma vez que os cargos de tesoureiro e de procurador eram geralmente ocupados por pessoas idôneas, de boa capacidade financeira e brancas (SOARES, 2000; BORGES, 2000). Ter pessoas desse naipe ligadas à confraria, era de certa forma uma abertura utilizada pela comunidade negra para que houvesse legitimação da presença e da atuação negra no espaço social, isto é, uma forma de se conseguir a ocupação de um espaço importante no seio da sociedade. Aliás, em Jardim do Seridó/RN a Irmandade do Rosário ocupa um espaço muito importante, ali a Festa do Rosário é tida como um evento digno de grande aceitação, celebrado por boa parte da sociedade local e está entre as festividades mais relevantes da cidade.

A ata da reunião da irmandade do ano de 1886 aponta que o juiz era Manoel Fernandes da Cruz, provavelmente um negro da Boa Vista, conhecido como Manoel Gino. O fato de estar ocupando o cargo mais importante da confraria significa não apenas que ele detinha algum cabedal financeiro, mas que também tinha um certo prestígio, pelo menos entre os negros da região, e que desfrutava da empatia das autoridades eclesiais. Além de um certo tino para barganha, essas eram qualidades devidas aos membros mais destacados da confraria, haja vista que no convívio com as autoridades religiosas também se percebe nuances de alianças e disputas sutis.

Acta<sup>47</sup>

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano do nascimento de N. Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e seis, em casa de N. Senhora do Rosário, onde se achavam congregados da mesma Senhora do Rosário sob a presidência do juiz perpétuo Manoel Fernandes da Silva e com assistência dos Mordomos e mais confrades em meza conjuncta: sendo ahi, compareceu o thesoureiro José Martiniano de Azevêdo, com o livro das atas de seu cargo para o fim de proceder a eleição para juizes e mais empregados da Santa Irmandade, e juntamente mais algumas medidas e rezoluções que apparecesse.

Compareceu o juiz perpétuo Fernandes da Silva Presidente e oito irmãos de mêza; Celestino de Oliveira, Marco da Anunciação, Simão, Sebastião de Oliveira, Felix dos Santos, Fernandes Vieira, Fernandes da Silva, Cassiano Vieira; o presidente declarou aberta a seção e deram ordem a proceder a eleição para juizes e mais empregados, que tem de funcionar no anno de 1887, foi eleito para juiz João Rodrigues da Costa Mammede Filho e para juíza Florentina Etelvina de Maria Cunha.

Procurador foi reeleito o tenente Manoel Lucio de Araújo. E para escrivão foi reeleito o cidadão Manoel Cicero Dantas. Irmãos de meza: Joaquim Gameiro de [Araujo?], Agostinho de Oliveira Sombreo, José Miguel dos Santos, Sebastião Ferreira de Macedo, Pedro José Baptista, Ignácio José Virgínio, Lazaro Raimundo Carneiro, Amaro Gomes Pereira de Araújo, Paulo Vicente de Maria, Camillo Martins de Azevedo, Jose Pinheiro de Maria. Depois de feita esta o thesoureiro requereu verbalmente para esta reunião crear uma verba para pagar-se ao escrivão; A qual foi concedida de 10\$000 e nenhum trabalho mais ocorrendo o presidente enserrou a secção eu Manoel Cícero Dantas a escrevi:

Manoel Fernandes da Silva presidente.

Um aspecto interessante a respeito do papel desempenhado pelos irmãos de mesa e demais ocupantes de cargos no interior do grupo do Rosário é vislumbrado nas atas que vão de 1889 a 1891. Isto porque no primeiro ano desse espaço de tempo, ocorreu a eleição de um novo tesoureiro que iria substituir José Martiniano de Azevêdo, antigo ocupante do cargo. Na ocasião foi eleito o cidadão Clemente Honório de Miranda. Todavia, sua eleição por uma maioria de apenas um voto, foram 5 votos a favor e 4 contra, indica que o mesmo era visto com certa desconfiança por parte dos irmãos do Rosário. Essa desconfiança não era infundada, pois em seu curto mandato os cofres da confraria sofreram considerável desfalque, importando em 111\$970 (cento e onze mil novecentos e setenta réis).

Em consequência disso, Theodózio Fernandes e mais alguns irmãos se afastaram, houve também “a escusa de muitos cidadãos em alistar-se na mesma irmandade”. Foi assim que, o Padre José Antônio da Silva Pinto, “reverendo Pároco” de Jardim do Seridó,

---

<sup>47</sup> Optei por uma transcrição *ipsi litteris*.

convocou a reunião extraordinária que ocorreu em 2 de janeiro de 1891. O objetivo alegado era proceder às adequações necessárias, visto que o advento da república determinou a separação entre Igreja e Estado. Está claro, porém, que os confrades do Rosário, viram naquela reunião o momento oportuno para direcionarem a autoridade clerical no sentido de resolver a “desarmonia” entre o tesoureiro Clemente Honório de Miranda, cuja índole estava sob suspeitas, e o grupo<sup>48</sup>.

Sendo, como afirma Moacy Cirne (2004, p. 109), o tesoureiro “um homem branco e potentado, temente a Deus e de sã consciência”, seria difícil para os negros sustentarem contra ele a acusação de que estava subtraindo as finanças da confraria. Sugestivamente o padre intercede e propõe a exoneração do tesoureiro contestado, que imediatamente é substituído, com aprovação dos irmãos de mesa, pelo Capitão Felinto Elísio de Oliveira Azevedo. O pároco ainda sugeriu que fosse feita, pelo tesoureiro exonerado, a prestação de contas de seu serviço e estipulado o prazo “de dois a três meses” para que restituísse os cento e onze mil novecentos e setenta réis da irmandade que se achavam em seu poder, mas que ele “não tinha em caixa”<sup>49</sup>.

Afastar-se da irmandade e deixar de frequentar a cidade no período da realização das Festas do Rosário, foi a maneira encontrada por diversos membros do grupo para demonstrar o descontentamento com a inegável desonestidade do tesoureiro. Também ao padre, na qualidade de autoridade religiosa, coube a tarefa de barrar os abusos que causavam prejuízo à irmandade, “imprimir-lhe um certo cunho de moralidade e dar-lhe melhor orientação”<sup>50</sup>.

Em outros momentos, vê-se que ao invés de partilharem opiniões, Irmandade e clérigos demonstram pontos de vista conflitantes. De forma que o próprio padre jardinense condena as práticas rotineiras dos membros da irmandade em questão, ou mesmo questiona a importância conquistada por ela no cenário local. Além das queixas relacionadas ao fato de algumas pessoas do grupo que ingeriam bebidas alcoólicas após as apresentações na Festa do Rosário, há também clérigos que creditam ao grupo e à própria festa um caráter muito mais “cultural” do que religioso, como bem esclarece Goulart (2016). Observa-se, que a festa dos negros traz certo incômodo a determinados

---

<sup>48</sup> Arquivo Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Jardim do Seridó, doravante APNSCJS, Livro de atas da Irmandade do Rosário, folha com numeração ilegível, ano de 1891.

<sup>49</sup> APNSCJS, Livro de atas da Irmandade do Rosário, folha com numeração ilegível, ano de 1891.

<sup>50</sup> APNSCJS, Livro de atas da Irmandade do Rosário, folha com numeração ilegível, ano de 1891.

párocos, o que não é algo exclusivo da época atual. Já em 1941, o Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros em seus primeiros meses como vigário de Jardim do Seridó, entendeu a Festa do Rosário ali realizada muito mais como cultos afro-brasileiros do que manifestações católicas. O religioso também afirma que estranhou profundamente o fato de a “comunidade negra da Boa Vista” coroar seu rei e rainha na Igreja Matriz, e que só muito a contragosto permitiu que a coroação continuasse a ocorrer no referido local (MEDEIROS, 2013).

Tudo isso deixa claro que a Irmandade é um campo de disputa, tanto quanto um órgão a serviço da população negra, no jogo de poder inerente à sociedade seridoense. Tendo em vista as lógicas que orientam as relações da Boa Vista com a população das diferentes localidades vizinhas e da cidade, é possível afirmar que além de se constituir em um marco identitário, ao lado da filiação à matriarca Tereza, a confraria dentro e fora do território quilombola, serve como uma forma de balizar as interações de maneira que sejam nulos ou pelo menos amenizados os riscos de inferiorização da população da Boa Vista. Da mesma forma, a irmandade é objeto de autoafirmação e de acesso a sujeitos que, num contexto de subalternização e de relações assimétricas, podem falar pelos negros (SPIVAK, 2010; GOULART, 2014).

A filiação à irmandade trouxe uma nova forma de interação entre as pessoas da Boa Vista e outros seguimentos da sociedade. Como tenho demonstrado, a relação da comunidade com sujeitos e grupos “de fora” se pauta em lógicas que implicam aproximações e distanciamentos. Tendo a questão territorial como fator de grande importância, resistir às opressões e barganhar a realização de objetivos individuais e/ou coletivos é o que se pretende. Desta forma, a irmandade constitui um trunfo, à medida que dá aos negros da Boa Vista e demais membros a oportunidade de atuar fora de seus territórios e ao mesmo tempo serem aceitos e até mesmo admirados pela parcela “branca” da sociedade.

Analisando os cargos existentes na irmandade de Jardim do Seridó, Goulart (2014) os descreveu divididos em dois grupos, o “reinado” e o “pulo”. O primeiro, além dos cargos a que me referi acima, conta com a presença de rei, rainha e escritvães. Já o pulo é formado por um conjunto de tocadores de caixa, bumbo e pífano. Os demais membros são o “capitão de lança”, o “porta-bandeira” e os “lanceiros” que portam lanças vermelhas de aproximadamente 1,50 m enfeitadas em uma das pontas com fitas coloridas de N. Senhora do Rosário. As referidas lanças são chamadas de “espontão” e o bailado

executado pelos membros do pulo, ou “saltadores”, chama-se “Dança do Espontão”. São performances realizadas ao som dos instrumentos, não há parte cantada. Os intelectuais associam essa dança a um bailado guerreiro (GOULART, 2016), Deífelo Gurgel, por exemplo, que se dedicou a analisar a dança:

“A coreografia simula um bailado guerreiro, com movimentos de ataque e defesa. Não há uniforme especial. Os integrantes do grupo usam calça branca com detalhes azuis na gola e mangas. Na cabeça, pequeno gorro militar. Espontão é a lança maior, que deu nome ao bailado”. (GURGEL, 1999).

Diferentemente dessa visão, “os negros do pulo”, isto é, os próprios dançarinos e tocadores, não associam a dança com a guerra. Foi dando enfoque as suas concepções que Andrade Júnior e Oliveira Andrade (2016) perceberam uma ligação íntima entre a dança e a devoção à N. S. do Rosário. Os autores asseveram que para os membros da confraria, a origem da dança escapa a uma demarcação temporal precisa, de forma que a expressão “sempre foi assim” é recorrente nas falas de seus interlocutores. Deste modo, a manifestação reproduz e ressignifica “gestos e sociabilidades dos antepassados”, é forte a intenção de “não deixar morrer o que foi construído pelos antecessores”.

Apesar de não ter sido nem mesmo citado no documento de 1885, que oficializa a existência da irmandade, o reinado constitui o elemento principal daquela confraria, o que mais chama atenção e o que tem maior rotatividade entre os membros do grupo. Outrossim, pensados na perspectiva de Damatta, o reinado e a Dança do Espontão são os elementos mais representativos da irmandade. Sendo, no contexto seridoense, a causa de um reordenamento momentâneo do modelo habitual da sociedade. Isso porque os negros do Rosário enquanto grupo marginalizado, ao desfilar em momentos solenes com toda a pompa dos reis, da corte que os acompanha, da música envolvente e as coreografias dos membros do pulo, fascina e arrebatava a atenção pública. Nesses momentos, eles são os reis do Seridó, “podem inverter sua posição social, compensando sua inferioridade social e econômica” (DAMATTA, 1997, p. 167).

Quando da ocorrência dos cortejos anuais em Jardim do Seridó/RN, uma considerável parcela de população é mobilizada, as ruas recebem iluminação adicional, parques de diversões são montados, a banda filarmônica da prefeitura municipal executa músicas em marcha pelas avenidas e uma grande multidão, inclusive turistas e

pesquisadores, acompanham os cortejos em que as rainhas e reis negros são precedidos por sua corte (Figuras 18 e 19).



Figura 18: Jardim do Seridó se prepara para a passagem da irmandade, Jardim do Seridó/RN. Fonte: Acervo pessoal do autor.



Figura 19: Chegada da irmandade à igreja matriz de Jardim do Seridó/RN. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Na Boa Vista dos Negros, durante a festa nos meados de outubro, é semelhante, a população local se desdobra em cuidados na preparação da festa, especialmente para o dia de encerramento. Um grande número de pessoas da cidade de Parelhas/RN e das comunidades vizinhas se dirige à comunidade para acompanhar o cortejo (Figura 20). As imagens abaixo ilustram essas situações em que os negros invertem a “estrutura social” e se fazem majestosos e objeto de admiração (Figuras 21 e 22).



Figura 20: Chegada de visitantes para o cortejo da irmandade, Boa Vista dos Negros. Foto: Acervo pessoal do autor.



Figura 21: Rainha, rei e corte se preparam para o cortejo, Boa Vista dos Negros. Fonte: Acervo pessoal do autor.



Figura 22: A irmandade se prepara para sair em cortejo, Boa Vista dos Negros. Foto: Acervo pessoal do autor.

Podemos afirmar, mediante a observação da trajetória da confraria, que a situação atual de notória visibilidade positiva é fruto da resistência secular mantida por seus membros. Se hoje os Negros do Rosário são referenciados no cenário parelhense, entre os aspectos que simbolizam a cidade (Figura 23), isso deve ser entendido como uma conquista, é resultado de todo um histórico de resistência. Destarte, a mesma sociedade que cantava “negro do Rosário nunca pisa no meu pé, todo negro do Rosário tem catinga de chulé” agora vê o negro do Rosário como motivo de orgulho e admiração.



Figura 23: Arte urbana, de Iron Garcia, destaca os símbolos parelhenses, negros do Rosário, cerâmica, ciclismo, a fé católica e as parelhas de cavalos. – Pintura de Iron Garcia - Foto: Acervo pessoal do autor.

## 2.6 BOA VISTA É BACURAU

Em 2018, Parelhas recebeu a equipe de produção do filme Bacurau, escrito e dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. A cidade, teve seu cotidiano agitado, não somente pela presença de todo um grupo de profissionais dedicados a realização do longa-metragem, ou pelo impacto positivo que o morno comércio municipal recebeu ao atender toda a logística necessária para a realização da obra, mas especialmente porque, pela primeira vez, o pequeno município e uma pequena parcela de seus habitantes, inclusive quilombolas da Boa Vista, tinham a oportunidade de ser apresentados ao mundo através de artistas reconhecidos nacional e internacionalmente (Figura 34). Bacurau veio para quebrar uma série de estereótipos, inclusive porque ao invés de paisagens semidesérticas, desprovidas de beleza e oferecendo poucas chances de sobrevivência, a produção se deparou com uma natureza viva, intensamente verde e de uma beleza sem par.

O filme se contrapõe ao clichê da população nordestina raquítica, miserável e carente de consciência política. Já o cenário das gravações, Povoado Barra<sup>51</sup>, saiu da condição de pequena vila distante e pouco povoada, para a situação quase *glamourosa* de ser o lugar em que uma população pobre e oprimida, sob a liderança de personagens como Lunga, Domingas, Pacote, Teresa e Damiano, resiste e aniquila a opressão de um prefeito corrupto e prepotente, apoiado por um violento e preconceito grupo de “gringos”, “gente importante”, que “já matou mais pessoas do que se pode imaginar” (BACURAU, 2019). Além de ter ganhado bastante notoriedade, a Barra foi beneficiada do ponto de vista financeiro, na medida em que a população local teve a oportunidade de atuar como figurantes do filme, mediante remuneração. O comércio local também saiu ganhando com a venda de alimentos e bebidas.

A Boa Vista dos Negros também teve atenção privilegiada por parte dos produtores e dos atores do filme supracitado. A comunidade despertou o interesse de atores destacados como Sônia Braga e Wilson Rabelo, que a visitaram diversas vezes, discutiram com as lideranças locais a respeito das conquistas que já foram feitas e das

---

<sup>51</sup> O Povoado Barra, ou simplesmente a Barra, como chama a população local, é uma vila rural circunscrita ao Município de Parelhas/RN, situa-se a 24 km da cidade e é habitada por 80 pessoas, que vivem da agricultura familiar, das aposentadorias rurais e dos recursos propiciados pelos programas de assistência social do governo federal.

necessidades atuais e ainda mostraram grande interesse pelas pesquisas acadêmicas que têm a comunidade como foco<sup>52</sup>. Dessa forma 13 pessoas da comunidade atuaram como figurantes remunerados no filme, sendo que o casal Aldenira e Jerônimo (Tadite e Tôta), além de serem figurantes (Figura 35) fizeram parte da equipe de apoio na enfermaria, uma vez que ambos são técnicos de enfermagem. Zé de Biu, por sua vez, teve participação ainda mais destacada, aparecendo em algumas das principais cenas do filme e chegando a pequenas falas ao longo da trama (Figura 36 e 37), além do mais, seu carisma, sua habilidade de contar histórias, sua voz grave e sua musicalidade o tornaram uma das pessoas mais destacadas nos bastidores, em volta de quem sempre havia um grupo de pessoas para um bate-papo descontraído.



Figura 24: Jerônimo (Tôta) portando arma na cena em que o prefeito é pego pela população de Bacurau. Fonte: BACURAL, 2019.

---

<sup>52</sup> Em maio de 2018 tive a oportunidade de enviar para o ator Wilson Rabelo, a seu pedido e por intermédio de Preta, bibliografias resultantes de algumas dessas pesquisas. No mês de agosto daquele mesmo ano aproveitamos o ensejo do coquetel de lançamento do livro “Comida da Terra: notas sobre o sistema alimentar do Seridó”, ocorrido em Natal/RN, para a venda de bilhetes e a realização do sorteio de uma sexta perfumada, doada à Boa Vista pela atriz Sônia Braga, para angariar fundos em prol da Festa do Rosário. O bilhete sorteado foi o da antropóloga May Waddington.



Figura 25: Zé de Biu, João Paulo e Tadite (Aldenira) gravando ao lado dos atores Wilson Rabelo, Barbara Colen e Eduarda Samara. Fonte: BACURAU, 2019.

A participação de alguns membros da comunidade no filme e a relação afetiva desenvolvida entre estes e a equipe de Bacurau se constituiu em algo muito importante na medida em que a população comunitária tem sua auto estima elevada ao perceber que artistas de renome internacional entendem como legítimas as reivindicações da grupo, reconhecem e valorizam a Boa Vista como o lugar de um povo que soube resistir às arbitrariedades sofridas em tempos passados e que no momento atual luta pela manutenção das conquistas realizadas. Por outro lado, esse afeto e esse reconhecimento, contribuem para que seja desconstruída a visão preconceituosa que boa parte da população parelhense ainda tem a respeito da Boa Vista.

Essa teia de relações, que põe em conexão a Boa Vista com as comunidades do entorno, a sociedade parelhense, estudiosos ligados à universidade e agora alguns membros da comunidade artística é no momento atual claramente marcada pelos desdobramentos das políticas de promoção da igualdade racial, postas em prática a partir do Decreto 4887/2003. É importante ter sempre em mente que o decreto, assim como todos os seus efeitos, são resultado de antigas lutas e pressões do Movimento Negro frente às esferas governamentais (ARRUTI, 2016).

A incorporação da questão racial à pauta de ações governamentais, com o advento das políticas afirmativas imprimiram uma mudança de postura nas lideranças comunitárias da Boa Vista. De maneira que mulheres como Preta e Maria do Socorro Fernandes mantêm a tradição de um protagonismo político feminino, que antes foi exercido pela matriarca Tereza, por Imbém e por Chica Vieira. Mesmo que essas mulheres, a exceção de Tereza, não são apontadas internamente como chefes comunitárias, aliás essa concepção é atribuída aos homens – Teodózio, Mané Moreno,

Miliano, Zé Vieira, Mané Migué, Zé de Biu, Dodoca, Jeronimo – normalmente as mulheres é que agenciam<sup>53</sup> as demandas frente as autoridades e as instâncias governamentais.

No capítulo seguinte dou maior ênfase à pesquisa nos arquivos históricos, para realizar o cruzamento do trabalho de campo com a pesquisa das fontes escritas. Da mesma forma, me apoio na documentação para seguir a trajetória de vida do personagem Teodósio Fernandes da Cruz e de outros personagens, a fim de assim mapear as interações e ter maior clareza das relações entre Boa Vista e comunidades circunvizinhas.

---

<sup>53</sup> Aqui me reporto à concepção de agência de Ortner (2006).

### 3 HISTÓRIAS CRUZADAS: THEODÓZIO FERNANDES E OUTROS FRAGMENTOS DE VIDA



Figura 26: Irmandade do Rosário é recepcionada na Fazenda Aroeiras, década de 1960 (informação passada por Aldo Medeiros a Julie Cavignac e corroborada por Manoel Miguel em conversa com Paulo Cosme). Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.

A ordem do mundo exige que cada um esteja envolvido num tecido de solidariedades, de amizades, num corpo.

Goerges Duby

Na verdade, já me sentia livre! Como era belo o resplandecer do sol naquela manhã memorável, a manhã da nossa partida para a terra da liberdade sobre a qual tanto havíamos ouvido falar<sup>54</sup>.

Maomah Baquaqua.

---

<sup>54</sup> Trecho da autobiografia do escravo africano Maomah Baquaqua, publicada no livro “Questão de pele”, à página 219.

Neste capítulo, com base na leitura combinada de documentação cartorial e paroquial e da exploração de memórias por meio do trabalho de campo, procuro reconstituir alguns fragmentos de trajetórias individuais. O intuito é demonstrar como um grupo de procedência<sup>55</sup> originado nas lides canavieiras dos engenhos do Brejo Paraibano, especialmente nas áreas rurais de Alagoa Nova, Lagoa Seca e Areia vai paulatinamente se desvencilhando da escravidão e, conseguindo posses territoriais na Boa Vista dos Negros e na “Serra do Coité”, estabelece uma rede de apoio, recorrem às alianças e mantém estrategicamente um jogo de aproximações e distanciamentos com os grupos sociais identificados como brancos.

Se procurei anteriormente explicitar o quanto a produção de conhecimento a respeito da sociedade seridoense foi inicialmente matizada pela ideia de engrandecimento dos grupos situados no centro do poder. Na sequência trabalhei a realidade da Boa Vista dos Negros com foco no presente etnográfico, sem perder de vista as interações e buscando elucidar as circunstâncias que propiciaram a configuração atual. Agora, no capítulo final, abordo trajetórias individuais e grupais, sempre enfocando o universo social, para deixar clara a existência de certos padrões tradicionais e racionais de comportamentos, e ressaltar a agência de um grupo muitas vezes entendido como passivo e sem atividade própria (THOMPSON, 1998; ORTNER, 2006).

---

<sup>55</sup> A ideia de grupo de procedência é trabalhada pela historiadora Mariza de Carvalho Soares (2005, p. 134). Designa grupos de escravos que ao experienciarem a escravidão em conjunto formam uma comunidade, redefinindo fronteiras e buscando construir um destino comum.

### 3.1 THEODÓZIO FERNANDES E AS REDES DE INTERAÇÕES INTERRACIAIS

Tem sido prática corrente no âmbito das ciências humanas a proposta metodológica que consiste em apresentar os processos sociais através de um personagem. Neste sentido, Danycelle Silva (2012) e Helder Macedo (2013), abordaram, na perspectiva da Antropologia e por um viés historiográfico, respectivamente, a figura de Feliciano da Rocha, sujeito cuja trajetória vai da condição de escravo, que juntando algum pecúlio e vislumbrando um horizonte em que emancipado, ascende socialmente no Seridó, aproveita as possibilidades abertas pela configuração social da região. Feliciano tem grande sucesso na busca por seus objetivos, inclusive, atingindo o posto de coronel e promovendo o branqueamento de sua prole, por meio de estratégias matrimoniais que chegam a propiciar enlaces matrimoniais com portugueses, isto é, pessoas dotadas de grande reconhecimento social (SILVA, 2012; MACEDO, 2013). Da mesma forma, têm sido enfocados outros personagens negros e mestiços do Seridó, como o fotógrafo e músico caicoense José Ezelino (DANTAS, 2002), ou de Nicolau Mendes da Cruz (MACEDO, 2013; SILVA, 2014).

A análise das circunstâncias de vida de determinados sujeitos tem possibilitado a constatação do quanto as parcelas identificadas como não-brancas foram remetidas a um contexto de invisibilidade no Seridó, mas também esclarece o quanto esses sujeitos e os grupos de que faziam parte, não aceitando passivamente a condição a que foram remetidos, buscaram de diferentes maneiras construir uma realidade livre das opressões e dos estigmas sociais. No que alguns optaram por “branquear-se” em busca de uma maior aceitação, enquanto outros escolheram manter e até mesmo enfatizar a condição de negro, índio ou mestiço. Assim, este capítulo reconstrói a rede de interações interraciais que mantém a Boa Vista em conexão com seguimentos da sociedade envolvente, quais sejam autoridades civis e eclesiais, pessoas negras não ligadas à comunidade, grandes proprietários rurais e camponeses pobres identificados como brancos. Essas interações se constituem na esfera religiosa, notadamente em torno da Irmandade do Rosário, tanto quanto no campo da economia, do lazer e da política.

No decurso da pesquisa em pauta, Theodózio Fernandes da Cruz e outros personagens cujas trajetórias de vida se entrecruzam em diferentes momentos e situações

despontaram como “chaves” para que se pudesse mapear as teias interativas e a partir daí interpretar o contexto social. Assim, ao longo do capítulo abordo alguns fragmentos de vida a fim de elucidar essas redes de relacionamentos. Em outras palavras, sigo os sujeitos a fim de encontrar a sociedade. Continuo, deste modo, problematizando as relações interraciais no Seridó, estou ainda às voltas com minha questão inicial: como são essas relações e de que forma elas proporcionam aos descendentes de Tereza a manutenção de um território e de uma identidade coletiva?

Ademais, a abordagem dos referidos personagens reflete a opção de observar a sociedade por um prisma diferenciado daqueles que põem autoridades e figuras proeminentes no centro das atenções (THOMPSON, 1998; WACHTEL, 2001, 2005). Com efeito, Theodózio é, entre as pessoas que aparecem ao longo do capítulo, o indivíduo a respeito de quem há o maior número de informações. Por outro lado, sua atuação como “porta-voz” da comunidade, mediando conflitos, e o papel fundamental que exerceu como membro da Irmandade do Rosário, o colocam num lugar privilegiado para a elucidação das questões acima referidas. Isso justifica o fato de que sua história de vida perpassa toda a discussão aqui ensejada. Certamente a sua biografia daria conta de explicar essas relações, no entanto, não disponho de informações suficientes para apresentar todas as etapas da vida dessa figura, não obstante ele seja mais frequente na memória e na documentação analisada do que as demais pessoas aqui abordadas.

A primeira vez que ouvi falar de Theodózio Fernandes foi em 2005, estava no segundo ano da graduação em História e me sentia, como relatado anteriormente, no dever de estudar a Boa Vista e entender melhor a sua história, por isso costumava ir à casa de José Herculano Vieira (Zé Vieira) (Figura 24), irmão de D. Chica e primo de meu pai, ali, em demoradas conversas, eu procurava fazê-lo revisitar o passado da comunidade, de forma que pudesse me apontar um norte para a compreensão de como a Boa Vista pôde se formar, subsistir e assumir a configuração atual. Nascido em 1925, Zé Vieira foi, assim como outros idosos da comunidade, um elo entre as gerações atuais e “os negros mais velhos”, isto é, aqueles que viveram na segunda metade do século XIX. Lembro-me que ao falarmos das condições materiais do “povo da Boa Vista” à época de sua juventude, ele proferiu as seguintes palavras: “era quem tinha uma casa de tijolo aqui, era Tiadozo (Theodózio)”.



Figura 27: Zé Vieira na sala de sua casa, onde costumava receber visitas e falar do passado. Foto: A. C. Junior, 2002.

Em seguida Theodózio, esse personagem que me deixava intrigado, me foi apresentado por Manoel Miguel (Mané Migué) como chefe da Irmandade do Rosário; Zé de Biu o descreve como liderança política; D. Geralda como um homem acostumado a lidar com dinheiro; a professora Geralda Esmeraldina, moradora no Povoado Juazeiro, o retrata como a pessoa que recebia em sua casa negros da Boa Vista e Brancos vindos do Juazeiro e das localidades circunvizinhas. Ademais todas essas pessoas ressaltaram o fato de que Theodózio realizava em sua casa, aos finais de semana, festas em que os negros tocavam caixa<sup>56</sup> e onde dançavam negros e brancos.

No ano de 2006, buscando informações documentais para o “Relatório Antropológico de Boa Vista dos Negros”, juntamente com Julie Caivgnac, José Antônio Fernandes de Melo e Gilson José Rodrigues Júnior, encontramos na documentação pesquisada algumas referências ao dito personagem em diferentes situações, inclusive comprando e registrando terras, o que mostra a sua preocupação em dar um caráter legal

---

<sup>56</sup> Instrumento de percussão, tocado com duas baquetas, muito usado pelas bandas marciais e também no contexto da Irmandade do Rosário.

as posses territoriais de sua família (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007).

Assim, as ações do sujeito em pauta, bem como os aspectos relacionados à sua trajetória de vida, me fizeram perceber que a compreensão do curso de sua existência pode ser a chave para o entendimento das relações interracialis que envolvem a Boa Vista. Deste modo, a apresentação de aspectos referentes à sua trajetória de vida não constitui aqui o mero e desprezioso vislumbre da vida de um personagem, é antes de tudo um meio para a observação das relações interracialis e das estratégias adotadas pela população negra para agenciar a ocupação de um espaço em meio à sociedade seridoense. Essa é uma realidade que já pode ser constada na observação do seu registro de batismo.

Theodózio Fernandes da Cruz nasceu na Boa Vista, no domingo, 11 de setembro de 1864, filho “legítimo” de Ignacio Fernandes Vieira e Maria Galdina da Conceição. Dois dias depois, isto é, em 13 de setembro, ocorreu o seu batismo juntamente com o de outras crianças, oriundas de diferentes lugares e posições sociais, uma vez que o Padre Francisco Justino de Pereira de Brito, reverendo pároco da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Jardim do Seridó, se encontrava no então Sítio Juazeiro, ocasião em que teve a oportunidade de congregar ao mundo católico, por meio da aspersão dos “santos óleos”, os párvulos Theodózio; Pedro, filho de Joaquim Romualdo da Silva e Izabel Maria da Conceição; além da menina Lourença, cujos progenitores eram Antonio Tavares da Silva e Maria Joaquina do Sacramento.

Os dois primeiros batizados, isto é, Theodózio e Pedro, foram identificados no documento como pretos<sup>57</sup>, já a menina Lourença aparece como branca. Theodózio teve como padrinhos as pessoas de Manoel Joaquim d’Oliveira e Jozefa Maria das Neves<sup>58</sup>. Acompanhemos o evento por meio da transcrição do seu assento. Certamente a observação atenta do documento vai ser bastante reveladora.

Theodozio, filho legítimo de Ignacio Fernandes Vieira, e de Maria Galdina da Conceição, desta Freguezia, nascêo aos onze, e foi por mim baptizado com os santos óleos, no sítio = Joazeiro= desta Freguezia aos treze de setembro de mil oitocentos e sessenta e quatro: foram padrinhos Manoel Joaquim d’Oliveira e

<sup>57</sup> Via de regra, os escriturários referenciavam a cor do batizando numa pequena inscrição colocada ao lado corpo do assento. No caso da documentação da Cúria jardinense eram comumente usadas as letras P identificando os pretos livres, N sinalizando os negros cativos e B identificando os brancos.

<sup>58</sup> APNSCJS, Livro 1 de batismos, folha 164.

Josefa Maria das Neves, solteiros, moradores nesta Freguezia. De que fiz este assento, que assigno. O vigário Francisco Justino Pereira de Brito<sup>59</sup>

Como visto, os pais de Theodózio, Ignacio Fernandes Vieira e Maria Galdina, optaram por convidar duas pessoas solteiras para serem padrinhos de seu filho, a saber, Manoel Joaquim de Oliveira e Josefa Maria das Neves. Muito das expectativas de uma família negra do século XIX pode ser revelado pela constituição do parentesco ritual, especialmente os batismos e os enlaces matrimoniais. Historiadores como Stuart Schwartz (1998), Robert Slenes (1999) e Cristiany Miranda Rocha (2004) têm se dedicado ao estudo dessas formas de parentesco, demonstrando que, grosso modo, elas se constituem de forma estratégica, com vistas à objetivação de interesses pré-concebidos.

Assim como muitos outros aspectos da vida do personagem aqui investigado, seu batismo deixa transparecer os moldes em que se davam as relações interracialis no Seridó oitocentista. Como fora demonstrado anteriormente, o Sítio Juazeiro pertenceu a Bernardino de Sena e Silva, tendo porém este último nascido em 1850, contando portanto 14 anos na data em que se deu o batismo de Theodózio, é provável que a dita propriedade ainda fosse posse de seu pai, Virgínio Vaz de Carvalho (LIMA, 2003, p. 226). Todavia, o crucial é perceber que o referido sítio já aparece como um ponto de interação entre pessoas oriundas de diferentes lugares sociais, note-se que, junto a Theodózio, foi batizado Pedro, que embora seja discriminado no documento como preto, não parece ser originário da Boa Vista, uma vez que seus pais não aparecem nas memórias locais e, têm como sobrenome “Romualdo da Silva”, que destoa completamente dos epítetos da comunidade. Por outro lado, o sobrenome Tavares, atribuído ao pai de Lourença, a menina branca batizada na ocasião, remete a um grupo familiar, identificado como sendo “do Juazeiro” e dotado de certo prestígio social. Ao lado dessas três famílias, ainda temos a presença do fazendeiro anfitrião, que ocupa o lugar de liderança política, a autoridade eclesial personificada pelo pároco Francisco Justino Pereira de Brito e os padrinhos, cuja escolha se dá em consonância com as metas e estratégias dos pais do batizando, conforme preconizou Robert Slenes (1998) ao estudar casos análogos na região do Vale do Paraíba.

É importante lembrar que, embora ocupando um lugar subalterno na interação com pessoas dotadas de eminência social, os membros da Boa Vista, estrategicamente se valiam dessas interações como um escudo necessário para que se pudesse subsistir numa

---

<sup>59</sup> Idem.

sociedade que supervalorizava aquele(s) que tinha(m) ascendência europeia, relegando negros, índios e mestiços à marginalização, na qual a economia era, em grande medida, movimentada pela exploração de mão-de-obra escrava e onde a posse da terra tinha grande significado (MACÊDO, 2007; CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007; MACEDO, 2013). Assim sendo, a Boa Vista tinha grandes possibilidades de ser um alvo privilegiado de ataques e contestações, inclusive a posse de suas terras era assegurada apenas pela memória dos membros, mas sem nenhum respaldo documental, o que a fragilizava ainda mais. A isso somam-se problemas eventuais como a baixa produtividade da terra em momentos de longa estiagem e a necessidade de ascensão econômica e social.

Dessa forma, os “negros da Boa Vista” tiveram que aprender a lidar com a sociedade envolvente, desenvolver a habilidade de se esquivar dos golpes desferidos pelos “poderosos” que tinham interesse em suas terras e os discriminavam por sua condição racial. Fez-se, portanto, crucial estar aliado a quem tivesse autoridade, simbólica ou legal, para barrar os adversários mais fortes nesse jogo assimétrico de poder (SPIVAK, 2010). Tal prática de resistência é uma constante na história da Boa Vista.

O compadrio normalmente se inseria no contexto de um amplo projeto de vida, afinal, o sacramento implica a assunção de um compromisso moral e religioso, através do qual os padrinhos partilham com os pais a proteção e a busca de tudo que possa beneficiar a criança apadrinhada. Desta forma, o bom padrinho, além de se incumbir da tarefa de ajudar financeiramente, tinha que proteger o afilhado e defender seus interesses, e, direta ou indiretamente os de sua família (SLENES, 1999).

É certo que Theodózio não estava isento das dificuldades a serem enfrentadas por um menino pobre e negro, num mundo governado por brancos, onde nem mesmo sua sobrevivência era garantida. Assim os padrinhos ideais seriam aqueles que tivessem capacidade para contribuir com os meios necessários à subsistência do menino e que o auxiliassem, financeiramente ou oportunizando a realização de suas demandas individuais e/ou familiares. Não encontrei, na documentação pesquisada, maiores informações sobre os padrinhos de Theodózio Fernandes, mas sendo ambos solteiros, duas possibilidades podem ser consideradas, isto é, Manoel Joaquim era noivo de Maria das Neves e estavam prestes a contraírem núpcias ou, o que me parece mais plausível, a escolha dos padrinhos reflete a vontade dos pais do batizando de estabelecerem parentesco ritual simultaneamente com duas potenciais e distintas fontes de apoio. Neste sentido, penso os apadrinhamentos como elemento que transcende a necessidade de

garantir a sobrevivência, trata-se de parentesco construído, com a função de dirimir ou resolver conflitos (LÈVIS-STRAUSS, 1982; FAUSTO, 2002).

O referido batizado revela ainda mais sobre as relações interracializadas aqui vislumbradas, Theodózio tinha apenas dois dias de nascido na ocasião em que o vigário lhe ungiu com os “santos óleos”, pude constatar, por meio da análise de outros assentos de batismos do termo de Jardim do Seridó/RN datados do século XIX, que as crianças geralmente recebiam o sacramento após os trinta dias de nascimento. Os próprios Pedro e Lourença, que receberam o batismo junto com Theodózio em 13 de setembro de 1864, contavam ambos um mês de nascidos. Portanto, o procedimento usual seria esperar pelo fim do resguardo<sup>60</sup>, quando então, pais e padrinhos levavam a criança à Matriz de “Nossa Senhora da Conceição” em Jardim do Seridó, ou à “Capela das Parelhas”, onde cerimônia seria realizada.

Logo, a pressa em batizar o menino apenas dois dias após seu nascimento, mostra o interesse de aproveitar uma oportunidade de inserção numa circunstância bastante peculiar e importante. Lembremos que na década de 1860 o território de Jardim do Seridó englobava os atuais municípios de Equador, Ouro Branco, Parelhas, São José do Seridó e Santana do Seridó, portanto, em tamanha circunscrição havia centenas de sítios e fazendas onde milhares de paroquianos livres, libertos e cativos dependiam da atenção do vigário para os mais diversos serviços espirituais, quiçá políticos e econômicos. O Recenseamento do império, realizado em 1872, trata de um período relativamente próximo ao que me refiro, portanto permite estabelecer um paralelo para que se tenha uma noção da situação do quadro populacional da circunscrição jardinense. O documento aponta que a Paróquia de N. Sra. Da Conceição do Azevedo do Jardim tinha um contingente de 7678 “almas”, do ponto de vista jurídico havia 147 escravas e 112 escravos (totalizando 259), a soma dos livres e libertos totalizava 7419 pessoas. O critério racial adotado naquele recenseamento informa a existência de 234 caboclos, 436 pretos livres e/ou libertos, 134 pretos cativos (compondo um total de 570 pretos), 2672 pardos livres e/ou libertos, 125 pardos cativos (totalizando 2797 pardos), 4077 brancos. Nenhum caboclo e, obviamente, nenhum branco foi contado como escravo<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Período de repouso pós-parto, se estende de trinta a quarenta dias. Nele, de acordo com a tradição seridoense, a mulher deve evitar esforço físico (inclusive caminhadas fora do recinto doméstico), vento, chuva, sol e relações sexuais, uma vez que a “quebra do resguardo” poderia resultar em doenças graves, em loucura e até na morte.

<sup>61</sup> Informações consultadas em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v11\\_rn.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v11_rn.pdf)

Depreende-se desta maneira, que o padre, máxima autoridade eclesial do território, representante da mais poderosa instituição da época, ao sair da matriz para dispensar os “santos serviços”, certamente se dirigia aos recantos mais seletos, onde viviam os personagens de maior representatividade, que tinham em alguns momentos a oportunidade de verem as funções clericais serem ministradas em seus oratórios particulares, para os quais acorriam as populações circundantes. Em outras palavras, só os mais privilegiados recebiam o padre em casa, para a realização de celebrações católicas.

Neste sentido meu argumento é que levar Theodózio para batizar naquela circunstância significava não deixar passar a oportunidade de compartilhar o momento com as pessoas importantes, estar na sala do grande fazendeiro para o mesmo fim, receber o mesmo sacramento, ter a atenção, a aceitação e a aprovação das pessoas importantes.

Ao longo de suas vidas os progenitores de Theodózio, Ignacio Fernandes Vieira e Maria Galdina<sup>62</sup>, bem como a sua prole, procuraram se associar a sujeitos detentores do poder, não somente por meio do compadrio, mas recorrendo a outros expedientes, tais como a troca de favores e a prestação de serviços por pagamento aparentemente irrisório, mas que serviam para fortalecer a confiança e manter acesa a reciprocidade em que se pautavam essas interações.

Uma das filhas do referido casal exemplifica muito bem essa *práxis*, seu nome, Maria Serafina de Jesus, mais conhecida como Imbém, avó paterna a Professora Chica Vieira e de seu irmão José Herculano Vieira (Zé Vieira). De acordo com estes, sua avó era irmã de Theodózio, bem mais velha do que ele, afirmam os netos, seu nascimento se deu no ano de 1840 e seu falecimento em 1946, ou seja, aos 106 anos. D. Chica foi a pessoa que trouxe a maior quantidade de informações a respeito de Imbém, inclusive nos levou, quando da pesquisa para o Relatório Antropológico da Boa Vista dos Negros, ao lugar onde se localizava a casa de sua avó, onde até hoje existe o “Imbuzeiro de Imbém”, foi também através da educadora que tivemos acesso às fotografias de sua avó e das ruínas da casa em ela residia (Figuras 26 e 27).

---

<sup>62</sup> A documentação aponta a existência de duas Galdinas na Boa Vista, a primeira Maria Galdina da Conceição, casada com Ignacio Fernandes Vieira, sogra da segunda, cujo nome completo é Galdina Maria da Conceição, casada com Antonio Fernandes da Cruz (Antonio Moreno). Esta última, que viveu entre os anos finais do século XIX e os primeiros decênios do século XX, conseguiu acesso privilegiado às famílias arroladas entre as dirigentes da sociedade local por assumir a profissão de parteira, que lhe rendeu o apelido de “Mãe Galdina”, entre os moradores da Boa Vista e aqueles das comunidades e povoações do entorno (APNSCJS, Livro 1 de casamentos – Folha sem numeração).

A longevidade não é o único destaque na vida de Serafina, ela, seguindo a prática comum ao grupo familiar do qual fazia parte, ganhou notoriedade por ter sido cuidadora de Bernardino de Senna, na sua infância e adolescência, cativando sua afeição até o final da vida. D. Chica ressalta, a convivência que teve com sua avó, na casa de quem dormiu em seus últimos anos de vida, lembra-se do hábito que tinha a velha senhora de acordar “à meia noite” e despertar sua filha Maria, para atizar o fogo e assar a carne na brasa, para uma refeição que ocorria sempre no início da madrugada, após a qual Imbém acendia o cachimbo, saboreava uns tragos e voltava a dormir. Já a sobredita filha, que nunca havia casado “por ser demente”, ao ter cotidianamente o sono interrompido para realizar tarefa tão peculiar, resmungava sempre os mesmos dizeres: “ou mamãe, mamãe tem umas coisas... qualquer dia eu empurro mamãe e vou-me embora no meio do mundo”. Ainda segundo D. Chica, foi graças a Bernardino Sena que Imbém desenvolveu o hábito de comer carne assada na brasa, haja vista que ouviu diversas vezes “os mais velhos” dizerem que Bernardino frequentava a casa de sua avó e que rotineiramente lhe trazia ou enviava carne.

Como demonstrado acima, a convivência de Bernardino Sena com “o povo da Boa Vista” era corriqueira, a ponto de estes terem a liberdade de chamarem-no de Bernardo, enquanto as demais pessoas o chamavam respeitosamente de Seu Senna e os netos o chamavam de Papai do Juazeiro (LIMA, 2003, p. 228). Penso que esse tipo de aproximação com pessoas importantes foi fundamental para a história da Boa Vista, uma vez que a autoridade inquestionável dessas pessoas era um amparo nas mais variadas adversidades.

Certamente as ações de Ignacio Fernandes e sua família se enquadram no contexto das lógicas conscientes e/ou inconscientes a que me referi anteriormente e que refletem a busca de um propósito comum à população da Boa Vista, isto é, manter a posse de um território e assegurar a condição de não-escravos a todos os que ali viviam, além de terem, nessas “alianças”, um recurso ao qual podiam lançar mão em situações adversas e um meio para a obtenção de vantagens individuais.

As fotografias abaixo (Figura 26 e 27) refletem bem esta realidade, se lembrarmos que pelo menos uma delas é datada de 1941, havendo uma grande possibilidade de que a outra tenha sido feita na mesma data. Note-se que no início da década de 1940 a fotografia era algo ainda bastante raro entre a população pobre do Seridó, sobretudo no caso de uma mulher negra e pobre, vivendo em uma comunidade rural, mesmo assim Imbém, ou

Serafina Velha, como a chamou José Vitorino (Zé Vitorino), um de meus entrevistados, alcançou o privilégio de ter um registro fotográfico seu e outro de sua casa.



Figura 28: Maria Serafina de Jesus (Imbém).  
Fonte: Acervo pessoal de D. Chica Vieira.



Figura 29: Casa de Imbém (1941). Fonte:  
Acervo pessoal de D. Chica Vieira.

É certo, como atestam os entrevistados, que havia grande afeição entre a fotografada e Bernardino Senna, mas a julgar pela data em que o registro foi feito, isto é, 1941, “Bernardo” já havia falecido há 11 anos (LIMA, 2003, p. 231), portanto, não pode ser ele o responsável por captar a imagem da velha senhora e de sua casa. Isto é sinal de que a irmã de Theodózio cativara também a afeição de outras figuras egrégias, que demonstraram, por meio de dois retratos, a consideração que tinham por ela. Outro fator que chama atenção e evidencia os bons resultados daqueles vínculos sociais é o acesso cotidiano à carne, produto até então de acesso relativamente difícil para a população pobre do Seridó.

Provavelmente a situação diferenciada de Imbém, que tinha certamente alguém “de fora da comunidade” lhe dando o privilégio de ter carne como um gênero básico de sua alimentação, é fruto das alianças acima referidas. Aliás, aquela senhora, conseguiu estabelecer uma extensa rede de parentesco ritual, em virtude de ter atuado como parteira, juntamente com sua prima e cunhada Galdina Maria da Conceição (Mãe Galdina).

Também, encontramos formas de parentesco espiritual: a “parteira” é chamada de ‘comadre’ pela parturiente e de ‘mãe’ pela criança. Assim, a relação matrimonial não é a única forma de aliança. Essas relações, fundadas numa rede de parentes reais e rituais formam uma parentela estendida e na

sociabilidade de interconhecimento, servem de base à vida social (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007, p. 170-171).

Todavia, o caso de Imbém não foge ao contexto da comunidade, basta lembrar que a luta comunitária pela posse da terra, a alocação de D. Chica Vieira como professora e outras muitas situações, têm essas alianças como base. Que inclusive ainda se manifestam nos dias atuais, em que se vê claramente situações de afeto e apoio mútuo entre os negros da Boa Vista e os brancos do entorno. A exemplo de D. Bibi, moradora de Boa Vista dos Luciano, que acolheu Macário (Figura 28), “um menino dos negros”, e o manteve junto aos seus filhos como se fosse um deles, de maneira que o mesmo esteve integrado àquela família, até o falecimento daquela que o acolheu.



Figura 30: Macário e D. Bibi. Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.

Atividades como as das parteiras, realização de tarefas domésticas como carregar recados, prover a residência “dos brancos” de água e lenha, ir buscar o leite no curral e conduzi-lo à cozinha, quando realizadas por alguém reconhecido como da Boa Vista, ativam códigos de convivências através dos quais “os negros” têm acesso ao espaço doméstico dos brancos e podem contar com seus favores e proteção, ou seja, com seu apadrinhamento. Semelhante prática foi bastante comum no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, quando se vivia a transição do trabalho escravo para

o trabalho livre (MAMIGONIAN, 2005; PLÍNIO DOS SANTOS, 2014). Ao desenvolverem esse tipo de atividades junto às famílias brancas, não somente no Juazeiro, mas também na Fazenda Maracujá, o pessoal da Boa Vista, principalmente as mulheres e os meninos podiam transitar pelo interior das residências e por seus terreiros, tinham liberdade para entrar e sair pela porta da cozinha onde se beneficiavam com algum alimento e podiam levar para casa o que sobrasse nas panelas, também podiam ser favorecidos com a doação de roupas, lençóis, redes de dormir e outros objetos gastos e de pouca valia, que seriam descartados pelos donos da casa.

Nisso está implícita uma fidelidade recíproca e a aparente inexistência de um desejo de contestação da ordem social estabelecida. Além do mais, essa intimidade permitia aos negros ouvirem as conversas dos brancos, inclusive quando estes recebiam visitas, saber de seus gostos, de suas intenções, de seus posicionamentos políticos. Ter esse tipo de informações era muito importante para que a comunidade soubesse adequar suas posturas a fim de tirar o melhor proveito possível das relações com os “poderosos”.

Mané da Boa Vista era cozinheiro, Mané Timbú, aí quando tinha alguma coisa no Maracujá Seu Florêncio chamava ele pra ir fazer comer, seu Florêncio era o prefeito. Aí ele ia pra lá, com um cachimbo na boca e uma bolsa velha de couro a tiracolo, ficava na beira do fogo, mexendo um caldeirão de carne e reparando quem chegava, quem saía e escutando as conversas dos brancos... Quando era dia de eleição, já era certo que ele ia, Seu Florêncio matava um boi, que era pra os eleitores comerem e aquele povo, aqueles políticos que iam pra lá. Aí pronto, “os negros” iam pra lá comerem carne, conversarem, darem risada e Mané chega cochilava mexendo um caldeirão de carne bem devagarzinho com o cachimbo na boca. (Depoimento de Jeronimo Cosme – Jeronimo de Zé Cosme).

Resta frisar que esse cenário social é e sempre foi marcado por situações de harmonias e tensões, aproximações e distanciamentos entre negros e brancos. Um exemplo disso é o caso relatado acima, que diz respeito à morte de um negro, identificado como escravo, que se tornou um mártir no Povoado Juazeiro. Por outro lado, as situações até aqui analisadas deixam claro que, à época de sua infância e juventude, Theodózio já vivia em um cenário social de relações interraciais sustentadas por trocas de “dádivas”, que implicam em obrigações recíprocas entre as partes envolvidas (MAUSS, 2003).

### 3.2 REDES DE SOLIDARIEDADES, BOA VISTA E PARAÍBA

Além das estratégias de apadrinhamento mostradas acima, a população da Boa Vista estabeleceu redes de solidariedades com outros grupos de negros, alguns situados na Paraíba. Depois de assegurada a posse territorial, respaldada, pelo menos no caso da Boa Vista, por relações de cunho interracial habilmente sustentadas, também é engendrado um apoio mútuo entre dois territórios, Boa Vista e Cuité, com um trânsito de pessoas nos dois sentidos, conforme a necessidade e as circunstâncias. Mas as idas e vindas de um ponto a outro eram realizadas sem que houvesse um comprometimento da intenção de se manter relativamente isolados.

Neste sentido é interessante notar a primazia dada ao caminho que, passando por cima da Serra do Marimbondo, território da Boa Vista dos Negros, dá acesso à cidade de Carnaúba dos Dantas/RN, de onde se chega o Estado da Paraíba, chegando primeiro em Picuí e depois a Cuité. Existe uma rota bem mais curta, partindo da Boa Vista, passando pelo Sítio Cobra (atual Povoado Cobra), de onde se tem acesso a um caminho que, sem passar por Carnaúba dos Dantas, vai direto à estrada de Picuí/PB, passagem inevitável para quem vai a Cuité. Apesar de mais curto, esse caminho implica na passagem por diversas fazendas, ao passo que aquele pela Serra do Marimbondo possibilita ao viajante se deslocar sem ser visto por ninguém, a não ser em Carnaúba dos Dantas e em Picuí, pontos de apoio, locais onde “os negros” estabeleceram contatos amistosos e de troca de informações. Como fica evidenciado na história narrada por Manoel Miguel:

Nesse tempo eu era cabrinha novo, aí... a coisa aqui não tava boa... Aí eu fui plantar um roçado mais papai<sup>63</sup> na Serra do Coité. Passava a semana lá, quando era no sábado eu vinha-me embora. Ele era enfadado, já meio velho, às vezes vinha mais eu, às vezes ficava lá. Mas nesse dia eu vinha sozinho, saí de tarde, na sexta-feira, aí tinha um canto chamado o Cachorro, lá tinha umas negras (risos), era umas primas minhas, aí eu cheguei fiquei por lá, dormi lá (risos). Quando foi de manhã, eu digo agora eu vou-me embora, aí saí, quando eu cheguei num canto que a estrada faz assim (mostra uma bifurcação com os dedos indicador e médio), é duas estradas, naquele canto fica só uma. Eu saí dum lado e saiu dois cabras do outro. Todos dois brancos, cada um com um porrete na mão. Aí eles disseram: ei tu vai pra onde? Eu digo vou pro sertão, pra Parelhas. Eles disseram deu certinho, porque nós vamos também, mas não

<sup>63</sup> O pai de Manoel era João Arcanjo da Cruz, conhecido como João Miguel.

sabemos do caminho... Nós saímos, eu no meio, um de um lado, o outro do outro. Eu meio desconfiado. Andava ligeiro, eles andavam ligeiro, andava devagar eles andavam devagar. Eu digo e o negócio aqui hoje está meio desmantelado... Eles me acompanhando... Aí quando chegou em Picuí, eles disseram, pronto, agora vamos tomar um café, nós paga. Eu disse não, eu não uso o café, ora quem é doido por café que nem eu (risos). Eu disse vão tomar o café, que eu vou tomar uma lapada de cana e nós sai juntos. Aí eles entraram num hotel e eu entrei numa bodega que tinha assim de frente. Aí o bodegueiro era meu conhecido, eu contei a história a ele, ele disse vixe... Nego, tu num vai mais esses cabras não... eu vou abrir a porta da cozinha, tu sai pela cozinha escondido, passa por detrás do cemitério e sai na estrada, aí vai-te embora. Ande ligeiro nego. Eu digo tá certo. Aí tomei logo uma lapada de cana e saí. Fui-me embora. Quando chegou na Caatinga, a Caatinga era uma légua de estrada, só mato de um lado e outro, num tinha uma casa em canto nenhum. A estrada reta, eu andando ligeiro e olhando pra trás. Teve uma hora que eu olhei, era uma ladeira, eu ia lá cima e eles vinha embaixo, na carreira. Na carreira pra me pegar. Aí eu digo agora é por aqui... fiz carreira e eles atrás. A estrada cheia de ladeira... quando eu subia, eles desciam e quando eu descia, eles subiam. Eles foram ficando pequenos, eu olhava, eles estavam bem pequenininhos... longe. Até que eu cheguei em Carnaúba, aí fui na bodega, contei a história. O bodegueiro disse: nego tu vai-te embora, não fique aqui não. Vai-te embora, que eu vou ficar prestando atenção, quando tu passar aqui segunda-feira, eu te digo qualquer coisa. Aí eu tomei logo outra de cana e saí, na carreira de novo. Cheguei em casa era duas horas da tarde. Ora quem chegava de cinco horas... Aí pronto, quando foi na segunda-feira, que eu fui, eu perguntei na bodega em Carnaúba pelos cabras. O dono da bodega disse: ah! Quando esses homens passaram aqui era cinco horas da tarde, perguntaram, disseram: um neguinho, baixinho... Eu digo, ele passou aqui já faz muito tempo, eu penso que se ele ainda for andando, já vai de Caicó pra lá.

Portanto, a ligação entre Cuité e Boa Vista é extremamente importante, não só no que diz respeito ao passado dos dois lugares, mas também nos dias atuais, pois assim como a família Cruz mantém a posse territorial de Boa Vista, em Cuité são muitos os seus membros que possuem terras, portam o mesmo sobrenome e frequentam a Boa Vista com certa regularidade. Inclusive são ainda comuns nos dias atuais os casamentos entre pessoas da Boa Vista com seus parentes de Cuité.

Sabe-se, que no decorrer do século XIX e primeiras décadas do século XX a questão pluviométrica tinha ainda grande influência no modo de vida e nas decisões da população seridoense (MACÊDO, 2007), especialmente no que diz respeito a uma população dotada de características *sui generis* como é o caso dos negros da Boa Vista. É certo que surgiram outros pontos de apoio mútuo no Brejo Paraibano, sobretudo as localidades de Cuité, Brejo de Areia, Alagoa Nova e Lagoa Seca. Esses fluxos transcorriam conforme a maior ou menor quantidade de chuvas. Ou seja, nos anos em que no Seridó havia chuvas suficientes para abastecer os reservatórios de água, fazer bom pasto e garantir a produção agrícola, o eixo de deslocamento se orientava do Brejo para a

Boa Vista e seu entorno. Em anos com escassez de chuva, o deslocamento se dava no sentido contrário, isto é, da Boa Vista para o Brejo, conforme apontam Manoel Miguel, Zé de Biu e Jeronimo Cosme, bem como ressaltou Theodózio Fernandes em conversa com o Pe. Otávio Pinto no ano de 1930.

Esses deslocamentos podem explicar o fato de que muitos dos personagens que povoam as memórias da Boa Vista são ausentes nos livros de batismos, casamentos e óbitos das paróquias de Jardim do Seridó/RN e Parelhas/RN. De fato, a realização de pesquisa arquivística que tive a oportunidade de iniciar com a documentação da Paróquia de N. S. das Neves, em Cuité/PB, tem corroborado essa concepção, pois vários personagens lembrados como sendo da Boa Vista foram encontrados na documentação daquela paróquia, todavia isso ficará ainda mais evidente quando, num momento futuro, tal pesquisa for aprofundada e se estender para outras localidades brejeiras.

Numa entrevista concedida ao antropólogo Aleksandro Ratts e publicada por Maria do Socorro Fernandes (2004, p. 36), Emiliano Fernandes vitalidade das interações entre a Boa Vista e o Brejo, afirma que seu avô paterno, André Fernandes Vieira, apesar de ser figura bastante recorrente na história da Boa Vista, onde nasceu, acabou falecendo em Cuité/PB.

Outro caso exemplar é o de Cosme Miguel dos Santos (ou Cosme Fernandes da Cruz), personagem a quem me referi nas páginas anteriores, natural de Cuité/PB, casou-se, como se verá adiante, com “uma moça da Boa Vista”, Antonia Maria da Conceição no ano de 1897. Segundo José Miguel dos Santos (Zé Cosme), personagem também referenciado na presente dissertação, filho mais novo daquele casal, seus pais foram algumas vezes para o Brejo, levando toda a prole, provavelmente para a zona rural de Alagoa Nova/PB. Se as chuvas eram poucas, eles iam, trabalhar no engenho, porém não conseguiam ficar, uma vez que o patrão não pagava com dinheiro, oferecia somente o lugar de morar, um pequeno roçado para subsistência e uma “arrumação”, composta de rapadura e farinha. Assim quando chovia no Seridó eles regressavam para plantar algodão, milho, batata-doce, jerimum, melancia e feijão. Entendo, a despeito desses fluxos migratórios, que a Boa Vista era o lugar em que a maioria desses transeuntes pretendia se fixar, de maneira que o Brejo figurava como um retiro para situações emergenciais.

Não se pode esquecer que no decorrer do oitocentos o sistema escravista ainda estava em vigor. Porém, a partir da segunda metade daquele século, entrava em curso uma série de transformações na realidade da população afro-brasileira, não há dúvidas de

que o eco dessas transformações tenha chegado, com maior ou menor intensidade ao *locus vivend* de Theodózio Fernandes e seus convivas, determinando adaptações nos hábitos e na organização social. Desde a década de 1850 crescia o número de negros livres e libertos<sup>64</sup> no Brasil. Como elucida Robert Slenes (1999), houve aumento significativo nos processos de manumissão no país, de forma que o anseio de passar da condição de escravo à de liberto era cada vez mais presente no horizonte dos cativos, a ponto de ocupar um lugar central “na elaboração de suas estratégias de vida”. O autor afirma “que em 1856, uma em cada 15 pessoas (6,8%) que haviam sido escravos no Brasil e que ainda estavam vivas, era liberto” (1999, p. 200).

É preciso considerar o fato de que a situação apresentada pelo sobredito historiador tenha potencializado os afluxos acima referidos, por colocar em circulação um notório contingente de mulheres e homens recém saídos da escravidão que, oriundos tanto dos engenhos brejeiros, quanto das aragens seridoenses se associaram à população da Boa Vista. Por meio do parentesco ritual, alguns ali se fixaram. Outros instalaram-se nas proximidades, constituindo novas redes de solidariedades, ou reforçando aquelas já existentes.

Portanto, dois fatores podem explicar o trânsito de pessoas entre a Boa Vista e o Brejo Paraibano, primeiro as possibilidades de realização de um projeto de vida para indivíduos e/ou grupos negros que se libertavam da escravidão na segunda metade do século XIX. Segundo, a sazonalidade das chuvas, que resultava na transformação do espaço num ambiente hostil ou atraente.

Entre os grupos negros participantes do itinerário Brejo-Boa Vista, além dos Miguel, com presença marcante na “Serra do Coité”, estão os Miranda. Lembremos que o pai de Joana Januária, a mulher negra presente na lista de alunos de Bernardino Sena, era Antônio Bento de Miranda, seu sobrenome, remete a um grupo familiar que, de acordo com a professora Rosângela Costa de Araújo (2016), veio dos Brejos Paraibanos e se fixou na Boa Vista dos Negros. Posteriormente os Miranda se espalharam por diversos pontos do Seridó, com notória fixação nas cercanias da cidade de Ouro Branco/RN. Ainda segundo a autora, alguns membros daquela família chegaram ao Seridó na condição de escravos do Capitão Gorgônio Paes de Bulhões.

---

<sup>64</sup> A distinção entre livres e libertos é comum na literatura a respeito da escravidão no Brasil, o primeiro termo diz respeito às pessoas que nunca estiveram na condição de escravas, por sua vez, os libertos são aqueles que, tendo sido cativos, de alguma forma conseguiram a emancipação (SLENES, 1998).

Ao pesquisar os livros de óbitos do século XIX referentes à Paróquia de N. S. das Neves de Cuité/PB, notei significativa presença de pessoas identificadas como negras, portando o sobrenome Miranda, mormente pessoas livres, sendo raríssimos os cativos com aquele sobrenome. Já a tradição oral da Boa Vista corrobora essas informações, embora não haja referência a tal família vivendo na comunidade, mas se fixando nas adjacências. Segundo Jerônimo Cosme dos Santos (Jerônimo de Zé Cosme), alguns Miranda se aproximaram de pessoas da Boa Vista e a elas se ligaram por meio de compadrios e casamentos. Como é o caso dos irmãos João Miranda, Joana Miranda, Francisco Miranda dos Santos (Seu Tilico) e Severina Miranda.

Os dois primeiros tinham compadres na Boa Vista, já os dois últimos casaram-se respectivamente com Ana Maria da Conceição e com seu irmão Pedro Miguel dos Santos (Pedro Cosme) que eram das famílias Miguel e Faé da Boa Vista. O casal Tilico e Ana gerou um único filho, Inácio Miranda dos Santos (Figura 11), que herdou do pai o apelido de Tilico e se tornou muito conhecido em Parelhas por ter ocupado o cargo de vereador de 1988 a 1991<sup>65</sup>. Pedro Cosme e Severina Miranda são os pais de Massilon, Alice, Maria, Ana e Guiomar, esposa de Manoel Miguel, um dos “especialistas da memória<sup>66</sup>” na Boa Vista dos Negros<sup>67</sup>. Na condição de trabalhadores rurais, os Miranda são lembrados em lugares como a Fazenda Maracujá, Sítio São Sebastião, Várzea do Serrote, Fazenda São Bento e no Bairro São Sebastião. Sempre como moradores, trabalhando no sistema de meação<sup>68</sup>.

---

<sup>65</sup> Entrevista concedida pela pedagoga Itamara Miranda, filha de Tilico Vereador.

<sup>66</sup> É comum na história da Boa Vista a existência de pessoas que se enquadram no que Le Goff (2005. p. 425) descreve como “especialistas da memória”, isto é, pessoas idosas sabedoras e narradoras da história objetiva e ideológica do seu povo.

<sup>67</sup> Parte dos personagens citados, isto é, Pedro Cosme, Ana, Tilico e Severina, são meus tios avós, portanto, foi nas conversas de família que tive a oportunidade de conhecer suas trajetórias.

<sup>68</sup> Sistema de trabalho em que o fazendeiro oferece o campo e as sementes e o lavrador contribui com a mão-de-obra, assim a colheita é igualmente dividida entre ambos.



Figura 31: Inácio Miranda dos Santos (Tilico Vereador). Fonte: Acervo pessoal de Itamara Miranda.

Além dos Miranda encontrados na documentação de Cuité/PB, havia membros da mesma família vivendo em Lagoa Seca/PB, os quais de alguma forma conseguiram acesso à terra e mantinham contatos esporádicos com o pessoal da Boa Vista. Inclusive alguns deles, que por muito tempo fixa moradia nas adjacências da Boa Vista e em outros pontos do Município de Parelhas, regressaram à Paraíba, justamente para Lagoa Seca e Campina Grande e continuam mantendo relações com a Boa Vista, muito embora atualmente essas relações sejam bem mais frouxas do que o foram no passado.

### 3.3 PARENTESCO, AUTONOMIA E ACESSO À TERRA

Para entender a questão do parentesco relacionado ao acesso à terra, é necessário realizar um exercício de leitura dos dados obtidos no trabalho de campo com as fontes cartoriais e paroquiais. Assim é possível visualizar o universo social que constitui o foco central da presente dissertação. A exploração da memória evidencia a preocupação com a posse de terras como algo muito importante. Inicialmente o direito “dos negros” ao território da Boa Vista era assegurado pela memória da doação feita pelo Coronel Gurjão a Tereza e legitimado pela fala de algumas autoridades e pessoas eminentes que por eles “davam uma palavra” quando necessário. A análise da documentação compulsada deixa claro que na segunda metade do século XIX algumas pessoas da Boa Vista se dedicaram a tomar as providências necessárias para que seus domínios territoriais tivessem um respaldo legal. Assim Theodózio se dispõe a comprar algumas partes de terras de seus coerdeiros na herança legada por seu pai e por seu sogro e oficializa o processo por meio de um contrato legalmente reconhecido (Figura 30). Não é por acaso que o referido contrato foi redigido pela maior liderança política das cercanias, Bernardino de Sena e Silva, que também assinou o documento como testemunha.

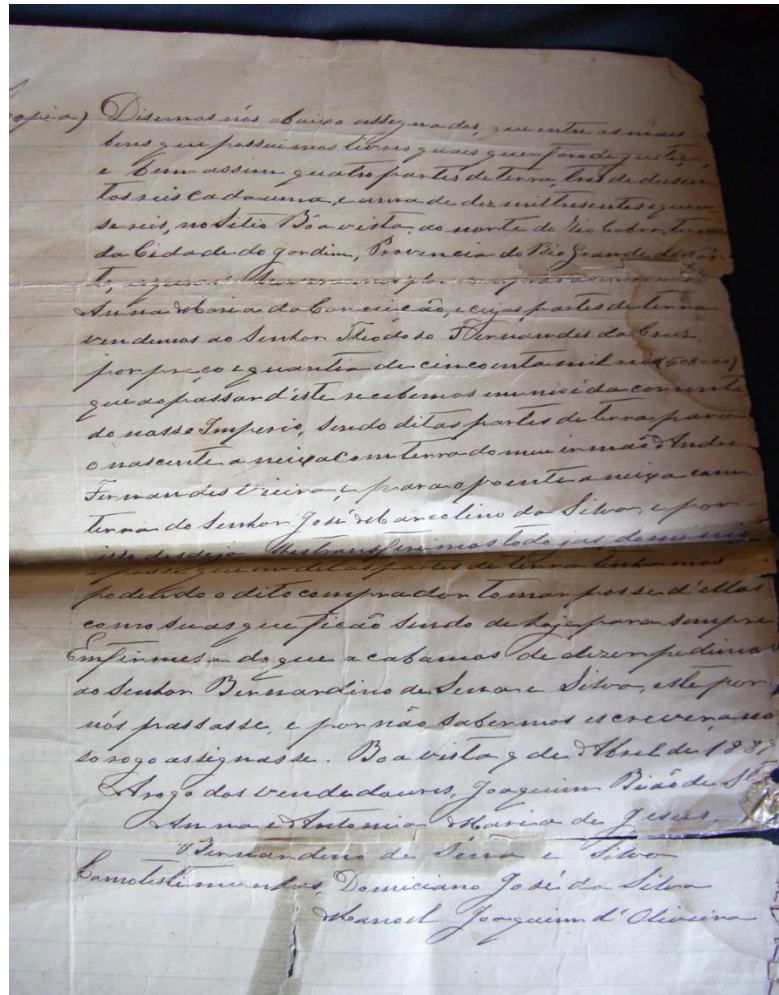


Figura 32: Contrato de compra de terras por Theodózio Fernandes, em 1889. Fonte: Acervo do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros.

Theodózio trabalhava como marchante de porco<sup>69</sup>, certamente os recursos amealhados no exercício dessa profissão possibilitam a compra de terras, a construção da primeira casa de tijolos da Boa Vista e ainda oportunizaram um certo destaque entre os membros da Irmandade do Rosário. Comumente os homens em idade produtiva, mesmo que tivessem um ofício específico, como era o caso de Theodózio, também desenvolviam atividades relacionadas com a agricultura, como o criatório e especialmente o plantio de algodão, volto a frisar que esse produto podia ser a causa de vultosas rentabilidades no Seridó do Século XIX. Mas certamente o seu interesse em possuir terras e estar amparado pela lei, na posse delas, se enquadra num projeto familiar que se desdobra em diversos aspectos da vida e que é efetivado por seus pais, tios, irmãos, primos e cunhados.

<sup>69</sup> Informação passada pela Professora Geralda Esmeraldina.

O cuidado com a posse territorial pode ser percebido pela observação do grupo familiar composto por Ignacio Fernandes Vieira (pai de Theodózio), seu irmão André Fernandes Vieira e suas respectivas esposas e filhos. Há indícios de que Maria Galdina da Conceição e Antonia Maria da Conceição, esposas de Ignacio e André, também eram irmãs, ou seja, trata-se de um núcleo familiar bastante coeso, onde duas irmãs, casam-se com dois irmãos. Os dois casais eram possuidores de terras na Boa Vista, em virtude de serem herdeiros de Domingos Fernandes da Cruz, “o primeiro dono da localidade” (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007). Esse núcleo familiar, que já era muito restrito fica ainda mais na medida em que os filhos desses casais contraem núpcias entre si, esses arranjos matrimoniais refletem uma estratégia para garantir que a posse territorial não passasse a “pessoas de fora”. De forma que aconteceram pelo menos três casamentos entre os filhos daqueles dois casais.

Assim temos os seguintes casamentos:

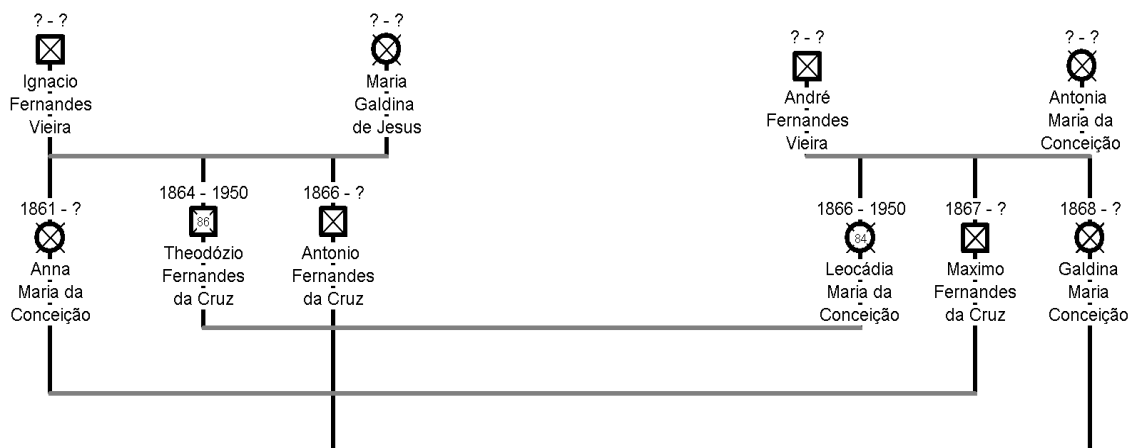


Figura 33: Geneagrama representando os casamentos entre os filhos do casal Ignacio Fernandes e Maria Galdina, com os filhos de André Fernandes e Antonia Maria. Fonte: APNSCJS, Livro 1 de casamentos.

Os casais Maximo e Anna e Antonio e Galdina, tiveram a preocupação de celebrar tanto o casamento religioso, quanto o civil, diferentemente dos demais casais seus contemporâneos da Boa Vista, que se limitavam ao matrimônio religioso. Para isso existem duas explicações plausíveis: 1) ali o casamento civil não era visto como algo importante; 2) o casamento civil gerava custos que a maioria das pessoas da comunidade não podiam ou não estavam dispostas a pagar. De qualquer forma, fica evidente o cuidado

que os filhos de Ignacio e de André Fernandes tinham em estar em sintonia com as leis civis. Aliás, Antonio e Galdina procuraram o cartório para oficializar sua união civil, muitos anos depois de o terem feito nas instâncias religiosas, inclusive já haviam gerado cinco filhos:

Aos dezoito dias do mez de junho do anno de mil novecentos e treze nesta cidade do Jardim do Seridó do Rio Grande do Norte no meu cartório a rua da Conceição. Pelas duas e meia horas onde se achava o terceiro Juiz Distrital em exercício Francisco Pedro Dantas, comigo official de cazamentos abaixo assignado e as testemunhas Joaquim Pereira da Costa e João Jeronimo de Azevedo. Se receberão em matrimonio Antonio Fernandes da Cruz, agricultor, filho legítimo de Ignacio Fernandes Vieira e de Maria Galdina de Jesus. Fallecidos, solteiro com quarenta e sete annos de idade e Galdina Maria da Conceição, serviçal, filha legítima de André Fernandes Vieira, também falecido, e de Antonia Maria do Livramento. Solteira, com quarenta e cinco annos de idade, ambos maternos deste Estado e residentes no Sítio Boa Vista deste Distrito: os quais dizendo serem parentes dentro do grão [quatuplicado?], por serem irmãos os pais dos dois contrahentes e que antes deste [???] de casamento religioso [tendo nascido?] os seguintes filhos: Severina Maria da Conceição nascida a dezoito de março de mil novecentos: [Izidio?] Fernandes da Cruz, nascido a quinze de maio de mil novecentos e quatro: Anna Maria da Conceição, nascida a vinte oito de julho de mil novecentos e seis: Manoel [Jacyntho?] da Cruz, nascido a vinte de julho de mil novecentos e nove e Emiliano Fernandes da Cruz, nascido a vinte um de fevereiro de mil novecentos e dez: os quais reconheceo como legítimos. Em firmeza do que se lavrou este [acto?] que vai assignado pelo juiz, contrahentes e testemunhas, assignando a rogo do contrahente por não saber escrever Lyduvinio Pio da Silveira Vidal e rogo da contrahente pela mesma razão Francisco [???] da Cunha.

Lyduvinio Pio da Silveira Vidal

Francisco [???] da Cunha

Joaquim Pereira da Costa, com 46 annos de idade cazado e rezidente nesta cidade.

João Jeronimo de Azevedo commerciante residente nesta cidade<sup>70</sup>.

A compra e o registro de terras e a oficialização em cartório das uniões matrimoniais que já existiam há bastante tempo, por parte de um mesmo grupo parece refletir o projeto familiar de dar um caráter legal as suas ações e principalmente fazer com que os documentos oficiais servissem como um meio legítimo de barrar a cobiça de um território que até então era assegurado pela memória e legitimado pela palavra “amiga”

---

<sup>70</sup> Arquivo cartorial de Jardim do Seridó/RN, Livro 1 de casamentos. Folha não numerada – casamento 28.

de alguma autoridade. Além disso, o registro civil de casamento, como o de Antonio e Galdina, era a garantia de uma herança incontestável, em caso de viuvez.

Como aponta o geneagrama acima, Theodózio casou-se com sua prima Leocádia, em sua vida de casado ele consegue atingir um papel de destaque, primeiro como grande entusiasta da participação na Irmandade do Rosário, depois como porta-voz da comunidade. De acordo com D. Geralda Maria da Conceição, moradora da Boa Vista dos Negros, Leocádia e Theodózio foram os pais de Beliza, Luís, Manoel, Ramira, Maria e Francisca (Chicaca). Luís, segundo a professora Geralda Esmeraldina, era frequentador assíduo do Povoado Juazeiro, sobretudo da bodega de Antonio Silvano. O jovem sofria de epilepsia, porém, suas crises frequentes o faziam permanecer estático e silencioso, por isso era taxado de demente. O relato de D. Geralda Maria da Conceição dá a entender que Chicaca parecia frustrada por não ter se casado, por isso costumava fantasiar uma vida de mãe de família, carregando nos braços um pequeno amontoadado de panos no formato de uma criança. Normalmente sentava-se à sombra de um umbuzeiro, o Umbuzeiro de Chicaca, onde ninava seu menino imaginário, acendia um fogo e cozinhava feijão. Também era grande a sua dedicação em fazer os bolos que eram anualmente levados para a Festa do Rosário em Jardim do Seridó, ademais sua qualidade de exímia dançarina a tornavam, figura bastante requisitada pelos “dançadores” nos forrós que se realizavam na Boa Vista.

Theodázio consegue, ao chegar à vida adulta, promover uma significativa mudança na forma de relacionamento de sua comunidade com o mundo exterior. Já vimos que em 9 de abril de 1889, ou seja, quando estava na idade de vinte quatro anos, ele dispôs de 50 mil réis para aumentar seu patrimônio territorial com a compra de quatro partes de terras na Boa Vista. A quantia, conforme demonstrado acima, foi paga à vista “em moeda corrente do Império Brasileiro”. Por outro lado, sua casa, a primeira casa de tijolos da Boa Vista, como insistia em frisar José Vieira, foi construída no limiar da Boa Vista dos Negros com a Boa Vista dos Luciano. Local que passa a ser usado como um ponto estratégico. Pois lá, eram realizadas, aos finais de semanas, reuniões festivas que atraíam além da população local, pessoas negras, que não eram da Boa Vista, mas que têm ligações com a Irmandade do Rosário e “gente branca”, vinda dos sítios e fazendas das proximidades, especialmente do Juazeiro. Nesses encontros, que eram de certa forma rotineiros, os negros tocavam caixas e outros instrumentos de percussão e havia danças entre brancos e negros.

Em seu depoimento a D. Geralda Esmeraldina assevera que seu antigo professor, João Manuel, lembrava o quanto essas festas eram animadas e como era bom dançar com “as neguinhas pé de anjo<sup>71</sup>”. Ali, conta a entrevistada, os rapazes brancos, bem vestidos, se divertiam com as jovens negras. Notei, durante a entrevista, que ao relatar esse detalhe, a professora fez uma pequena pausa e riu, depois exclamou: “não sei se além de dançar, eles faziam outras coisas, se se aproveitavam das neguinhas”. Ela fazia indiretamente referência à possibilidade de aquelas festas serem o momento em que os rapazes brancos se valiam das jovens negras como objeto de iniciação e/ou manutenção de uma vida sexual. Contudo, se pensarmos a situação a partir do ponto de vista daquelas jovens, com inspiração na obra de Franz Fanon (2010), veremos nesse presumido ato de os brancos se aproveitarem “das negrinhas”, uma concepção preconceituosa já cristalizada em nossa sociedade, pela qual se desconsidera a capacidade de os negros articularem situações em benefício próprio. Pensando criticamente, como sugere Fanon, elas, as ditas “negrinhas pés de anjo”, é que aproveitavam as festas de Theodózio para quebrarem o paradigma social e, num ato de reação e resistência à ordem dominante, acabavam sendo cortejadas por rapazes brancos e ainda os tomavam como objeto de iniciação e manutenção de uma vida sexual.

Além do caráter lúdico, as festas da casa de Theodózio podem ser entendidas por um viés político, afinal, ele conseguia relativizar o isolamento em que vivia a Boa Vista, atraindo sujeitos “de fora”, inclusive pessoas brancas e importantes, para um convívio amistoso, engendrado a partir do território negro, lembremos, por exemplo, que o professor João Manuel, frequentador daquelas festas, era neto de Bernardino Sena.

A realização daqueles eventos ocorreu por anos a fio e deles participaram pessoas de diferentes gerações e lugares. Isso contribuiu para que o anfitrião despontasse como uma liderança comunitária, atuando como porta-voz “dos negros” e adquirindo tino para negociar suas demandas através da mobilização de pessoas de elevado gabarito social. Assim o foi quando viu “a terra dos negros” sob ameaça de esbulho e recorreu à proteção de três “coronéis” da região, isto é, José Bezerra, Dr. Tomaz e Alonso Bezerra. Os dois primeiros, alegaram não poderem ir à Boa Vista, embora tenham se mostrado interessados em resolver a questão. Alonso Bezerra foi ao local e barrou a invasão, estipulando a

---

<sup>71</sup> Expressão que se refere ao fato de serem excelentes dançarinas.

criação de um corredor que não poderia ser invadido pelos negros, nem pelos fazendeiros que cobiçavam suas terras<sup>72</sup>.

No mês de agosto de 1930 a Boa Vista recebe visitas ilustres, isto é, um padre, um médico e um fazendeiro. A saber, Otávio Pinto, sacerdote natalense que foi ao local em companhia do Dr. Flávio Maroja Filho e de Chico Barulhão, fazendeiro do Ermo, zona rural de Carnaúba dos Dantas/RN. O referido clérigo, em visita a Cidade de Carnaúba dos Dantas, se mostrou profundamente admirado por ter encontrado ali, uma mulher negra. Seus anfitriões logo explicaram que Chica de Rafael (Chica Faé) era de uma aldeia de negros localizada nas proximidades, mais admirado ainda, Otávio Pinto fez questão de visitar a tal aldeia, isto é, a Boa Vista. Diante disso, Chica Faé logo voltou para a comunidade e deu a notícia de que teriam visitas<sup>73</sup>.

No dia seguinte, por volta das 10 da manhã, após terem cruzado a cavalo a Serra Marimbondo, os visitantes chegaram à Boa Vista e se dirigiram para a casa de Theodózio, descrito como chefe e capitão da Boa Vista. No que diz respeito ao aspecto físico, o padre o descreve como um homem “musculoso e forte”. Durante a conversa com os visitantes o líder dos negros se mostra saudoso do tempo em que ali viviam “uns quinhentos negros”. Ao deixarem-no recordando o tempo bom de festas animadas, zambê, Surema e Pulachi. Otávio Pinto e seus companheiros foram à casa de Chica Faé, onde “gentis negrinhas serviram carne assada, coalhada com rapadura e café com tapioca”. Depois voltaram para Carnaúba dos Dantas, carregando a lembrança do aprazível dia em que esteve numa aldeia de negros em pleno Sertão do Seridó. Quatro anos mais tarde, o religioso sentiu-se impelido a relatar visita à Boa Vista numa matéria jornalística (Figura 34), isto numa reação a Luís da Câmara Cascudo que publicara uma série de reportagens intituladas “Viajando o Sertão”, na qual relata ter percorrido 1307 km pelo interior do Rio Grande do Norte sem ter visto um único negro. A matéria de Otávio Pinto é publicada em 13 de julho de 1934, no Jornal a República, e termina com uma frase um tanto provocativa: “Boa Vista, a aldeia de Negros do Rio Grande do Norte, que Luís da Câmara Cascudo não viu”.

Com efeito, as décadas de 1920 e 1930 assistiram à derrocada do racismo científico, este deu lugar no Brasil ao ideal do branqueamento, que sem deixar de

---

<sup>72</sup> Informação passada por Seu Manoel Miguel.

<sup>73</sup> Jornal A República de 13 de julho de 1934.

evidenciar a existência de raças superiores e inferiores, fazia da questão racial um tema ultrapassado. Agora os membros das elites e da intelectualidade brasileira, sobretudo no Rio de Janeiro, no Recife e em São Paulo, davam novas interpretações ao Brasil, alguns, a exemplo de Gilberto Freyre, apontavam a miscigenação como algo positivo na constituição da identidade brasileira. Neste sentido grande parte dos sujeitos ligados aos círculos dominantes do pensamento nacional se dedicavam a sinalizar, de diferentes maneiras, o inevitável branqueamento da sociedade brasileira (SKIMORE, 2012). Desta forma, a citada declaração de Câmara Cascudo a respeito da ausência de negros no interior norte-rio-grandense, parece refletir sua aceitação desse pensamento dominante em âmbito nacional, bem como seu interesse de se colocar ao lado dos renomados e aceitos escritores brasileiros e mais, o desejo de demonstrar que seu o Rio Grande do Norte estava num estágio bastante avançado desse processo de branqueamento.



Figura 34: Jornal A República de 13 de julho de 1934 - Matéria escrita por Otávio Pinto sobre a Boa Vista dos Negros. Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.

### 3.3.1 HISTÓRIAS CRUZADAS – MIGUEL, FERNANDES E OUTROS SOBRENOMES

A transmissão dos nomes de famílias é um campo em que o estudioso da Boa Vista deve ter atenção redobrada. Uma vez que ali, ocorre com certa frequência o que foi verificado pelos historiadores em diversas sociedades, inclusive entre povos africanos, isto é, a perpetuação da memória de um “antepassado ancestral”, que tem seu nome apostado ao nome de batismo dos seus descendentes (LE GOFF, 2003). Tenho notado, no caso da Boa Vista, que essa prática impulsionou o surgimento do que parece ser novos troncos familiares, ou pseudo troncos, já que o nome próprio de um sujeito tido como digno de ser constantemente lembrado, acaba se tornando o sobrenome de seus descendentes. Vale ainda notar que tal costume se dá, na maioria dos casos, em linha masculina, já que as mulheres têm, grosso modo, como sobrenome expressões que enfatizam o aspecto religioso<sup>74</sup>, “da Conceição” em sua maioria, mas também “do Sacramento” ou “de Jesus” (CAVIGNAC; MELO; RODRIGUES JÚNIOR, 2007).

A recorrência dessa prática fez com que o primeiro nome de Miguel Anjo (ou Ângelo) da Cruz se tornasse sobrenome de seus filhos, netos e bisnetos. Hygino Fernandes da Cruz, é ancestral de Manoel Hygino (Mané Gino) e de João Hygino (João Gino). Da mesma forma Rafael Fernandes da Cruz, tem seu nome transformado em sobrenome de uma numerosa descendência chamada de “os Faé”. Assim, percebe-se que, de fato, os troncos familiares Miguel, Gino e Faé não designam uma origem distinta, uma vez que são referências a membros destacados dos Fernandes da Cruz, ou Fernandes Vieira.

A análise das fontes históricas aqui utilizadas requer um cuidado adicional, embora seja praxe na atividade de qualquer historiador proceder à crítica das fontes. Le Goff (2003) adverte que a produção documental acontece segundo uma intencionalidade, é, portanto, função do historiador identificar essa intencionalidade. Tendo ao mesmo tempo, consciência de que cada fonte se presta a “múltiplas leituras”, não obstante se compunham, todas elas, de elementos que funcionam como “um inconsciente cultural”,

---

<sup>74</sup> Existem poucas exceções à essa regra, são os casos, por exemplo, de Chica Faé, Chica Vieira, e Antonia Miguel. Todavia, essas exceções são muitas vezes uma referência a seus pais ou maridos, como no caso de Chica Vieira, que se chama Francisca Benvinda do Amaral, mas é conhecida como Vieira em virtude de seu pai se chamar José Vieira.

que fundamenta e orienta a apreensão, o conhecimento do passado de uma sociedade. Assim prossegue Le Goff afirmando a necessidade da crítica da noção de documento:

Mas, do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento (LE GOFF, 2003, p. 9-10).

A referida intencionalidade pode ser enxergada com bastante nitidez se pensarmos na perspectiva de Trouillot (2016), isto é, compreendendo a produção de fontes históricas, a elaboração e a propagação de narrativas como elementos constituintes de um jogo de poder, que acabam sendo vetores do silenciamento dos grupos sociais marginalizados. Neste sentido, penso que a condição marginal a que foram remetidos os personagens aqui enfocados, fez com que alguns escreventes tratassem com certo desdém, ou fossem pouco diligentes na inserção das informações nos documentos. Por exemplo, o personagem Manuel Fernandes da Cruz é pai de Joaquim Manuel Fernandes da Cruz, em algumas situações pai e filho são confundidos, justamente pela omissão do nome Joaquim. Noutros casos, especialmente em registros de casamentos, informações relevantes como data e local de nascimento são preteridas. Mesmo nas atas da Irmandade do Rosário situações semelhantes podem ser verificadas, conforme atesta a transcrição a seguir. Notadamente alguns sobrenomes na documentação referente à Boa Vista estão colocados sem o correspondente nome próprio, o que dificulta a identificação dos sujeitos.

Apesar dos problemas constatados, a pesquisa a respeito das relações interraciais que envolvem a Boa Vista implicou na busca da compreensão de alguns fragmentos de histórias de vida. Em consequência, mais do que as interações que são o objeto principal desta dissertação, muito do que diz respeito às origens da Boa Vista dos Negros acabou sendo desvelado. Histórias silenciadas, trajetórias não elucidadas e narrativas fragmentadas, ditas a meia voz, ou guardadas em âmbito privado, findaram por vir à tona.

Neste sentido, a documentação que tive a oportunidade de acessar converge para um ponto crucial, além da Boa Vista, de Jardim do Seridó e da Serra do Coité (Cuité/PB), a saber a Cidade de Alagoa Nova/PB, que de certa forma já era apontada pela memória, como o lugar onde se encontravam os engenhos em que personagens ligados à história da

Boa Vista teceram suas vivências, assim como também a cidade de Areia/PB e outras localizadas no Brejo Paraibano. Todavia, muitas vezes as falas das pessoas entrevistadas dizem respeito indistintamente ao Brejo, sem que haja uma maior precisão com relação a que lugar nessa porção da Paraíba.

Ao constatar que o personagem Miguel, era na verdade portador do sobrenome Cruz e não necessariamente o patriarca de um tronco familiar distinto dos Fernandes da Cruz e/ou Fernandes Vieira, me dei conta também de que em algum momento de sua vida ele se estabeleceu em Cuité. Como a tradição oral da comunidade faz referência a Cuité como a terra em que seus membros trabalhavam em roçados e não como o lugar dos engenhos onde seus ancestrais trabalharam, fui em busca de informações a respeito do Engenho da Yayá do Geraldo, lugar onde consta que Miguel havia sido escravo e mestre. Assim encontrei referências, na cidade brejeira de Alagoa Nova/PB, ao Engenho Geraldo, que por sinal foi propriedade de uma liderança política alagoa-novense, João Tavares de Melo Cavalcanti e de sua esposa Maria das Neves Pereira de Araújo, conhecida como D. Yayá Tavares (COUTO, 2012).

Isto corrobora as afirmações de Manoel Miguel e Zé de Biu, de que Miguel e outras figuras relacionadas com a história da Boa Vista, são oriundos do Engenho da Yayá do Geraldo. Confirmação maior é dada ao sabermos que João Tavares, dedicou a maior parte da sua vida à atividade política, tendo ocupado os cargos de deputado provincial, presidente da câmara municipal da Vila de Alagoa Nova e juiz togado do Termo da Vila de Alagoa Nova. Desta forma, em boa parte do tempo seu engenho foi administrado por sua esposa D. Yayá Tavares (COUTO, 2012). Ademais, o momento em que nasceu o referido líder político de Alagoa Nova, é um forte indício de que realmente pessoas como Miguel e outros parentes de Theodózio Fernandes, podem ter sido seus cativos ou terem vivido nas fazendas e engenhos próximos de sua propriedade e naquelas pertencentes a seu pai.

A oligarquia dos Tavares numa política de parentela tem início com o seu precursor João Tavares de Melo Cavalcanti, o primeiro filho, de Francisco Bernardo Cavalcanti e Genro do Capitão João Alves Viana.

O poder político dos Tavares tem início com João Tavares de Melo Cavalcanti (Filho), que nasceu em Campina Grande, a 13 de Outubro de 1848. Completou seus estudos na capital de Pernambuco, Recife, obtendo o grau de Bacharel em direito, retorna a vila de Alagoa Nova (COUTO, 2012, p. 22).

Vale ainda ressaltar que o município de Alagoa Nova, assim como muitos outros do Brejo Paraibano, comportou diversos engenhos que funcionaram com o uso de mão de obra escrava no decorrer do século XIX, dedicados à produção de cachaça e outros derivados da cana-de-açúcar. Não resta dúvida de que ali viveram muitos dos sujeitos que compõem o grupo familiar que deu origem à Boa Vista dos Negros. Há inclusive aspectos correspondentes entre os dois lugares, que não podem deixar de ser considerados ou simplesmente tidos na conta de coincidência. São muito sugestivos, por exemplo, os lugares chamados Boa Vista e Cruz, ambos com a existência de engenhos, da mesma forma a grande incidência do sobrenome Fernandes<sup>75</sup>, quando tratamos de um lugar chamado Boa Vista, onde a maior parte dos moradores são Fernandes da Cruz.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que as memórias locais ligam à comunidade ao Engenho do Geraldo, portanto a Alagoa Grande, a documentação possibilita que datas, personagens e acontecimentos sejam visualizados de forma precisa. Como o atestado de óbito de Imbém (Maria Serafina de Jesus). O documento afirma que a falecida, assim como seus pais, era natural da Paraíba, “residentes que foram no município de Lagôa Nova, no referido Estado”. O sobredito termo de óbito, feito em 22 de fevereiro de 1946, assevera que a falecida contava 106 anos de idade. Depois “de lido e achado conforme pelo declarante” Florêncio Fernandes foi por ele assinado. Depreende-se, portanto, que Imbém nasceu de veras em 1840.

Evidenciados os nexos entre Boa Vista dos Negros e Alagoa Nova, penso que uma nova hipótese pode ser levantada, isto é, a de que a origem da comunidade se deu a partir de pessoas vindas daquele município paraibano. Mais ainda, o sobrenome original era Fernandes Vieira, porém o fato de os membros mais antigos do grupo terem vivido como escravos em alguns engenhos do município, inclusive no Engenho Cruz ou em algum engenho localizado no Sítio Cruz, impulsionou o advento do sobrenome Cruz, muitas vezes em substituição a Vieira, de forma que alguns sujeitos têm o sobrenome Fernandes da Cruz, outros continuam a ser Fernandes Vieira. Assim, o pseudônimo “da Cruz”, referência ao lugar de origem, foi transformado em nome de uso corrente e depois em sobrenome formal. Essa forma de abordagem da História da Família, que tem como guia justamente o nome de um indivíduo ou de alguns indivíduos tem o intuito de deslindar

---

<sup>75</sup> Informações passadas por Abraão Teodósio, morador na cidade de Alagoa Nova/PB.

ancestralidades. Trata-se do Método Onomástico, problematizado pelos historiadores Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989).

Pesquisas futuras poderão pôr a prova essa hipótese. Assim como também poderão elucidar as circunstâncias que possibilitaram Tereza e seus descendentes terem se livrado da escravidão.

Com efeito, a vida de Theodózio Fernandes, Miguel e Imbém em conexão com todo um complexo familiar e social, serviu como guia para a investigação de um universo social bastante diversificado em termos econômicos e raciais, e que envolve espaços da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ao longo de mais de dois séculos. Deixando transparecer projetos de vida e as formas de interação social utilizadas como meio necessários para a manutenção da liberdade de um território comunitário e de uma identidade coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discuti, na parte inicial deste trabalho, o quanto a produção de conhecimento acerca da sociedade seridoense esteve por muito tempo a serviço de uma elite política, econômica e intelectual, detentora dos meios de produção e dominando a leitura e a escrita, as quais eram alheias aos demais seguimentos da sociedade. Essa elite se empenhou em produzir versões da história regional em que o elemento de matriz europeia ocupasse de forma honrosa o centro das atenções, apagando a presença de índios, negros e mestiços, ou fazendo-os aparecer ora como um entrave ao curso civilizatório, tendo, portanto, que ser exterminado ou submetido, ora como coadjuvantes destinados a abrilhantar o protagonismo dos europeus e de seus descendentes instalados no Seridó (MACEDO, 2013; CAVIGNAC, 2003).

A ocidentalização e configuração desse espaço que viria a ser o Seridó norte-riograndense ocorre, evidentemente a partir de portugueses e seus descendentes (MACEDO, 2003 e 2007), que são os responsáveis “por darem origem às grandes árvores genealógicas brancas do Seridó”, mediante a tomada do território dos Tarairiú, por meio de conflitos armados que implicaram na matança dos guerreiros e no aldeamento de parte dos sobreviventes em terras distantes e na transformação forçada de mulheres sobreviventes em esposas, ou seja a efetivação de casamentos interraciais que são negados ou encobertos na bibliografia oriunda dos meios elitistas seridoenses (SILVA, 2014; MEDEIROS FILHO, 1981; MACEDO, 2011 e 2013). Esse processo de construção do Seridó enquanto espaço integrado ao império português ainda conta com a introdução de africanos e de crioulos<sup>76</sup> na região, para servir nas lides domésticas e nos currais de gado (MACÊDO, 2005; LOPES, 2011).

A desconstrução dessa imagem de um Seridó “branco” vem sendo realizada por antropólogos e historiadores dedicados a contemplar, em suas pesquisas, os diversos seguimentos raciais presentes na composição da sociedade seridoense. Como exemplo disso podem ser citadas as pesquisas de Danycelle Silva (2014) e Jardelly Santos (2017), ambas recuperando as memórias e as contribuições dadas pelas famílias negras atuantes no Município de Acari/RN. Da mesma que Michele Lopes (2011) destrincha, por meio de uma análise historiográfica, a realidade da população cativa na Vila do Príncipe

---

<sup>76</sup> Aqui a palavra “crioulo” é empregada como referência a pessoas negras nascidas no Brasil.

oitocentista, ao passo que Helder Macedo (2013) visibiliza a presença mestiça na formação das genealogias seridoenses nos séculos XVIII e XIX, isso para ficar em alguns exemplos entre muitos outros que podem ser citados. Assim o presente trabalho segue na linha dessas pesquisas recentes. Sua principal contribuição é trazer para o centro do debate o ponto de vista e a versão da história regional de um grupo populacional negro, que por estar situado à margem do poder muitas vezes se torna objeto de atos opressivos e mantém num âmbito restrito um conjunto de memórias que nem sempre estão em sintonia com as narrativas dos seguimentos majoritários, inclusive algumas dessas memórias são aqui transcritas.

A ideia inicial de trabalhar numa perspectiva de união entre a Antropologia e História foi um tanto dificultada pela restrição de algumas jazidas documentais ou pela forma pouco profissional com que alguns arquivos públicos são administrados. No entanto, a eficácia dessa metodologia fica evidente diante da quantidade de dados e de informações “novas” que foram obtidas e se prestaram a análise e interpretação. Há que se levar ainda em consideração o fato de que minha ligação parental e de confiança com a comunidade me possibilitaram um trabalho de campo privilegiado, com acesso a dados, espaços e situações que seriam bem mais difíceis, quiçá impossíveis a um estudioso que “vem de fora”. Aliás, tenho por vezes a sensação de que meu trabalho de campo começou na infância e vai terminar na velhice! Apesar disso, vejo que alguns tabus são postos justamente pelo fato de eu ser um familiar, como o exemplo do sexo e da sexualidade, falar de atração sexual, de sedução, de intercursos e assuntos afins com tias, avós, pais e enfim parentes mais velhos, por quem tenho grande afeição e respeito (na infância esse respeito às vezes se confundia com medo), é um tanto constrangedor para ambas as partes. Minha etnografia das festas da Casa de Theodózio esbarrou nesse problema.

Elucidados os posicionamentos teórico-metodológicos que nortearam a realização deste trabalho, pude apresentar a situação atual da comunidade, tendo sempre em mente o mote da questão interacionista. Pude constatar que a filiação a Tereza ainda é tomada como um marco sobre o qual se forja uma identidade coletiva, simultaneamente essa filiação e o pertencimento à Irmandade do Rosário servem como uma fronteira étnica, que aqui foi pensada na perspectiva de Fredrik Barth (1998), isto é, tem contrapartida social com desdobramentos territoriais. Assim a identidade do grupo, ativada na interação com outros grupos tem a ligação com Tereza e a Confraria do Rosário como critério de pertencimento e/ou de exclusão. Esses dois marcos identitários continuam até os dias

atuais a definir a população da comunidade, isso pode ser notado, por exemplo, na expressão “vai pra Jardim?”, que remete ao deslocamento para a participação nos festejos do Rosário, toda a população da Boa Vista assim o entende e todos respondem sem indagar por que razão alguém iria para Jardim do Seridó/RN. Não obstante, essas fronteiras permitam uma certa maleabilidade entre elementos “de dentro” e “de fora”, mas sem ferir a validade dos critérios de exclusão e inclusão. Por outro lado, a realização das Políticas de promoção da igualdade racial determinou uma maior interação entre a comunidade e diversos órgãos governamentais. Essas políticas viabilizaram algumas conquistas como a recuperação das terras que haviam sido tomadas e a realização de projetos culturais e esportivos, também deram um impulso no processo de emergência étnica e trouxeram maior visibilidade à Boa Vista.

Tendo sempre como base o ponto de vista da comunidade, a sua história deve ser pensada a partir da trajetória de sua matriarca, Tereza, a mulher negra e pobre que viveu no século XVIII, como os indícios apontam, e que a tradição oral dá entender ter sido entregue à própria sorte, depois do intercurso “ilícito” com o Coronel Gurjão, em consequência do qual pode ter ocorrido a gestação do menino Domingos, a mesma deixou como legado aos seus parentes e descendentes a liberdade e a posse de um território onde estes viriam compartilhar a experiência de ser negro livre da condição escrava num cenário marcado pela escravidão.

Domingos é uma figura um tanto confusa nas memórias da Boa Vista, as vezes apontado como filho de Tereza, outras vezes como marido da mesma, porém o historiador Helder Macedo encontrou uma possível chave para a elucidação do caso, “nos registros paroquiais da Matriz do Seridó, atual Catedral de Santana de Caicó”. Ali, na data de 14 de setembro de 1819 ocorreu o casamento de Manuel Fernandes da Cruz com Vitorina Maria da Conceição, o nubente em questão aparece no registro como filho do casal Domingos Fernandes e Tereza Fernandes da Cruz, isto é, Domingos era de fato marido de Tereza. Contudo, o autor adverte que isso “não invalida a hipótese, igualmente, de Tereza ter sido mãe de um segundo Domingos Fernandes ou, também, de ser filha de outra homônima (MACEDO, 2014, p. 278). A possibilidade da existência de um segundo Domingos é reforçada por um registro que encontrei no, APNSCJS, Livro 1 de óbitos, folha 2. É o assento de óbito de um certo Domingos Fernandes da Cruz, falecido de cólera, na idade de 73 anos, em 10 de janeiro do ano de 1856, foi sepultado “no cemitério das Parêlhas” e deixou viúva Josefa Maria da Conceição.

Não bastasse as evidências do nome sobrenome, idade e lugar de moradia, o referido defunto foi averbado como preto casado, isto é, a despeito de sua cor, nenhuma referência à condição de escravo ou a um passado cativo é feita, infere-se então tratar-se de um preto livre. Todavia, outros descendentes de Tereza, como o noivo acima referido e sua irmã Maria da Silva Fernandes, que contraiu núpcias na Fazenda Angicos com Paulo Alvares<sup>77</sup>, são qualificados na documentação como pretos forros, o que leva a crer que Tereza também teve um passado de escravização, haja vista que a transmissão do cativo se dava em linha matrilinear (MACEDO, 2014). A despeito disso, seus descendentes escolheram, estrategicamente, lembrá-la como negra livre, de forma que o passado escravo foi apagado das memórias comunitárias.

A análise das vivências dos descendentes de Tereza durante o período pré-republicano e nas primeiras décadas do século XX, deixa claro que os mesmos tiveram que aprender a se relacionar com a sociedade envolvente. Embora relegados às margens do poder, eles souberam se posicionar de maneira não subserviente. Agindo, diga-se de passagem, de forma estratégica, buscando tirar algum proveito das interações e, quando possível, atraindo os brancos para seu território, a fim de pelo menos diminuir o desequilíbrio na balança do jogo de poder.

A partir de 1863, com a formação da Irmandade do Rosário em Jardim do Seridó e a inclusão dos negros da Boa Vista na confraria, um elemento novo é acrescentado ao contexto das sobreditas fronteiras étnicas. Notadamente com a realização de momentos a um só tempo lúdicos e de cunho político na casa de Theodózio Fernandes, a ligação da população local com a irmandade se fortaleceu, consolidando a ideia de que os negros da Boa Vista são também negros do Rosário.

Outrossim, a vivência na Irmandade do Rosário é sentida como parte integrante da vida do povo da Boa Vista desde os primeiros anos de qualquer sujeito. Ali, não se entra na irmandade, cada um já nasce na irmandade, não se aprende a Dança do Espontão, ela é parte da vida de cada um desde os primeiros anos de vida. Aliás, o vocábulo “pontão”, deturpação da palavra espontão, está entre as primeiras palavras que as crianças da comunidade aprendem a falar.

Também na parte inicial tratei da existência das comunidades negras na região e de como as mesmas foram afetadas pelas políticas de promoção da igualdade racial.

---

<sup>77</sup> Escravo de Gonçalo Alves Gameiro.

Refleti sobre minha situação de nativo e pesquisador ao mesmo tempo e tratei da nova corrente de estudos produzidos por antropólogos e historiadores ligados às universidades, que têm produzido trabalhos em que aquelas parcelas da população antes esquecida ou apagada, é posta no centro das atenções.

Todavia, as vivências transcendem a “irmandade”, como se pode ver na parte final do trabalho, onde parte da trajetória de vida de Theodózio Fernandes da Cruz é reconstruída, posta em conexão com a vida de outros sujeitos, alguns de sua época e lugar, outros de lugares e épocas diferentes, mas com aspectos comuns. O cruzamento dessas histórias de vida foi o meio através do qual se pôde vislumbrar o cenário social seridoense, pelo viés das relações interraciais. Isso demonstrou o sentimento latente de que é preciso resistir à opressão e manter a unidade do grupo, existe na Boa Vista desde a sua gênese, com Tereza e Domingos. Desta forma, em diferentes momentos e conforme as circunstâncias a comunidade recorreu a diversos expedientes no intuito de manter, na medida do possível, a posse territorial e de se sustentar enquanto grupo, daí as práticas do relativo isolamento, das alianças com autoridades, o uso de estratégias matrimoniais, a compra e formalização da posse de terras, a manutenção de redes de solidariedades com outros grupos negros e mais recentemente a luta junto às instâncias governamentais reclamando o que lhe pertence legal e moralmente. Não se pode esquecer da manutenção das memórias, que guardam a existência de uma versão histórica distinta daquela anunciada pelas elites de ascendência ibérica, portanto, essas memórias, que durante muito tempo permaneceram no plano privado ou no âmbito subterrâneo, mas que agora vêm à tona, contribuindo para a constituição de uma nova imagem do Seridó, foram e continuam sendo uma arma contra a opressão dirigida às camadas marginalizadas de nossa sociedade. De maneira que, como descendente de Tereza, estou certo de que a realização da presente pesquisa e a conseqüente escrita do presente trabalho é um exercício de reapropriação da história, de reapropriação do passado pelo grupo.

Não há dúvida, os filhos de Tereza são vitoriosos. Não somente porque obtiveram a recuperação do espaço que não foi possível preservar no passado, mas sobretudo porque conseguem manter a unidade, manter a dignidade, por terem aprendido novas formas de se enxergarem e se orgulharem de serem o que são, por estarem, no momento atual, enfrentando a discriminação e conseguindo ocupar um espaço até certo ponto de respeito, numa sociedade opressora, que insiste em manter o velho e carcomido hábito da discriminação racial. Enfim, a despeito de não ser um capítulo de violência, ou de uma

guerra declarada contra a ordem social estabelecida no Seridó, a história da Boa Vista não é a de um povo subserviente, não é do oprimido que se esforça para satisfazer o opressor. Não é! E nunca será!

## **FONTES**

### **Arquivo da Prefeitura Municipal de Parelhas/RN**

Documentos Avulsos – Correspondência do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Raphael Fernandes, ao Prefeito de Parelhas/RN, Florêncio Luciano: 30 de junho de 1937.

### **Biblioteca Virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Recenseamento do Brasil de 1872.

### **Arquivo Pessoal do Professor João Manuel dos Santos**

Documentos avulsos 136 a 1971.

## **FONTES MANUSCRITAS**

### **Arquivo Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Jardim do Seridó/RN.**

Livro de Batismos 1: 1856 a 1866.

Livro de Casamentos 3: 1893 a 1903.

Livro de Casamentos 5: 1912 a 1923.

Livro de Óbitos 1: 1857 a 1913.

Livro de Atas da Irmandade de N. S. do Rosário e São Sebastião 1886 a 1931.

### **Laboratório de Documentação Histórica – LABORDOC – CERES/UFRN**

Inventário De Manuel Fernandes da Cruz – 1859.

### **Arquivo Pessoal de Ulisses Potiguar**

Livro de Óbitos (Parelhas/RN) 5: 1950 a 1953.

Livro de Óbitos (Parelhas/RN) 5: 1944 a 1947.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. **Frechal, terra de preto: quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís: Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos.; Centro de Cultura Negra do Maranhão, 1996, p.11-19.
- ANDRADE JÚNIOR, Lourival; OLIVEIRA ANDRADE, Mônica B. Saltadores dos negros do Rosário: experiências na comunidade Boa Vista dos Negros. In: CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K. (Orgs.). **Tronco, ramos e raízes: História e patrimônio cultural do Seridó negro**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia; Natal: Flor do Sal; Editora UFRN, 2016, p. 393-402. E-Book.
- ARAÚJO, Rosângela Costa. **História e memória dos Miranda, uma família de descendente de escravos da comunidade Lajes, Ouro Branco-RN**. 2016. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Especialização em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Departamento de História, Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016.
- ARRUTI, José M. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Editora USC, 2006.
- ARRUTI, José M. O jogo entre campo e cidade: conceito e processo social. In: OLIVEIRA, Osvaldo M. de (Org.). **Direitos quilombolas e deve de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.
- ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. **Os Negros do Riacho: estratégias de sobrevivência e identidade social**. Natal: Editora UFRN, 1994.
- BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Produção de CinemaScopio e SBS Productions. Brasil; França, 2019. mp4 (70 min).
- BARNES, J. A. “Redes sociais e processo político”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 159-194.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 185-227.
- BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONIFÁCIO, Maria Angela. “A gente casa porque nasce!”: um estudo sobre a concepção dos projetos de vida de três gerações de mulheres da Boa Vista dos Negros -

Parelhas/RN. 2014. 150 f. Dissertação, Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 183-191.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, D.O.U., Brasília, 21 de nov. 2003.

BORGES, Cláudia C. do L. **Cativos do Sertão: um estudo da escravidão no Seridó** – Rio Grande do Norte. 2000. 130 f. Dissertação, Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

BÖSHMEIER, Ana Gretel E. **Elos de leite, elos de sangue: notas etnográficas na comunidade quilombola de Boa Vista dos Negros 2008–2010**. Natal: Editora UFRN, 2014.

BURITI, Iranilson. Há va(r)gas na escola: o discurso higienista e a limpeza da infância escolar nos anos 20 e 30. In: DANTAS, E.; BURITI, I. (Orgs.) **Cidade e região: múltiplas histórias**. João Pessoa: Ideia, 2005.

CASCUDO, Luís da C. **Viajando o Sertão**. Natal: Manimbu, 1975.

CAVIGNAC, Julie A. A Etnicidade encoberta: índios e negros no Rio Grande do Norte. **MNEME: Revista de Humanidades**, Caicó/RN, v. 5, n. 8, p. 1-63, 2003.

CAVIGNAC, Julie A. Apuntes sobre el problema étnico en el Río Grande del Norte, Brasil. In: CRESPO, Ana M.; PAZ, Rosa B. (Orgs.). **Caleidoscopio de alternativas: estúdios culturales desde la Antropología y la Historia**. Cidade do México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2006a.

CAVIGNAC, Julie A.; MELO, José A. F. de; RODRIGUES JÚNIOR, Gilson, J.; SANTOS, Sebastião G. dos. **Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros**. Natal: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. (Relatório).

CAVIGNAC, Julie A. Os filhos de tereza: narrativas e religiosidade na Boa Vista dos Negros. **Tomó**, São Cristóvão/SE, n. 1, p. 77-102, 2007.

CAVIGNAC, Julie A. Maurice Leenhardt e o início da pesquisa de campo na antropologia francesa. In: GROSSI, Mirian; CAVIGNAC, Julie A.; MOTTA, Antonio (Orgs.). **Antropologia francesa no século XX**. Tradução de Luzilá Gonçalves Ferreira. Recife: Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2006b, p. 25-81.

CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K, de.; NASCIMENTO, José C. de. **Guia Cultural Afro do Seridó**. Natal: Flor de Sal, 2020.

CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K.; DANTAS, Maria I.; BRITO, Paula S. de. O inventário da cultura do Seridó (RN) ou como dar conta do patrimônio imaterial de uma região. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 48-84, 2010.

CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K.; DANTAS, Maria I.; SILVA, Danycelle P. da. **Comida da terra**: notas sobre o sistema alimentar do Seridó. Natal: Sebo Vermelho, 2018.

CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K. (orgs.). **Tronco, ramos e raízes**: História e patrimônio cultural do Seridó negro. Brasília: ABA; Natal: Flor do Sal; EDUFRN, 2014.

COSTA, João B. A.; OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo B. de. **O perfil das comunidades tradicionais e o acesso às políticas públicas nos territórios rurais e de cidadania do Rio Grande do Norte**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2017.

COSTA PINTO, L. A. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COSTA, Wendell M. A. Redes sociais e processo político em John A. Barnes. **Conversas e Controvérsias**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 149-156, 2017.

COUTO, Renato F. Fernandes. **O poder político da família Tavares**: Sítio Geraldo - Alagoa Nova - 1960-1975. 2012. Monografia, Graduação em História, Curso de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Eugênia M. José Ezelino: escritos pela luz. In: Congresso Brasileiro de História da Educação: história e memória da educação brasileira, 2., 2002, Natal. **Anais**. Natal: EDUFRN, 2002, p. 193-194. (v. 1).

DANTAS, Maria I. Doçaria quilombola: economia do patrimônio doce. In: CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K. (Orgs.). **Tronco, ramos e raízes**: História e patrimônio cultural do Seridó negro. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia; Natal: Flor do Sal; Editora UFRN, 2016, p. 177-201. E-Book.

DANTAS, Maria Isabel. **Do monte à rua**: cenas da festa de Nossa Senhora das Vitórias. Natal, 2002. 206 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

DANTAS, Manuel. **Homens de outr'ora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

- DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FANON, FRANTS. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- FAUSTO, Carlos. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 7-44, 2002.
- FERNANDES, Maria do Socorro. **A comunidade negra rural de Boa Vista dos Negros: territorialidade, identidade étnica e invisibilidade social de um povo quilombola**. 2004. 66 f. Monografia, Graduação em História, Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- FERREIRA, Simone R. B. Entre “tapuias” e “calhambolas”: conflito, identidade e territorialidade negra no Sapê do Norte-ES. In: OLIVEIRA, Osvaldo M. de (Org.) **Direitos quilombolas e dever do Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016, p. 145-157.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro geral de comunidades remanescentes de Quilombos (CRQs)**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-02-08-2019.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In.: PINHO, Osmundo Araújo.; SANSONE, Livio. (orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008, p. 63-82. E-Book.
- GOIS, Diego M. de. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Jardim do Seridó-RN: entre história e memória. In.: CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K. (orgs.). **Tronco, ramos e raízes: História e patrimônio cultural do Seridó negro**. Brasília: ABA; Natal: Flor do Sal; EDUFRN, 2016, p. 351-362. E-Book.
- GOULART, Bruno. **Nego véio é um sofrer: representação e subalternidade numa irmandade negra do Seridó**. Natal: Editora UFRN, 2016.
- GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theóphilo. **Seccas contra a secca**. Mossoró: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. (Coleção Mossoroense, v. 29).
- GUIMARAES, Antonio S. Cor e raça: raça cor e outros conceitos analíticos. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo A. (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Editora UFBA, 2008, p. 62-82.

GUIMARAES, Antonio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; 34, 1999.

GURGEL, Deífilo, **Espaço e tempo do folclore potiguar**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 1999.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

HALBWACCS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Shaffter. São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1990.

HANNERZ, Ulf. Pensando com redes. In: HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade: em busca de uma Antropologia urbana**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 178-217.

LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. Ciência do concreto. In: **O pensamento selvagem**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2012, p. 15-50

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA, Aldo de M. **Memórias**. Parelhas/RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2003.

LIMA, Aldo de M. **Ao sol com coragem**. Parelhas/RN: Gráfica Vilar, 2013.

LIMA, Aldo de M. **Retrato da minha terra**. Parelhas/RN: Gráfica Vilar, 2011.

LOPES, Michele Soares. **Escravidão na Vila do Príncipe: Província do Rio Grande do Norte (1850/1888)**. 2011. 140 f. Dissertação, Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

MACEDO, Helder A. M. de. **Vivências índias, mundos mestiços: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e**

início do século XIX. 2002. 169 f. Monografia, Graduação em História, Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2002.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 311 f. Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder A. M. de. **Outras famílias do Seridó: Genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII – XIX)**. 2013. 360 f. Tese, Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACEDO, Helder A. M. de. Aspectos da escravidão do Seridó em documentos Históricos. In.: CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K. (Orgs.). **Tronco, ramos e raízes: História e patrimônio cultural do Seridó negro**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia; Natal: Flor do Sal; Editora UFRN, 2016, 155-166. E-Book.

MACEDO, Helder A. M. de.; DANTAS, Expedita Maria.; MEDEIROS, Márcio Dantas de.; MEDEIROS, Anna Jacinta de. Inventário do Patrimônio Imaterial de Carnaúba dos Dantas III: Formas de Expressão. **MNEME: Revista de Humanidades**, Caicó/RN, v. 7, n. 18, p. 112-195, 2005.

MACÊDO, Antônio P. **Município de Parelhas: história, corografia e estatística**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó - século XVIII)**. Natal: Editora UFRN, 2015.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890. Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**” em Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açú e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002. (Mossoroense, Série C, v. 1268).

MEDEIROS, José A. B. de. **Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1980.

MEDEIROS, José A. B. de. **Famílias seridoenses**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MEDEIROS, Monsenhor Expedito S. **Pelos caminhos do Potengi**. Natal: Flecha do Tempo; Arquidiocese de Natal; Officet Editora, 2014.

MOMBELI, Raquel. Quilombos em Santa Catarina e dez anos do Decreto n. 4887/2003. In: OLIVEIRA, Osvaldo M. de (Org.). **Direitos quilombolas e deve de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016, p. 201-2016.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre raça, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, v. 68, n.1, p. 46-57, 2005-2006.

O'DWYER, Eliane C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Associação Brasileira de Antropologia, 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo B. de. Memória fotográfica de uma comunidade quilombola no semiárido do Estado do Rio Grande do Norte: a Boa Vista dos Negros, Parelhas, Rio Grande do Norte, Brasil. **Áltera: Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2 n. 5, p. 368-379, 2017 (Dossiê Perspectivas sobre o desenvolvimento: territórios e identidades insurgentes no universo latino-americano).

ORTNER Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam P.; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter H. (Orgs.) **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Goiânia: Nova Letra, 2006, p. 45-80.

PEREIRA, Edmundo. Terra dos Lázarus: etnografia, historiografia e processo quilombola na Serra de Santana (RN). In: SCHWAD, Elisete; VALLE, Carlos G. O. (Orgs.). **Processos sociais, cultura e identidades**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 89-98.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRIORY, Mary Del. Quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, v. 19, p. 7-61, 2009.

ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

ROQUE, Ildelita; ARAÚJO, Maria I. **Aspectos sócio-geográficos de Parelhas**. Natal: Flama, 1998.

SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo A. (Orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Editora UFBA, 2008.

SANTA ROSA, Jayme da N. **Acari**: fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

SANTOS, Carlos A. B. P. Os estudos sobre comunidades negras rurais (quilombolas) no Brasil. In.: CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K. (Orgs.). **Tronco, ramos e raízes**: História e patrimônio cultural do Seridó negro. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia; Natal: Flor do Sal; Editora UFRN, 2016, p. 65-89. E-Book.

SANTOS, Jardelly Lhuana da Costa. **Um rastro de memória**: terra, parentesco e ofícios na família Belém em Acari/RN (Séc. XVIII-XXI). 2017. 144 f. Dissertação, Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SANTOS, Sebastião G. **História e identidade no território de Boa Vista dos Negros**. 2007. 96 f. Monografia, Graduação em História, Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKIDIMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Danycelle, P. da. **O escravo que virou coronel**: lembranças de Feliciano José da Rocha. 2012. 136 f. Monografia, Graduação em Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Danycelle, Pereira da. **Os fios da memória**: presença afro-brasileira em Acari no tempo do algodão. 2014. 137 f. Dissertação, Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVA, Joelma Tito da. **O riacho e as eras**: memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra do Seridó Potiguar. 2009. 209 f. Dissertação, Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família Escrava- Brasil, Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1999.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Histórias cruzadas**: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé. In: FLORENTINO, Manolo. (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200, p. 127-168.

SOUZA, Ana S. Professora Dona Chica: destinada a aprender. In.: CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan K. (Orgs.). **Tronco, ramos e raízes**: História e patrimônio cultural do Seridó negro. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia; Natal: Flor do Sal; Editora UFRN, 2016, 155-166. E-Book.

SOUZA, Anicleide. **Nas veredas negras do Sertão**: histórias de vida familiar de escravizados no sertão brasileiro (Vila de Catolé do Rocha/Paraíba, 1836-1866). 2018. 154 f. Dissertação, Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 183-264.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

WACHTEL, Natan. **Deuses e vampiros**: de volta a Chipaya. São Paulo: Editora USP, 1996.

WACHTEL, Natan. Aula inaugural (Proferida no College de France em 02 de abril de 1993). Tradução de Luiz Antônio Oliveira e Julie A. Cavignac. **Vivência**, Natal, v. 1, n. 28, p. 9-22, 2005. (Dossiê Memória).

WACHTEL, Natan. **El regreso de los antepasados**: los indios urus de Bolivia, del siglo XX al XVI: ensayo de historia regressiva. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

WACHTEL, Natan. História e Antropologia de uma América “subterrânea”. Entrevista concedida a Andrea Daher. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 259-276, 2014.

ZANINI, Maria C. C. Construindo memórias, tecendo trajetórias. **Vivência**, Natal, v. 1, n. 28, p. 115-122, 2005.